

BNB Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

38
jul-set/2013



Banco do
Nordeste

ISSN 18078834

BNB Conjuntura Econômica

Número 38

**Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2013**

Obra publicada pelo



Presidente

Ary Joel de Abreu Lanzarin

Diretores

- Fernando Passos
- Luiz Carlos Everton de Farias
- Manoel Lucena dos Santos
- Nelson Antônio de Souza
- Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
- Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste- Etene

Francisco José Araújo Bezerra (Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Wellington Santos Damasceno (Gerente de Ambiente)

Fernando Luiz Emerenciano Viana (Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas)

Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo – Célula de Informações Econômicas, Socias e Tecnológicas)

EQUIPE BNB CONJUNTURA ECONÔMICA

Coordenação Técnica

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Síntese de Expectativas

Francisco Raimundo Evangelista

Produto Interno Bruto

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Jacqueline Nogueira Cambota

Desempenho do Comércio do Brasil e do Nordeste

José Varela Donato

Produção Agropecuária

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Jackson Dantas Coelho

Emprego e Rendimento

Jacqueline Nogueira Cambota

Setor Externo

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiário:

Paulo André Almeida Lopes

Preparação e Tabulação de Dados:

Elias Augusto Cartaxo,

Hamilton Reis de Oliveira

Leonardo Dias Lima.

Ambiente de Comunicação Social

Mauricio Lima

Editor

Jornalista Ademir Costa (CE 006731P)

Normalização Bibliográfica

Mirislene Vasconcelos

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Deborha Rodrigues

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo -

Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033

Cliente Consulta

Capitais e regiões metropolitanas 4020.0004

Demais localidades: 0800 033 0004

*Os conceitos e opiniões emitidos neste documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 38 (jul. - set. 2013). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2013 -

106 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 38

Julho-Setembro 2013

1 - ANÁLISE DAS CONTAS REGIONAIS – 2011	05
2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS	20
2.1 - Síntese	20
2.2 - Expectativas	22
3 - NÍVEL DE ATIVIDADE	24
3.1 - PIB	24
3.2 - Produção Agropecuária	28
3.2.1 - Agricultura	28
3.2.2 - Pecuária.....	41
3.2.3 - Agronegócio	42
3.2.3.1 - Desempenho do PIB e do faturamento	42
3.2.3.2 - Balança comercial do agronegócio	45
3.3 - Produção Industrial	52
3.3.1 - Produção Industrial do Brasil	52
3.3.2 - Produção Industrial do Nordeste	55
3.4 - Comércio e Serviço no Brasil	60
3.4.1 - Comércio Varejista	60
3.4.2 - Serviço	63
4 - MERCADO DE TRABALHO	67
5 - SETOR EXTERNO	71
5.1 - Balança comercial brasileira e nordestina	71
5.2 - Estados	76
6 - FINANÇAS PÚBLICAS	87
6.1 - Arrecadação de ICMS	87
6.2 - Fundos Constitucionais	89
6.3 - Transferências voluntárias	92

SUMÁRIO

7.1 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional.....	95
7.2 - Saldo das Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino.....	98
7.3 - Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino.....	99
7.4 - BNB: Taxas de Juro, Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito	101
7.5 - Conclusão	105

1 ANÁLISE DAS CONTAS REGIONAIS – 2011

1.1 INTRODUÇÃO

Antônio RICARDO de Norões VIDAL¹

Este breve texto analisa as contas regionais 2011 divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O Produto Interno Bruto – PIB a preços de mercado cresceu, em volume, 2,7% em relação ao ano anterior, valor muito abaixo do crescimento observado em 2010, que foi de 7,5%. A expansão de 2010 foi atípica e teve suporte, entre outros fatores, na acumulação excessiva de estoques, que fez a economia brasileira perder velocidade a partir de 2011, bem como na parte de consumo da demanda agregada, sustentado pelo crescimento de crédito. Cabe lembrar que o saldo das operações de crédito como percentual do PIB era 38%, em junho de 2008, berço da crise financeira internacional, e passou para 45,4% em dezembro de 2010. Observa-se um desempenho abaixo da média nacional para a Região Nordeste em 2010 e 2011. O crescimento do estado da Bahia, que representa 28,8% do PIB da Região é o diferencial negativo na inversão da relação positiva entre as expansões do PIB do Nordeste e Brasil. O PIB baiano cresceu 6,6% e -3,2% em 2010 e 2011, respectivamente.

1.2 DESEMPENHO DO PIB

Em volume, o PIB a preços de mercado acumulado no ano de 2011 apresentou um crescimento de 2,7% em relação ao ano de 2010. Observa-se que no período de 2001 a 2010, o incremento anual médio foi de 3,6%, acima do registrado na década anterior, 1991-2000, quando o PIB a preços de mercado cresceu, em média, 2,6%. Observando-se

o incremento médio de 2002-2011, 3,8%, verifica-se um pequeno acréscimo, dado que em 2001 o crescimento foi de apenas 1,3%. A expansão do PIB de 2011 resultou do aumento de 2,5% do valor adicionado bruto a preços básicos e do crescimento de 4,3% dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O aumento dos impostos reflete,

1 Coordenador de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB.

2 O trabalho trata do PIB de 2011, dado a defasagem na divulgação dos dados regionais pelo IBGE. O PIB regional de 2012 só será divulgado no final de 2014 e haverá alterações na metodologia com revisão da série histórica, com divulgação esperada para 2014.

3 Resultados provisórios. Até 2015, o IBGE divulgará a série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil referente a 2010 (atualmente, o ano de referência é 2000), com os resultados detalhados para 2010, 2011 e 2012, além da revisão dos resultados do período 1995-2009.

principalmente, o crescimento, em volume, de 11,4% do Imposto de Importação - II e do aumento de 4,7% do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, sendo este último puxado pela venda de máquinas e equipamentos.

Os dados do IBGE (2013) indicaram que, sob a ótica da demanda, o consumo das famílias cresceu 4,1% em 2011, comparativamente a 2010, de modo que este foi o oitavo ano consecutivo de crescimento deste componente. Tal comportamento foi favorecido pela elevação de 4,8% da massa salarial dos trabalhadores, em termos reais, e pelo acréscimo, em termos nominais, de 18,3% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. A despesa de consumo da administração pública aumentou 1,9%. Sob a ótica da oferta, o crescimento do volume do valor adicionado a preços básicos de 2,3% se distribuiu nos três grandes setores da seguinte forma: Atividades da Agropecuária (3,9%), Indústria (0,5%) e Serviços (3,2%). Estes setores no Nordeste não tiveram comportamento semelhante, à exceção de serviços, que cresceu acima da média nacional, 3,6%. A agropecuária nordestina cresceu apenas 0,3% e a indústria apresentou queda de 1,0%, reflexo direto da indústria baiana, que caiu 16,5%.

O crescimento do volume do PIB da agropecuária, de 3,9%, foi reflexo das condições climáticas favoráveis, que gerou safras recordes de cereais, leguminosas e oleaginosas. A agropecuária nordestina ficou praticamente estabilizada ao nível de 2010 e apresentou uma grande diversidade de crescimento entre os estados. Enquanto Bahia, Rio Grande Norte, Sergipe e Pernambuco tiveram queda em volume de produção, os outros estados tiveram valor adicionado crescendo em 2011. No caso do estado do Ceará, por exemplo, seu crescimento de 18,4% está fundado nas

culturas de milho e feijão, que em 2010 tiveram perda de 62% na safra.

Apesar da indústria manter-se estável, praticamente sem crescimento, alguns setores podem ser destacados: Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,8%), construção civil (3,6%) e indústria extrativa (3,2%). A construção civil acumulou crescimento de 3,9% na população ocupada e a extração de minério de ferro foi o destaque da indústria extrativa. A indústria de transformação teve uma variação positiva de apenas 0,1%, tendo sido um fator relevante para a queda do PIB baiano.

A formação bruta de capital fixo apresentou expansão de 4,7% em 2011. Além da construção civil, a expansão da importação de máquinas e equipamentos foi o fator relevante. Nas relações comerciais do setor externo, a valorização cambial provocou um maior crescimento nas importações. A taxa de câmbio, medida pela média trimestral das taxas de compra e venda, passou de R\$ 1,76 em 2010, para R\$ 1,67 em 2011. As exportações de bens e serviços cresceram 4,5%, enquanto que as importações evoluíram em 9,7%.

A representatividade da indústria de transformação brasileira no PIB caiu em 2011. Sua participação foi a menor na série 2002-2011, chegando a 14,6% em 2011, contra 16,2% em 2010. Esta queda é explicada pela redução de 8% no valor adicionado do segmento, o que gerou perda de participação de São Paulo e da Bahia no PIB. A indústria de transformação paulista perdeu representatividade neste segmento, saindo de 42,0% em 2010 para 41,8% em 2011. Este segmento da indústria baiana perdeu 1,3% ponto percentual (p.p.), passando de 4,1% em 2010 para 2,8% em 2011. A explicação do IBGE para uma queda tão importante foi a redução no refino de petróleo e coque. No

caso da Bahia, a redução de valor adicionado chegou a 35,9%. Como consequência, a participação da indústria de transformação na indústria baiana passou de 51,7% em 2010 para 39,7% em 2011. Segundo informação divulgada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, o valor adicionado da indústria é fortemente influenciado pelo segmento de petroquímica (refino e química). Segundo a PIM-PF de 2011, estes dois segmentos tiveram queda de 9,6% e 7,7%, respectivamente. Um segundo fator se refere ao diferencial de preços relativos. Em 2011, os preços do petróleo, que têm cotação no mercado internacional em dólar, cresceram aproximadamente 40,0% e, convertidos para reais, tiveram reajuste final de aproximadamente 35%, influenciando os custos de produção, enquanto que os preços dos derivados de petróleo, que são administrados, ficaram praticamente estáveis.

A Região Sudeste manteve o mesmo patamar de participação no PIB nacional em 2011. O que houve foi uma redistribuição entre os estados da Região, já que São Paulo perdeu participação, conforme comentado anteriormente, principalmente por causa da indústria de transformação. O Estado também teve queda de participação no comércio e produção e distribuição de eletricidade e água, esgoto e limpeza urbana. O Rio de Janeiro, que responde por 11,2% do PIB em 2011, teve um ganho de 0,4 p.p. em relação a 2010, resultado originado principalmente por conta do desempenho da indústria extrativa, mais precisamente pelo preço médio do petróleo. Esta indústria aumentou seu peso na economia do Estado, passando de 9,8% em 2010 para 14,5% em 2011. O Espírito Santo teve ganho de partici-

pação de 0,2 p.p., impulsionado pela produção comercial de petróleo na camada pré-sal e nas atividades de celulose e produção de papel e de fabricação de aço e derivados. O estado de Minas permaneceu com a mesma participação de 2010, 9,3% do PIB.

A Região Sul perdeu 0,3 ponto percentual de participação no PIB, decorrente da queda da participação do Rio Grande do Sul em 0,3 p.p. O Paraná manteve a mesma participação de 2010 e Santa Catarina ganhou 0,1 p.p.. O desempenho do Rio Grande do Sul foi influenciado principalmente pela perda de participação da agropecuária (0,2 p.p.) e na indústria de transformação (0,5 p.p.). A Região Norte, com 5,4% do PIB nacional, avançou 0,1 p.p. de participação entre 2010 e 2011. O Centro-Oeste avançou 0,3 p.p. em 2011, enquanto o Nordeste perdeu 0,1 p.p.. Na verdade, no caso do Nordeste, sua participação em 2010 era 13,46% e passou a ser 13,40% em 2011, sendo essa perda decorrente essencialmente da variação negativa do PIB baiano em 3,2%. A dependência do Estado para a Região é relevante, de forma que se a Bahia tivesse crescimento zero em 2011, a participação do PIB nordestino no Brasil seria de 13,51%. As variações do PIB nas regiões e estados são apresentadas na Tabela 1.

A evolução da série encadeada do volume do PIB, observada na Tabela 1, pode ser representada pelo gráfico 1, a seguir, mostrando a trajetória ascendente de todas as regiões do Brasil no ano de 2011, com destaque para a Região Centro-Oeste, 5,7% e Norte, 3,7%. A Região Sul teve a menor inflexão positiva, com apenas 0,9%

Tabela 1 – Variação do PIB: 2006 a 2011 (%)

Regiões / Estados	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	4	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7
Norte	4,8	3,8	4,8	-0,3	9,9	3,7
Rondônia	3,6	5,2	3,2	7,3	12,6	10,4
Acre	5,4	6,5	6,9	1,2	10,9	-3,0
Amazonas	2,6	4,5	4,5	-2	10	0,9
Roraima	6,3	2,6	7,6	4,6	9,6	2,5
Pará	7,1	2,2	4,9	-3,2	8	6,1
Amapá	5,8	5,1	2,9	4	8	1,4
Tocantins	3,1	4,7	6,1	3,8	14,2	-2,1
Nordeste	4,8	4,8	5,5	1	7,2	2,3
Maranhão	5	9,1	4,4	-1,7	8,7	7,8
Piauí	6	2	8,8	6,2	4,2	4,2
Ceará	8	3,3	8,5	0	8	5,6
Rio Grande do Norte	4,8	2,6	4,5	1,5	5,1	4,3
Paraíba	6,7	2,2	5,5	1,6	10,3	3,7
Pernambuco	5,1	5,4	5,3	2,8	7,7	2,5
Alagoas	4,4	4,1	4,1	2,1	6,8	8,5
Sergipe	4,1	6,2	2,6	4,4	5,3	2,3
Bahia	2,7	5,3	5,2	-0,6	6,6	-3,2
Sudeste	4,1	6,4	5,5	-1	7,6	2,7
Minas Gerais	3,9	5,6	5,2	-4	8,9	2,7
Espírito Santo	7,7	7,8	7,8	-6,7	13,8	11,2
Rio de Janeiro	4	3,6	4,1	2	4,5	6,1
São Paulo	4	7,4	5,9	-0,8	7,9	1,1
Sul	3,2	6,5	3,4	-0,6	7,6	0,9
Paraná	2	6,7	4,3	-1,3	10	3,0
Santa Catarina	2,6	6	3	-0,1	5,4	3,6
Rio Grande do Sul	4,7	6,5	2,7	-0,4	6,7	-2,4
Centro-Oeste	2,8	6,8	6,1	2,5	6,2	5,7
Mato Grosso do Sul	5,2	7	6,4	0,4	11	5,8
Mato Grosso	-4,6	11,3	8,6	2,4	3,6	12,0
Goiás	3,1	5,5	8	0,9	8,8	6,6
Distrito Federal	5,4	5,9	3,8	4	4,3	2,5

Fonte: IBGE (2013)

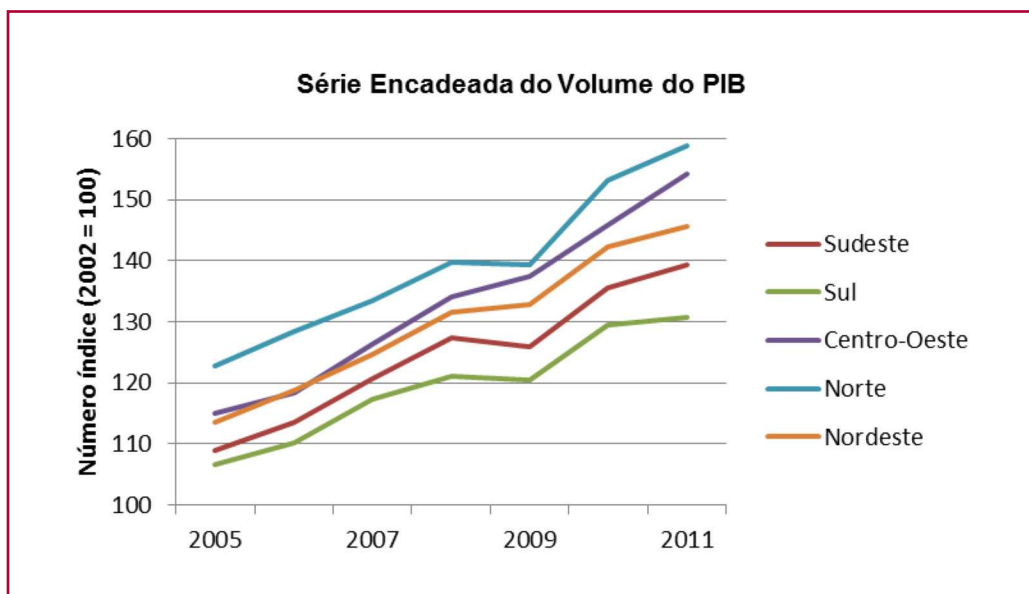


Gráfico 1 – Série Encadeada do Volume do PIB
Fonte: IBGE (2013)

Na Região Nordeste, três estados tiveram crescimento abaixo da média nacional, destacando-se negativamente o estado da Bahia, que apresentou redução de 3,2% em seu PIB, decorrente, principalmente, do desempenho da indústria de transformação, conforme supracitado. Os destaques positivos foram os estados de Alagoas (8,5%), Maranhão (7,5%), Ceará (5,6%) e Rio Grande do Norte (4,3%) que cresceram bem acima do nível do País, apesar da Região, em sua totalidade, ter crescido abaixo da média do Brasil. A econo-

mia baiana representava 30,4% da economia nordestina em 2010, e passou a representar 28,8% em 2011.

A participação das regiões no Produto Interno Bruto do Brasil é mostrada na Tabela 2. De 2002 a 2011, três Grandes Regiões ganharam participação: Centro-Oeste avançou 0,8, Nordeste, 0,4 e Norte, 0,7 ponto percentual (p.p.). A Região Sudeste teve a maior queda na contribuição para o PIB (1,3 p.p.), tendo o Sul também um decréscimo, de 0,7 p.p..

Tabela 2 – Participação Percentual das Grandes Regiões no PIB: 2002 - 2011

Grandes Regiões	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Norte	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3	5,4
Nordeste	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5	13,4
Sudeste	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4	55,4
Sul	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5	16,2
Centro-Oeste	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3	9,6

Fonte: IBGE (2011)

Conforme citado anteriormente, a Região Centro-Oeste avançou 0,3% na participação do PIB em 2011, registrando 9,6% de participação na composição do PIB. Os estados que mais contribuíram para esse aumento foram Goiás e Mato Grosso. As atividades em destaque em Goiás foram alimentos e bebidas, tintas e vernizes, cimento e automóveis, camionetas e utilitários, além dos serviços de comércio e transportes. A indústria de transformação saiu de 2,3% em 2010 para 2,6% em 2011. Em Mato Grosso, o crescimento da participação está diretamente associado à expansão da agropecuária, pelo aumento do preço e produção do milho e soja.

Por outro lado, o avanço da Região Norte de 0,1 p.p. entre 2010 e 2011, deve-se à expansão da participação do estado de Rondônia, influenciado pelo impacto da construção das hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio, no rio Madeira. Tocantins recuou 0,1 p.p. em função da atividade de construção civil. Os outros estados mantiveram a mesma participação de 2010.

Entre os estados nordestinos, apenas Maranhão (1,3%), Paraíba (0,9%) e Bahia (3,9%) alteraram suas participações no PIB brasileiro. A queda da participação da Bahia se deu em função de sua indústria de transformação, já comentada anteriormente. O crescimento da participação do Maranhão está alicerçado no crescimento do valor adicionado da agropecuária, 8,2%, e da indústria, 20,3%, que aumentaram suas participações entre 2010 e 2011, em 0,3 p.p. e 1,8 p.p., respectivamente. No caso do estado da Paraíba, as atividades da agropecuária e serviços foram as que de-

ram sustentação ao seu aumento de participação. Com crescimento em seus valores adicionados de 8,7% e 5,3%, respectivamente, tiveram aumento de participação em 0,3 p.p. e 0,8 p.p..

Em 2011, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal e Bahia, que conjuntamente possuem participação de 77,1% do PIB brasileiro, perderam 0,7% em relação a 2010. Observando a série de dados desde 2002, percebe-se que esse grupo perdeu 2,6% de participação para os outros 19 estados.

Com relação aos demais estados, que participavam com 20,3% do PIB brasileiro em 2002, em 2011 registravam 22,9% de participação, em que se pode aferir que o avanço da fronteira agrícola, os incentivos regionais, a maior mobilidade das plantas regionais, além do aumento de novas classes consumidoras, em função das transferências de renda e da política do salário mínimo, são alguns dos fatores que influenciaram a desconcentração econômica do Brasil nos nove anos observados na série (2002-2011). Deste grupo destacam-se os estados do Espírito Santo, Pará, Mato Grosso e Maranhão, que ganharam 0,6%, 0,4%, 0,3% e 0,3%, respectivamente.

As participações relativas no PIB e na população brasileira para o grupo dos oito maiores estados e da Região Nordeste e seus estados são apresentadas na Tabela 3. A partir dos dados do IBGE, criamos um indicador de produtividade regional/estadual, coluna 4 da referida Tabela. O indicador relaciona as seguintes variáveis:

(PIB do Estado/ PIB do Brasil)

(População do Estado/ População do Brasil)

Quando o indicador é maior que um, sinaliza que a participação do PIB estadual, em termos de PIB brasileiro, é maior que a participação da população estadual no total da população do Brasil. Ou seja, a riqueza gerada por habitante, em termos estaduais, é maior que a riqueza gerada por habitante na totalidade do País. Nesse caso, deduz-se que o Estado tem maior produtividade quando comparado com a média do Brasil. Por outro lado, quando o indicador é menor do que uma unidade, conclui-se que a produtividade estadual é menor em comparação com a produtividade média da nação.

Dentre os oito maiores estados do País, aqueles que pertencem às regiões Sudeste e Sul, apresentam indicador maior que uma unidade, com exceção de Minas Gerais. Assim

como o estado mineiro, os estados nordestinos apresentam indicador menor que a unidade.

É importante salientar que, dentre os estados com indicador menor que a unidade, o contingente populacional rural ainda é bastante significativo, especialmente nos estados do Nordeste. Nesses estados, a agricultura familiar é mais relevante, o que contribui para uma menor geração de renda monetária por habitante. Olhando a média da população rural na população total do estado nos estados do Sul e Sudeste, que compõem o grupo dos oito maiores, esta representa 11,3% da população total, enquanto que a média dos estados do Nordeste é 26,3%, mais que duas vezes a média das duas outras regiões.

Tabela 3 – Participação dos Oito Maiores Estados e Nordeste no PIB e População

Estados	Part. no PIB (A) - %	Part. na População (B) ² - %	(A)/(B)	Part. População Rural ³ - %
São Paulo	32,6	21,6	1,5	4,1
Rio de Janeiro	11,2	8,4	1,3	3,3
Minas Gerais	9,3	10,3	0,9	14,7
Rio Grande do Sul	6,4	5,6	1,1	14,9
Paraná	5,8	5,5	1,1	14,7
Santa Catarina	4,1	3,3	1,2	16,0
Distrito Federal	4,0	1,4	2,9	3,4
Bahia	3,9	7,3	0,5	27,9
Nordeste ¹	13,4	27,8	0,5	26,3
Alagoas	0,7	1,6	0,4	26,4
Ceará	2,1	4,4	0,5	24,9
Maranhão	1,3	3,5	0,4	36,9
Paraíba	0,9	2,0	0,4	24,6
Pernambuco	2,5	4,6	0,5	19,8
Piauí	0,6	1,6	0,4	34,2
Rio Grande do Norte	0,9	1,7	0,5	22,2
Sergipe	0,6	1,1	0,6	17,6

Fonte: IBGE. Elaboração (2011)

Notas: (1) Nordeste inclui a Bahia.

(2) População estimada para 1º de julho de 2011 pelo IBGE.

(3) Percentual extraído dos resultados do Censo.

1.3 DESEMPENHO DO PIB PER CAPITA

Conforme a Tabela 4, o PIB per capita brasileiro apresentou uma leve melhora em relação a 2010, 1,8%, com a Região Nordeste ficando um pouco abaixo, 1,5%, destacando-se negativamente a redução da renda per capita do estado baiano em 3,8%, conforme mostra a Tabela 4. Um resultado interessante a ser observado é que as regiões Sudeste (R\$ 28.350), Centro-Oeste (R\$ 27.830) e Sul (R\$ 24.383) obtiveram um PIB per capita acima da média do País. O Sudeste, no ano corrente (2011), conseguiu manter o posto de Região com o maior PIB per capita do Brasil, ao passo que em 2009 este posto era da Região Centro-Oeste. Torna-se claro a partição do País em regiões mais adiantadas e mais atrasadas, o nível de concentração espacial, em que as regiões mais pobres têm uma renda per capita por volta de 50% da média nacional, caso das regiões Norte (13.380) e Nordeste (10.380). Aqui cabe observar que é preciso uma política de Estado para o desenvolvimento regional, em que o objetivo primordial, definido o espaço temporal para se alcançar este objetivo, é a convergência das rendas per capita regionais.

Segundo o IBGE (2013), oito Unidades da Federação apresentaram o PIB per capita acima da média brasileira, que foi de R\$ 21.536: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Paraná. Neste conjunto, figuram todos os estados da Região Sul, três

da Região Sudeste e dois da Região Centro-Oeste. Com o PIB per capita de R\$ 63.020, o Distrito Federal figura como o maior nesse índice, que representa quase o dobro do registrado em São Paulo, da ordem de R\$ 32.449, o segundo maior neste índice.

O PIB per capita do Nordeste em 2011 cresceu em termos reais apenas 1,5% com relação ao valor de 2010. A Região Nordeste continua exibindo o menor PIB per capita, com o valor de R\$ 10.380, ficando em torno de 48,2% da média nacional no ano de 2011.

Os estados de Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia possuem valores de PIB per capita maiores que a média da Região, sendo Sergipe o estado a apresentar maior indicador (R\$ 12.536).

Entre os estados com PIB per capita menor, os estados do Maranhão e Piauí possuem os valores mais baixos dos vinte e sete estados do País, com R\$ 7.853 e R\$ 7.836, respectivamente. O estado do Piauí apresenta 36,4% do PIB per capita brasileiro e o Maranhão 36,5%. Embora o Maranhão tenha obtido o 16º maior PIB Brasileiro em 2010, e o segundo melhor desempenho da Região em termos de crescimento do PIB, atrás apenas de Alagoas, o menor PIB per capita deste Estado resulta da variável populacional, já que o mesmo possui a décima maior população brasileira.

Tabela 4 – PIB, População e PIB Per Capita, segundo Grandes Regiões e os Estados do Nordeste – 2011.

Regiões/ Estados	PIB - R\$ Milhões		População Residente (1.000 Habitantes) ²	PIB Per Capita (R\$ 1,00)		Var. % 2011/2010
	Preços Correntes	Preços de 2010 ¹		Preços Correntes	Preços de 2010 ¹	
Brasil	4.143.013	3.871.877	192.379.287	21.536	20.126	1,8
Sul	672.049	628.067	27.562.433	24.383	22.787	0,3
Sudeste	2.295.690	2.145.451	80.975.616	28.350	26.495	2,0
Centro-Oeste	396.411	370.468	14.244.192	27.830	26.008	4,2
Norte	223.538	208.909	16.095.187	13.888	12.980	2,2
Nordeste	555.325	518.982	53.501.859	10.380	9.700	1,5
Alagoas	28.540	26.672	3.143.384	9.079	8.485	7,7
Bahia	159.869	149.407	14.097.534	11.340	10.598	-3,8
Ceará	87.982	82.224	8.530.155	10.314	9.639	4,6
Maranhão	52.187	48.772	6.645.761	7.853	7.339	6,5
Paraíba	35.444	33.124	3.791.315	9.349	8.737	3,0
Pernambuco	104.394	97.562	8.864.906	11.776	11.005	1,7
Piauí	24.607	22.997	3.140.328	7.836	7.323	3,5
Rio Grande do Norte	36.103	33.740	3.198.657	11.287	10.548	3,3
Sergipe	26.199	24.484	2.089.819	12.536	11.716	1,2

Fonte: IBGE (2011)

Notas: (1) Foi utilizada a participação percentual no PIB.

(2) População estimada para 1º de julho de 2011 pelo IBGE.

1.4 DESEMPENHO SETORIAL

Avaliando os segmentos produtivos do Brasil, percebe-se que o Valor Adicionado Bruto da agropecuária apresentou um crescimento 3,9% em volume, em comparação com o ano de 2010, visualizado na Tabela 5, de modo que tal resultado decorreu do fato de que várias culturas registraram aumento na estimativa anual de produção. Esse aumento só foi possível devido às melhores condições climáticas no ano de 2011, bem como ao cenário internacional mais ameno, decorrente da recuperação da crise econômica mundial.

Conforme o IBGE (2013), o aumento de produtividade da agricultura brasileira pode ser provado pela safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2011 – 159,9

milhões de toneladas – cabendo destaque às seguintes culturas: algodão em caroço (72,6%), fumo em folha (22,0%), arroz em casca (19,0%), soja em grão (9,2%) e mandioca (7,3%).

Três regiões do Brasil (Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste) apresentaram crescimento no Valor Adicionado da agropecuária, com destaque para a Região Sudeste, 10,2%. Os estados de Minas e São Paulo aumentaram suas participações no PIB agropecuário em 0,9 e 0,8 pontos percentuais, respectivamente. As regiões Norte e Sul tiveram reduções no volume do valor adicionado, 0,8% e 0,1%, respectivamente. O valor adicionado da Região Nordeste ficou praticamente estabilizado ao valor de 2010, 0,3%.

Na Região Nordeste, os estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte foram os que contribuíram para o pequeno crescimento da atividade na Região, já que apresentaram queda de 2,0%, 23,0% e 8,5%, respectivamente. Piauí, Ceará e Maranhão foram os destaques positivos, com os respectivos crescimentos de 23,5%, 18,4% e 8,7%. O aumento no Ceará foi decorrente das culturas de milho e feijão, que tiveram relevantes

perdas em 2010, por volta de 60% da produção, diminuindo bastante a base de comparação. Nos outros dois estados, a soja é a cultura em relevo. Cabe observar que o Maranhão detém a maior participação da atividade no PIB total do Estado dentro da Região Nordeste, média em 2005-2011 de 18,1%, quando a média dos outros estados da Região fica em 6,3%.

Tabela 5 – Crescimento do Volume do Valor Adicionado Bruto

Regiões/Estados	Setores: Var. % (2011/2010)			Total
	Agropecuário	Industrial	Serviços	
Brasil	3,9	0,5	3,2	2,5
Sul	-0,1	-2,1	1,6	2,5
Sudeste	10,2	0,8	3,0	0,4
Centro-Oeste	5,3	5,0	5,5	5,5
Norte	-0,8	3,7	5,0	4,1
Nordeste	0,3	-1,0	3,6	2,3
Alagoas	-2,0	30,2	4,6	9,6
Bahia	-2,0	-16,5	2,5	-3,5
Ceará	18,4	-0,4	7,9	6,3
Maranhão	8,2	20,3	4,5	7,8
Paraíba	8,7	-0,8	5,3	4,0
Pernambuco	-23,0	10,0	0,6	1,6
Piauí	23,5	4,6	3,5	5,0
Rio Grande do Norte	-8,5	15,2	2,4	4,6
Sergipe	-22,3	3,4	4,0	2,6

Fonte: IBGE (2011)

Notas: (1) A preços básicos.

A Indústria no Brasil apresentou crescimento real de 0,5% em 2011. A indústria de transformação, que representa 52,9% da indústria brasileira, caiu em volume de seu valor adicionado 8,0%. Este resultado foi influenciado pela redução de artigos do vestuário e acessórios; artigos de plástico; metalurgia; máquinas, aparelhos e material elétrico e automóveis, como comentado anteriormente. A redução do valor adicionado da indústria nordestina foi de 1,0%, influenciado pela queda de 13,6% da indústria de transformação. O fato relevante neste cená-

rio regional foi o desempenho da indústria baiana, como já comentado.

Na Região Nordeste, merecem destaque na indústria, pela grande taxa de crescimento, os Estados de Alagoas (30,2%), Maranhão (20,3%), Rio Grande do Norte (15,2%) e Pernambuco (10,0%). O Ceará, que é um dos maiores estados da Região, teve uma pequena queda no valor bruto da produção industrial, 0,4%, mas o problema na Região é que o volume do valor adicionado da indústria baiana caiu 16,5%, sendo que ela representa 32,0% da indústria nordestina.

No setor de serviços, os destaques positivos foram as atividades de serviços de informação (4,9%) e intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados (3,9%). As atividades de comércio e de transporte, armazenagem e correio apresentaram crescimento de 3,4 e 2,8%, respectivamente. No ano de 2011, o que sustentou o crescimento das vendas no comércio, principalmente o varejista, foi o consórcio entre o aumento da população empregada e da massa real de salários, ao lado da expansão do crédito ao consumo. Em 2010, o valor adicionado apresentou crescimento real de 5,5%, perdeu força em 2011, aumentando 3,2%. São sinais de que o modelo de crescimento calcado em consumo e crédito começa a se esgotar. Destaque para as Regiões Centro-Oeste (5,5%), Norte (8,0%) e Nordeste (5,7%), que apresentaram expansão acima da média brasileira.

No Nordeste, o setor de serviços cresceu acima da média nacional, tendo apresentado um crescimento do valor adicionado de 3,6%, quando o Brasil cresceu 3,2%. Ocorreram variações positivas em todos os estados, de forma que os melhores índices foram nos estados do Ceará (7,9%), Paraíba (5,3%), Alagoas (4,6%), Maranhão (4,5%) e Sergipe (4,0%), que apresentaram taxas superiores às médias regional e nacional.

Examinando sob a ótica da participação dos grandes setores no PIB do Brasil, verifica-se que a agropecuária, assim como no ano de 2010, ganhou participação na composição do valor adicionado do País, apresentando um aumento de 0,2 ponto percentual, em comparação do ano de 2011 com 2010 (em 2010 ele tinha perdido 0,3%, com relação a 2009). Este setor passou a contribuir com 5,5 pontos percentuais do valor adicionado

do ano de 2011, segundo se observa na Tabela 6. Observando a composição regional do PIB Agropecuário no País, pela média 2005-2011, as regiões Sul e Sudeste mantiveram-se com as maiores participações, 29,4% e 25,4%, respectivamente. Em comparação com o ano anterior, as regiões Sul, Norte e Nordeste apresentaram reduções com perda de 1,0% e 0,5% para cada uma das outras duas regiões

A Tabela 6 apresenta a participação do valor adicionado da agropecuária. A última coluna, média, registra a média entre 2005-2011. Os valores para as regiões apresentam a participação da agropecuária de cada região no total do setor brasileiro. Dentro da Região Nordeste, o valor representa de quanto o setor agropecuário participa no valor adicionado do Estado. Assim, o Nordeste é a terceira região em importância. Quanto à participação do setor agropecuário no PIB de cada estado do Nordeste, observa-se que este setor é representativo para a formação do PIB dos estados do Maranhão, Piauí e da Bahia, 18,1%, 9,1% e 8,0%, de seus valores adicionados na média, respectivamente, acima da média nacional de 5,6%. Quatro estados tiveram crescimento em participação do setor agropecuário no PIB total, Piauí, o grande destaque com um aumento de 1,2%, Ceará, Maranhão e Paraíba. Em todas as demais unidades federativas do Nordeste a agropecuária perdeu participação no PIB dos estados, com a maior redução nos Estados de Sergipe e Pernambuco, com reduções na margem de 1,0 ponto percentual.

O setor industrial, em 2011, foi responsável por 27,5% do valor adicionado bruto brasileiro, representando uma queda de participação em torno de 0,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Tabela 6 – Setor Agropecuário: Participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões¹/Estados²	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
Brasil	5,7	5,5	5,6	5,9	5,6	5,3	5,5	5,6
Sul	23,2	25,2	26,6	27,0	25,9	25,5	24,5	25,4
Sudeste	29,7	31,8	29,3	26,4	27,1	29,9	31,7	29,4
Centro - Oeste	18,8	14,5	16,5	18,0	19,5	17,4	17,7	17,5
Norte	9,5	9,3	8,9	8,9	9,4	10,0	9,5	9,3
Nordeste	18,9	19,3	18,7	19,6	18,2	17,1	16,6	18,3
Maranhão	17,8	16,6	18,6	22,2	16,6	17,2	17,5	18,1
Piauí	11,4	9,5	8,2	10,9	10,2	6,2	7,4	9,1
Ceará	6,0	7,3	6,2	7,1	5,1	4,2	4,7	5,8
Rio Grande do Norte	5,6	6,4	5,1	4,6	5,3	4,2	3,7	5,0
Paraíba	7,1	7,2	5,6	6,1	5,7	4,2	4,5	5,8
Pernambuco	5,1	5,2	4,8	5,4	4,8	4,5	3,5	4,7
Alagoas	8,6	8,1	6,8	7,9	7,5	6,7	6,1	7,4
Sergipe	4,4	4,9	4,6	5,2	5,9	4,6	3,5	4,7
Bahia	8,6	7,9	8,6	8,5	7,7	7,2	7,4	8,0

Fonte: IBGE (2011)

Notas: (1) Participação no Valor Adicionado do setor.

Analisando regionalmente a participação no PIB industrial do País, a Região Sudeste manteve seu lugar de destaque e ainda cresceu na margem, cuja produção industrial passou de 58,0% para 58,25% em 2011. As regiões Centro-Oeste e Norte, também, apresentaram crescimento, com 0,2% e 0,3% na margem. A Região Sul é a segunda em participação do PIB industrial, mas apresentou perda com relação à sua participação de 2010, de 0,5%. A Região Nordeste teve perda de 0,2%, decorrente da indústria baiana que caiu 4,1% de participação em seu PIB.

Quanto à participação do setor industrial no PIB de cada estado nordestino, observa-se que este setor é relevante na composição do valor adicionado dos estados da Bahia e Sergipe, 29,2% e 30,5%, média 2005-2011, respectivamente. Estes continuam sendo os únicos estados cuja participação do setor industrial está acima da média nacional. O grande destaque em crescimento positivo em sua participação foi o estado de Alagoas, com aumento na margem de 4,0%. Estes resultados estão apresentados na Tabela 7.

O setor de serviços, em 2011, foi responsável por 67,0% do valor adicionado bruto brasileiro, representando um crescimento na participação de 0,4 pontos percentuais em relação ao ano de 2010. A participação média anual para os anos de 2005 a 2011 apresenta o valor de 66,4%, conforme a Tabela 8.

Em relação às unidades federativas do Nordeste, a maioria apresenta contribuição superior à média nacional para a formação dos seus respectivos PIBs em 2011, à exceção do estado da Bahia. Destaque para Piauí (74,2%), Paraíba (74,0%) e Ceará (72,1%). Em relação à composição regional do PIB de Serviços brasileiro, as regiões Sudeste e Sul continuam a dar maior contribuição, participando, em 2011, com 54,7% e 15,2%, respectivamente. A contribuição do Nordeste, no ano de 2011, cresceu 0,1 ponto percentual em relação ao ano anterior, sendo a sua participação de 14,4% superior à média anual de 2005-2011, que gira em torno de 13,9%.

Tabela 7 – Setor Industrial: Participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões¹/Estados²	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
Brasil	29,3	28,8	27,8	27,9	26,8	28,1	27,5	28,0
Sul	17,8	17,3	17,7	17,2	18,6	17,7	17,2	17,6
Sudeste	60,1	60,5	60,2	60,3	58,2	58,0	58,2	59,4
Centro - Oeste	4,9	4,8	5,0	5,0	5,7	5,6	5,8	5,2
Norte	5,4	5,7	5,5	5,8	5,3	6,7	7,0	5,9
Nordeste	11,8	11,7	11,6	11,6	12,2	12,0	11,8	11,8
Maranhão	17,2	19,6	17,9	16,9	15,4	15,7	17,5	17,2
Piauí	17,0	16,9	16,9	16,2	17,0	18,5	18,4	17,3
Ceará	23,1	23,5	23,6	23,6	24,5	23,7	22,2	23,5
Rio Grande do Norte	26,0	25,5	24,1	25,4	19,9	21,5	23,7	23,7
Paraíba	22,5	22,0	22,4	21,4	22,1	22,5	21,5	22,1
Pernambuco	22,1	21,6	21,9	21,8	22,0	22,1	24,0	22,2
Alagoas	27,1	26,0	24,5	23,2	20,6	21,2	25,2	24,0
Sergipe	33,3	31,4	30,6	33,0	27,9	28,6	28,8	30,5
Bahia	32,2	30,6	28,2	28,0	28,7	30,3	26,2	29,2

Fonte: IBGE (2011)**Notas:** (1) Participação no Valor Adicionado do setor.**(2)** Participação no Valor Adicionado de cada Estado.**Tabela 8 – Setor Serviços: Participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)**

Regiões¹/Estados²	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
Brasil	65,0	65,8	66,6	66,2	67,5	66,6	67,0	66,4
Sul	15,7	15,5	15,8	15,7	15,3	15,5	15,2	15,5
Sudeste	56,0	56,0	55,7	55,2	55,1	54,9	54,7	55,4
Centro - Oeste	10,2	10,3	10,3	10,6	10,7	10,6	10,9	10,5
Norte	4,6	4,6	4,7	4,7	4,8	4,7	4,8	4,7
Nordeste	13,6	13,6	13,6	13,7	14,1	14,3	14,4	13,9
Maranhão	65,0	63,8	63,5	60,9	68,1	67,1	64,9	64,8
Piauí	71,6	73,6	74,8	72,9	72,9	75,3	74,2	73,6
Ceará	70,9	69,2	70,2	69,3	70,4	72,1	73,1	70,8
Rio Grande do Norte	68,4	68,2	70,9	70,0	74,8	74,3	72,6	71,3
Paraíba	70,4	70,8	72,0	72,4	72,2	73,2	74,0	72,2
Pernambuco	72,8	73,2	73,3	72,8	73,2	73,4	72,6	73,0
Alagoas	64,3	65,9	68,7	68,9	71,9	72,1	68,7	68,7
Sergipe	62,3	63,7	64,8	61,8	66,2	66,9	67,7	64,8
Bahia	59,2	61,5	63,2	63,4	63,6	62,5	66,3	62,8

Fonte: IBGE (2011)**Notas:** (1) Participação no Valor Adicionado do setor.**(2)** Participação no Valor Adicionado de cada Estado.

1.5 CONCLUSÃO

O ano de 2011 registra o começo de um período fraco em atividade econômica do País, que parece que deve se prolongar até 2014. A análise das contas regionais do ano de 2011 detalha os entraves em cada Região e mudanças setoriais que ocorreram. Vê-se o valor adicionado da agropecuária dando maior contribuição ao PIB total, o setor de serviços sendo ainda a base de sustentação do crescimento da atividade econômica, e a indústria pouco respondendo, sinal da deterioração do grau de competitividade da manufatura brasileira, forçada pela perda de produtividade e valorização cambial.

Na Região Nordeste, que cresceu 2,3%, abaixo da média nacional, que foi de 2,5%, em termos de valor adicionado, sete estados cresceram acima da média nacional, com destaque para Alagoas (9,6%), Maranhão (7,8%), Ceará (6,3%) e Piauí (5,0%). A Bahia, o mais importante Estado da Região, conviveu com uma queda em sua atividade de 3,5%. Este fato, associado à variação do valor adicionado de Pernambuco, 1,6%, explica a variação a menor da atividade da Região. A retração da Bahia é decorrente do ocorrido em sua indústria, o valor adicionado deste segmento é fortemente influenciado pelas atividades da petroquímica (refino e química). Segundo a PIM-PF de 2011, estes dois segmentos tiveram queda de 9,6% e 7,7%, respectivamente. Um segundo fator se refere ao diferencial de preços relativos. Em 2011, os preços do petróleo, cotados internacionalmente, cresceram no mercado interno aproximadamente 35%, influenciando os custos de produção, enquanto que os preços dos derivados de petróleo, que são administrados, ficaram praticamente estáveis. Cabe salientar que a indús-

tria de transformação baiana teve redução de 35,9%.

Quanto à participação das grandes regiões no Produto Interno Bruto brasileiro, analisando o ano de 2011 em relação a 2010, as regiões Centro-Oeste e Norte aumentaram suas contribuições em 0,3% e 0,1%, respectivamente. A Região Sudeste manteve a sua participação relativa, enquanto Sul e Nordeste tiveram perda de participação.

O PIB per capita brasileiro apresentou uma pequena melhora em relação a 2010, 1,8% em termos reais, apresentando um comportamento de crescimento muito parecido com o PIB de cada Região, sendo o destaque a Região Centro-Oeste, com um aumento real da renda per capita de 4,2%. As regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul obtiveram renda per capita acima da média brasileira. O PIB per capita do Nordeste em 2011, cresceu em termos reais apenas 1,5% com relação ao valor de 2010. A Região Nordeste continua exibindo o menor PIB per capita, apresentando o valor de R\$ 10.380, ficando em torno de 48,2% da média nacional no ano de 2011. Torna-se clara a partição do País em regiões mais adiantadas e mais atrasadas, o nível de concentração espacial, em que as regiões mais pobres, têm uma renda per capita por volta de 50% da média nacional, região Norte (13.380) e Nordeste (10.380). Aqui cabe observar que é preciso uma política de Estado para o desenvolvimento regional, em que o objetivo primordial, definido o espaço temporal para se alcançar este objetivo, é a convergência das rendas per capita regionais.

O trabalho apresentou um indicador de produtividade estadual. Quando o indicador

é maior que um, sinaliza que a participação do PIB estadual, em termos de PIB brasileiro, é maior que a participação da população estadual no total da população do Brasil. Ou seja, a riqueza gerada por habitante, em termos estaduais, é maior que a riqueza gerada por habitante na totalidade do País. Nesse caso, deduz-se que o Estado tem maior produtividade quando comparado com a média do Brasil. Todos os estados da Região Nordeste apresentaram índice abaixo da média do País, média do Nordeste 0,5. Cabe ainda salientar outro agravante, que o contingente da população rural é expressivo no Nordeste, em grande parte dedicando-se à agricultura de subsistência, o que contribui para uma menor geração de renda monetária por habitante.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Contas regionais do Brasil 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 40, 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf. Acesso em: 30 dez. 2013.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **População**: Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/>. Acesso em: 30 dez. 2013.

2 SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

2.1 SÍNTESE

O PIB brasileiro cresceu 2,2% do terceiro trimestre/2013 na comparação com o mesmo trimestre de 2012. As economias da Bahia e do Ceará tiveram crescimento de 3,4% e 3,8%, respectivamente, apenas Pernambuco (1,8%) teve crescimento abaixo do observado para o Brasil. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior (na série livre de influências sazonais), houve retração de 0,5% da economia brasileira. Essa retração, que é típica desse período, também foi observada no PIB das principais economias nordestinas.

A agropecuária brasileira deverá obter desempenho positivo em 2013, fechando o ano com Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 381,5 bilhões, 9,8% de aumento frente a 2012, ou R\$ 34 bilhões em valores absolutos. Contribuíram na alta do VBP da agropecuária nacional as culturas da soja (+28%), do milho (+16,7%) e da cana-de-açúcar (+9,8%).

O déficit na balança comercial nordestina, de US\$ 10,6 bilhões, representou aumento de 54,8% sobre o déficit de US\$ 6,9 bilhões observado no mesmo período em 2012. Entretanto, o agronegócio nordestino teve superávit, ainda que se reduzindo em 24,8% (de US\$ 5,7 bilhões para US\$ 4,3 bilhões), em relação a 2012.

Os principais produtos exportados pelo agronegócio nordestino, no período, foram: complexo soja; produtos florestais; complexo sucroalcooleiro; frutas (inclui nozes e castanhas); fibras e produtos têxteis; couros, produtos de couro e peleteria, totalizando

88,8% (US\$ 5,8 bilhões) das exportações desse segmento. Entre os principais produtos importados pelo agronegócio nordestino, no mesmo período, estão: cereais, farinhas e preparações, produtos florestais, produtos oleaginosos e fibras e produtos têxteis, somando US\$ 1,7 bilhão, ou 75,2% das importações do setor.

A balança comercial brasileira apresentou déficit de US\$ 1,6 bilhão, resultado de US\$ 177,6 bilhões de exportações e US\$ 179,2 bilhões de importações realizadas entre janeiro e setembro de 2013. Nesse período, enquanto as exportações caíram 1,6%, as importações expandiram-se em 8,7%. O fraco desempenho da balança comercial brasileira foi motivado, em parte, pelo déficit na conta de petróleo e derivados.

Na Região Nordeste, o déficit da balança comercial, foi de US\$ 8,3 bilhões, bem superior ao apresentado pelo País. Dos estados nordestinos, apenas Alagoas e Bahia apresentaram saldo positivo nesse período.

Pelo lado das exportações nordestinas, houve, entre janeiro e setembro de 2013, decréscimo de 11,0% relativamente a igual período do ano anterior. O total exportado (US\$ 13,2 bilhões) representa 6,9% das vendas externas do País. Já as importações nordestinas (US\$ 26,7 bilhões) cresceram 14,4% nesse período de comparação.

Apesar do bom desempenho da produção industrial do Ceará (4,5%) e da Bahia (4,3%) em setembro/13, comparativamente a setembro/12 e do desempenho brasileiro

(+1,8%) nesse indicador, o Nordeste apresentou queda de 1,7%, influenciado principalmente pelo forte recuo de Pernambuco (-7,3%), conforme divulgado pelo IBGE, em sua Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF).

O comércio brasileiro apresentou, no terceiro trimestre de 2013, resultados positivos em volume de vendas, com taxas acumuladas de crescimento de 3,6% no comércio varejista ampliado e de 3,9% no comércio varejista restrito. Cinco estados do Nordeste apresentaram desempenho superior ao do Brasil; mas dois estados de economia muito expressiva (Bahia e Ceará), apresentaram desempenho muito inferior à média nacional.

As informações do mercado de trabalho para o trimestre de julho a setembro de 2013 apontam estabilidade da taxa de desocupação, redução no ritmo de crescimento dos rendimentos e perda de dinamismo na geração de postos formais de trabalho, o que está em linha com o baixo nível de crescimento da atividade econômica. No âmbito regional, destacam-se a queda na taxa de desocupação e dos rendimentos na Região Metropolitana de Recife.

O Nordeste foi a região com maior crescimento da arrecadação do ICMS de janeiro a setembro de 2013 e 2012. Com relação à arrecadação dos estados nordestinos, as notas destoantes são Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, com evolução real abaixo dos 4,0%. O setor econômico que apresentou a maior redução no ICMS arrecadado no período foi o de energia, situação que reflete a política federal de redução do custo da energia para o consumidor. O crescimento real das transferências do FPE foi de 1,3%, um pouco melhor que o FPM, que ficou praticamente estabilizado (aumento real de 0,4%). Cabe ressaltar a queda real observada no FPM destinado às capitais nordestinas

(4,3%), explicada pelas substanciais reduções para Fortaleza (19,1%), e Recife (9,0%).

As transferências voluntárias da União para o Nordeste ficaram estabilizadas ao nível de 2012 no período analisado (-0,1% em termos reais). Os ministérios majoritários nessas transferências foram: Educação e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que representaram 93,2% do total das transferências.

No acumulado do ano, até setembro de 2013, observou-se que as operações de crédito do País vêm registrando uma nítida tendência de desaceleração, comparadas ao mesmo período do ano anterior. O crescimento moderado do crédito concedido no Sistema Financeiro Nacional foi resultado principalmente do aumento das incertezas macroeconômicas, seja no âmbito interno, a exemplo do comportamento da atividade industrial, do endividamento das famílias e da elevação da taxa básica de juros, seja no âmbito externo, como o aumento da volatilidade dos mercados internacionais.

Os bancos públicos continuam ganhando participação no crédito total, alcançando nível superior a 50% do crédito, assim como a carteira que utiliza recursos direcionados (lastreados com recursos compulsórios ou governamentais).

Em consonância com a situação do crédito nacional, a expansão do crédito no Nordeste apresenta tendência de desaceleração. Contudo, vale ressaltar que a Região ainda apresenta crescimento do crédito acima da média nacional. O crescimento regional da intermediação financeira deveu-se exclusivamente aos aumentos registrados pelos bancos públicos, na captação de depósitos e na oferta de crédito, uma vez que os bancos privados apresentaram estagnação na captação, e apenas um leve aumento na oferta de

crédito. Esse crescimento foi acompanhado por uma melhora na qualidade do crédito, tendo em vista a queda da taxa de inadim-

plência, influenciada em grande medida pela redução da inadimplência das operações de crédito das pessoas físicas.

2.2 EXPECTATIVAS

O cenário econômico internacional apresentou, no terceiro trimestre de 2013, algumas melhoras: crescimento do PIB norte-americano com aumento do emprego; baixa inflação na União Europeia, com redução do juro básico por parte do Banco Central Europeu, apesar do fraco crescimento do PIB e de ligeira queda na produção industrial; reaquecimento da atividade econômica chinesa. Tais eventos devem ter influenciado a leve alta (+0,6%) nos onze primeiros meses de 2013, das commodities agropecuárias, ajudando na redução do déficit da balança comercial total. O real desvalorizado ante o dólar deve ser uma tendência até o final do ano, o que, aliado às referidas melhoras no cenário internacional, podem reverter o quadro de déficit.

A divulgação do PIB do terceiro trimestre mostra que o ritmo mais lento da atividade econômica em 2013 vem se confirmando. Nesse sentido, as estimativas do BNB/ETENE são de que o PIB brasileiro alcance crescimento próximo aos 2,3% em 2013. Para a economia da Região Nordeste, de forte dependência em relação aos condicionantes do crescimento brasileiro, estima-se um crescimento de 2,7%.

Segundo a BM&F Bovespa, o preço estimado da arroba bovina para fechamento de contratos futuros, em dezembro de 2013, é de R\$ 112,41, alta de 2% em relação a setembro de 2013. O consumo nacional deve aumentar em 2014, em função de eventos como a Copa do Mundo de futebol. Segundo projeções do

Mapa para 2013-2023, o consumo nacional de carne bovina deve continuar aumentando em 2% ao ano, enquanto as exportações, 2,5% ao ano.

O comportamento do VBP do agronegócio nordestino é muito dependente das condições climáticas. O biênio 2012/2013 foi de poucas chuvas. 2013 teve pluviosidade média pouco superior à de 2012, o que permite previsões de fechamento de VBP para 2013 um pouco mais otimistas, seja para agricultura (+2,3%) ou para a pecuária (+7%). As previsões climáticas para 2014 são de pluviosidade dentro da média histórica, o que pode potencializar o crescimento desses setores.

As principais consultorias que divulgam projeções conjunturais apontam para 2013 um crescimento de 1,6% no indicador da produção física industrial do Brasil. Ou seja, praticamente o mesmo observado no terceiro trimestre. Para 2014, a previsão é de 2,23%. Já para o Nordeste, estima-se que o desempenho da produção industrial será um pouco melhor do que o do País, crescendo em torno de 1,70% em 2013. Para 2014, projeta-se um avanço de 2,5%, haja vista o histórico de crescimento da economia da Região superior ao nacional.

O desempenho pífio registrado em anos recentes da produção física industrial do Brasil e, em particular, do Nordeste, associado à deterioração do saldo da balança comercial de bens industriais, revela a existência de problemas estruturais que dificultam um

maior dinamismo do parque fabril nacional e regional.

A pesquisa recente do IBGE sobre os serviços inibe analistas a fazerem previsões. Mas diante das expectativas dos empresários, não muito favoráveis, acredita-se que o setor de serviços não apresente variações significativas em seu crescimento no quarto semestre. Entretanto, a partir dos dados da arrecadação do ICMS, que representam uma boa proxy do PIB dos serviços, espera-se que a atividade econômica nordestina cresça um pouco acima da média nacional. Espera-se um crescimento de 4,7% do comércio varejista restrito em 2013.

Por outro lado, o mercado de trabalho deve permanecer sem alterações significativas no último trimestre de 2013, o que está em consonância com o baixo nível de crescimento da atividade econômica.

Estima-se que as importações nordestinas continuarão superiores às exportações refletindo-se em déficit na balança comercial em torno de US\$ 10 milhões. Para o Brasil, a previsão é de saldo superavitário na balança comercial de US\$ 2 bilhões.

O volume de crédito do País deverá crescer no ano de 2013 em torno de 15,0%, convergindo para uma taxa sustentável de longo prazo ainda sob forte influência das operações de crédito financiadas com recursos direcionados e da participação das instituições financeiras públicas.

Para 2014, o crescimento moderado da atividade econômica e do consumo das famílias será fator fundamental para um avanço mais ameno (14%) do crédito total. O crédito direcionado, que sustentou boa parte do crescimento em 2013, deverá perder força, tendo em vista que Governo tem acenado com a redução dos aportes do Tesouro Na-

cional ao BNDES, bem como orientado os bancos públicos para que reduzam o ritmo de expansão do crédito. Vislumbra-se que o ímpeto dos bancos públicos será moderado, em razão do impacto fiscal da expansão do crédito, enquanto que os bancos privados buscarão retomar parte do mercado de crédito no segmento das empresas.

Espera-se que política monetária seja um pouco mais restritiva, com aumentos da taxa básica de juros, de maneira a manter a inflação dentro da meta. Assim, os juros praticados e os spreads poderão sofrer alguma expansão, pressionando a taxa de inadimplência.

No Nordeste, as operações de crédito deverão manter a tendência de desaceleração já observada. Estima-se para os anos de 2013 e 2014, aumentos por volta de 16,4% e 15,9%, respectivamente, superiores ao índice nacional, influenciados pelo crescimento da economia regional. A taxa de inadimplência deverá sofrer uma pequena elevação, refletindo a política monetária a ser adotada.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Contas regionais do Brasil 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 40, 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionalis/2011/contasregionais2011.pdf. Acesso em: 30 dez. 2013.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **População: Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/>. Acesso em: 30 dez. 2013.

3 NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO

Os dados divulgados pelo IBGE para o PIB do terceiro trimestre mostram crescimento de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, após a revisão na base de comparação em 2012 (Gráfico 1). A desagregação por setores mostrou crescimento na indústria (1,9%) e nos serviços (2,2%), e queda na agropecuária (1%).

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior (na série livre de influências sazonais), houve retração de 0,5%, puxada

pela agropecuária que caiu 3,5%. A retração do setor no terceiro trimestre é típica do período, quando algumas culturas saem da safra. Por meio da mídia especializada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2011), relatou que o recuo neste setor ocorreu em razão da saída da soja da safra, que tem peso grande na agropecuária e produção muito concentrada nos seis primeiros meses do ano, puxando a queda na agropecuária no terceiro trimestre.

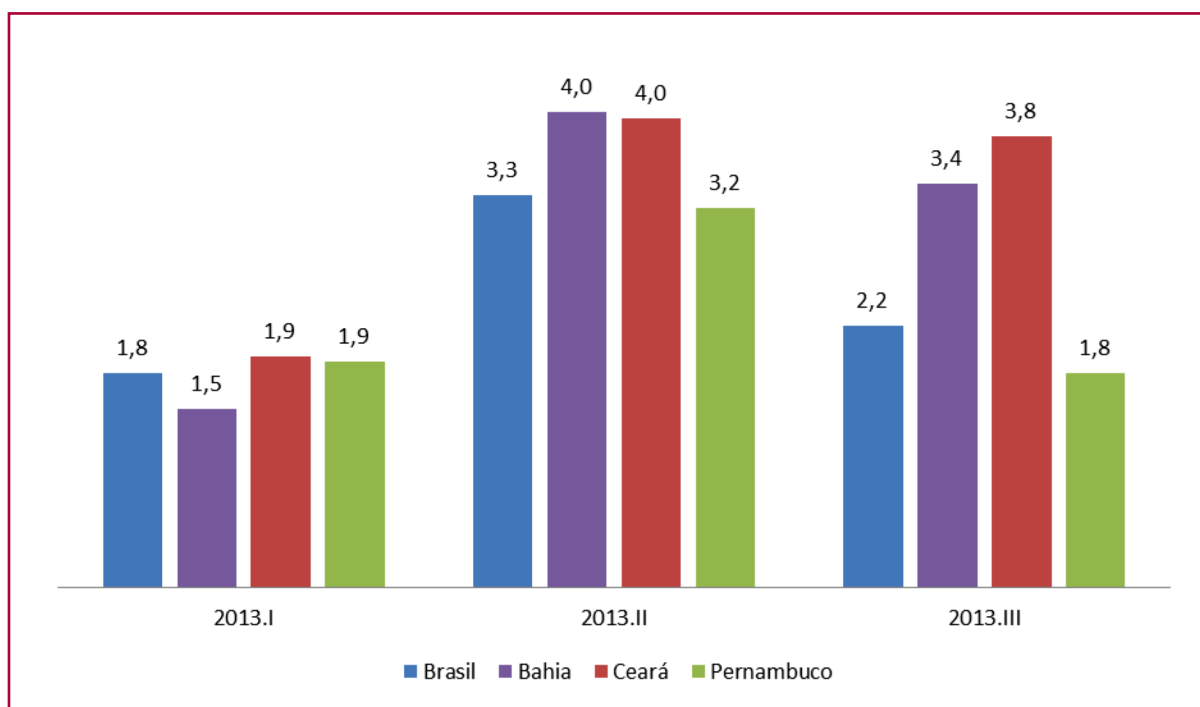


Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do PIB a preços de mercado, Brasil, Bahia, Ceará e Pernambuco - 1º trimestre/2013 ao 3º trimestre/2013 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Fonte: IBGE (2011); IPECE (2013); SEI (2013); CONDEPE/FIDEM (2013)

Na Região Nordeste, o PIB trimestral é disponibilizado apenas pelos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco¹, que por meio de seus Institutos de Planejamento, realizam a mensuração do PIB como forma de acompanhar a evolução de suas economias e fornecer suporte para decisões estratégicas. Mas seus resultados são preliminares e estão sujeitos a retificações quando do cálculo definitivo das Contas Regionais.

De acordo com o cálculo do PIB, realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), (2013), a economia baiana registrou expansão de 3,4%, em relação ao terceiro trimestre de 2012 (Gráfico 1). A indústria foi a principal responsável pelo crescimento da economia baiana (5,1%), uma vez que o setor de serviços teve fraco desempenho (1,5%) e a agropecuária registrou retração de 3,7%. Segundo informações da SEI, a retração na agropecuária baiana deve-se ainda aos efeitos da seca sobre algumas culturas, e também aos efeitos da praga "Helicoverpa armigera", que tem devastando plantações de milho, algodão e, principalmente, soja do oeste baiano. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, eliminadas as influências sazonais, a retração foi similar à verificada para o Brasil (0,5%). A retração verificada para a série com ajuste sazonal já era esperada, e é tradicional desse período.

As informações divulgadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) (2013) mostram que o Estado teve crescimento de 3,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (Gráfico 1). O maior

responsável por esse resultado foi o avanço de 7,0% na indústria. O setor de serviços também teve desempenho positivo (2,3%), enquanto a agropecuária decresceu (3,1%).

O PIB do estado de Pernambuco cresceu 1,8% em relação ao terceiro trimestre de 2012, de acordo com dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. A taxa de crescimento do valor adicionado por setores teve a seguinte distribuição: agropecuária (-7,0%), indústria (1,5%) e serviços (2,3%).

Se tomarmos o crescimento do extrato regional formado pelos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco como uma boa aproximação do crescimento da Região, dado que representam 63,4% do PIB regional (dados de 2011, último PIB divulgado pelo IBGE), a evolução do PIB nordestino no 3º trimestre de 2013 ficará em torno dos 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Gráfico 2 apresenta o crescimento do PIB - Brasil e extrato regional (Bahia, Ceará e Pernambuco). Vê-se que a perspectiva converge para uma evolução do PIB regional acima da média nacional.

Analisando-se a evolução do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) com ajuste sazonal, que procura reproduzir o movimento do Produto Interno Bruto do Brasil, em contraposição ao Índice calculado para a Região Nordeste, (IBC-Ne), observa-se que a expectativa sinaliza o mesmo caminho dos resultados da simulação com o extrato regional (Bahia, Ceará e Pernambuco), ver Gráfico 3.

1 O cálculo do PIB estadual por trimestre é realizado por sete Estados (Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás e Bahia). Segundo dados das contas regionais de 2011, Bahia, Pernambuco e Ceará, representavam 63,4% do PIB do Nordeste em 2011.

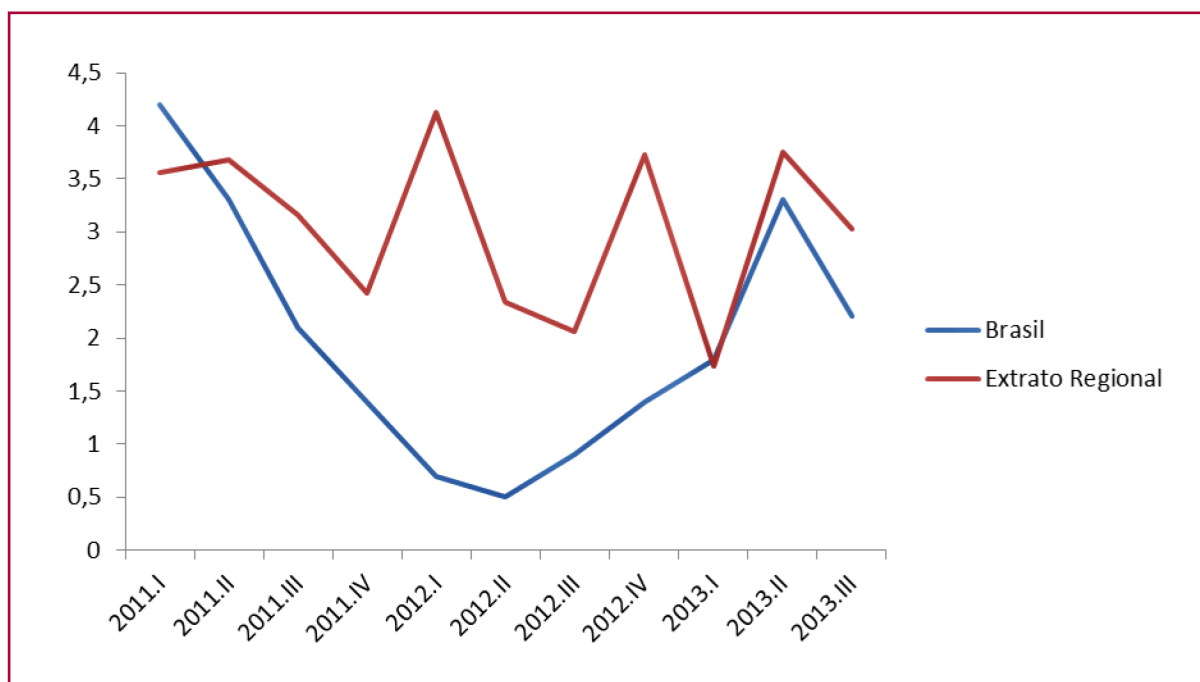


Gráfico 2 – Taxa de Crescimento do PIB a Preços de Mercado, Brasil e Extrato Regional (Bahia, Ceará e Pernambuco).

Fonte: IBGE (2011); IPECE (2013); SEI (2013); CONDEPE/FIDEM (2013)

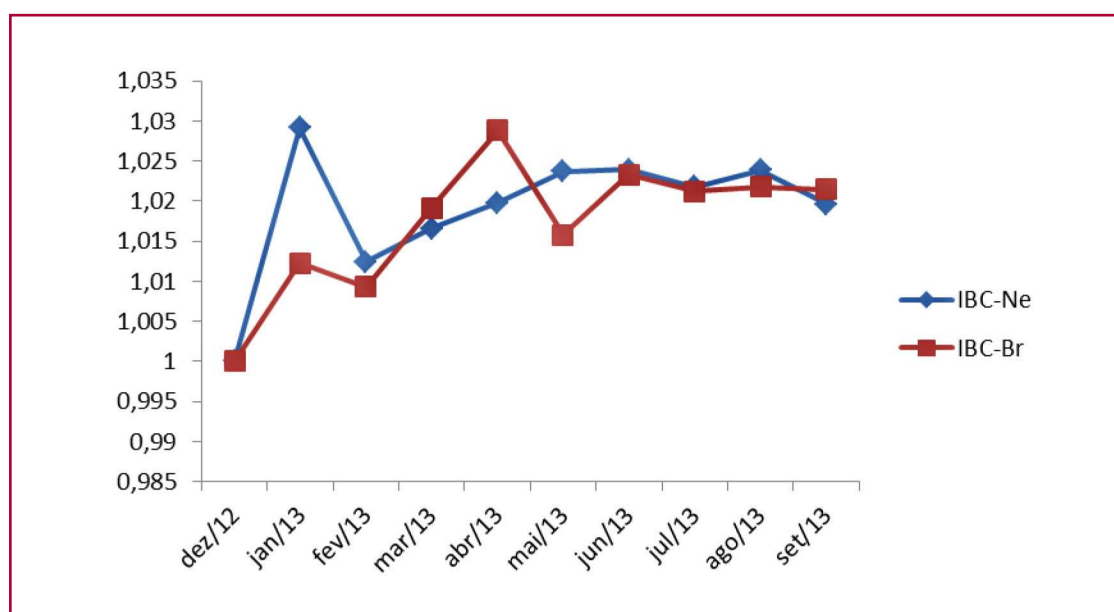


Gráfico 3 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central, Base Dezembro de 2012.

Fonte: Banco Central do Brasil (2014)

Com relação ao crédito, constata-se que o saldo de crédito do sistema financeiro alcançou R\$ 2.597 bilhões em setembro, e aproximadamente R\$ 355.645 milhões no Nordeste. O crescimento com relação ao mês anterior foi de 0,75% e 0,81%, respectivamente,

enquanto que a evolução em doze meses ficou em 15,7% e 18,3%, respectivamente. O Gráfico 4 mostra a evolução do crédito regional e nacional, taxa de crescimento em doze meses. Observa-se que a Região tem superado a evolução da média nacional.

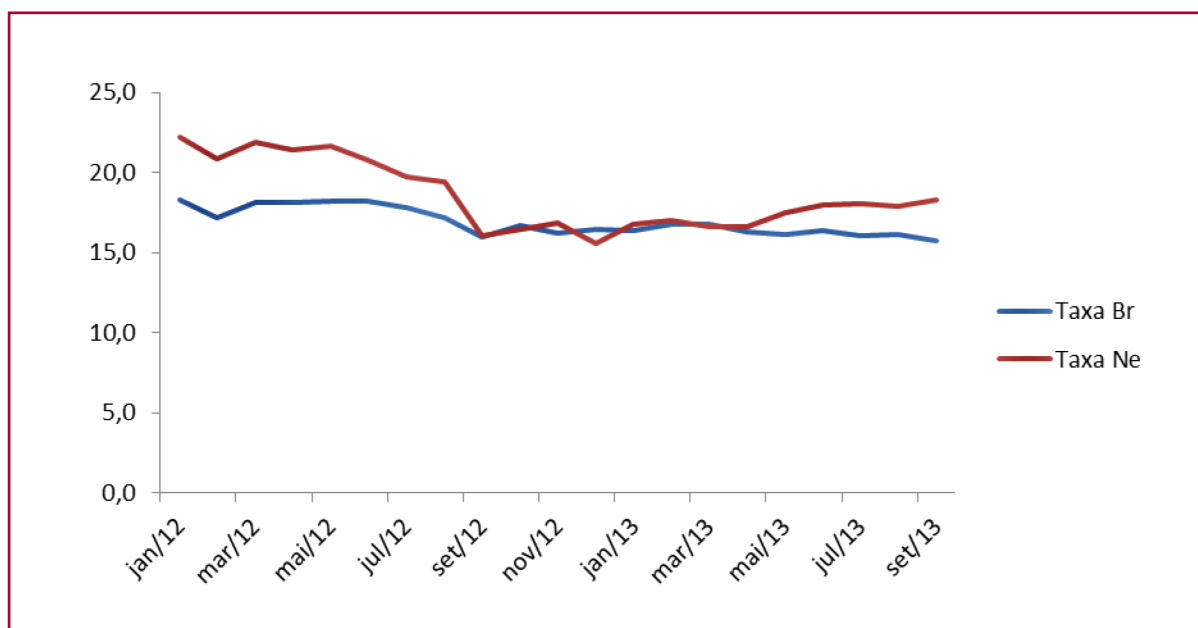


Gráfico 4 – Taxa de Crescimento em Doze Meses do Crédito da Região Nordeste do Brasil.

Fonte: Banco Central do Brasil (2014)

O arrefecimento da evolução do crédito se dá em maior escala nos recursos livres que cresceram até setembro (taxa em doze meses) 8,7%, enquanto que os recursos direcionados evoluíram 26,2% no mesmo período, puxados pelo crescimento do crédito imobiliário que cresceu 33,8% e já representa 33,2 % de todo o crédito direcionado. O crédito pessoa física ainda vem crescendo acima do crédito pessoa jurídica, muito influenciado, também pelo crédito imobiliário.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. **PIB trimestral de Pernambuco**: 3º trimestre de 2013. Disponível em: <<http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>>. Acesso em: 10 set.2013.

BANCO Central do Brasil. Economia e finanças, séries Temporais, Indicadores de Crédito, 2014. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov>.

br/pec/series/port/aviso.asp>. Acesso em 14 jan. 2014.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Contas regionais do Brasil 2011**. Rio de Janeiro, 2013. n. 40. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2013.

_____. **Contas Regionais do Brasil, 2011**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2010/contasregionais2010.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2013.

_____. **Indicadores**: contas nacionais trimestrais, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

INSTITUTO de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE, 2013. **PIB Trimestral do Ceará**: 3º Trimestre de 2013. Disponível em: <<http://www.ipece.gov.br/categoria2/pib/pib>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

SUPERINTENDÊNCIA de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - (SEI). **PIB trimestral da Bahia: 3º Trimestre de 2013.** Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=139&Itemid=210>. Acesso em: 20 dez. 2013.

3.2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

3.2.1 AGRICULTURA

De acordo com o segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2013a), a área estimada para a safra nacional de grãos é de 54,9 milhões de hectares, acréscimo de 3,1% em relação à safra 2012/2013. Destaque para aumento das áreas plantadas com algodão (aumento expressivo de 19,2%, o que representa 172,1 mil hectares) e com soja (acrécimo de 5,0%, ou seja, 1,4 milhão de hectares).

A safra nacional de grãos está estimada em 194,5 milhões de toneladas, acréscimo de 4,1% em relação a 2012/2013. Novamente, destacam-se as culturas do algodão (acrécimo de 24,7% com relação à safra passada) e da soja (aumento de 9,24% sobre 2011/2012), mas também do feijão (aumento de 14,0% no mesmo período).

Os aumentos previstos para o Piauí (8,6%), a Bahia (5,2%) e o Maranhão (3,1%), deverão contribuir para um crescimento da participa-

ção (4,2%) do Nordeste na área brasileira. Juntos, esses estados cultivaram 5,6 milhões de hectares na safra 12/13 passando a cultivar 6,0 milhões de área, ou seja, 79,3% do total na safra nordestina 12/13.

A estimativa de produção regional consolidou-se em 15,7 milhões de toneladas, aumento expressivo de 30,5% em relação a 12/13, uma vez que os dados do período anterior foram rebaixados pela ocorrência da estiagem pela qual a Região passou e que se espera não se repita em 13/14. A produção de grãos deverá aumentar na maioria dos estados nordestinos, principalmente na Bahia (aumento de 1,75 milhões de toneladas, ou seja, 32,7%) e no Piauí (aumento de 1,23 milhões de toneladas, ou seja, 77,1%). O crescimento da produtividade é consequência das expectativas de aumento da produção na Região de diversas culturas como algodão (39,8%) e soja (38,0%) em percentual superior à ampliação das áreas (Tabela 1).

Tabela 1 – Comparativo de área, produtividade e produção de grãos - Produtos selecionados (1): Safras 12/13 e 13/14(2)

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 (b)	VAR. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	VAR. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	VAR. % (f/e)
NORTE	1.881,60	1.923,00	2,2	2.935	2.972	1,26	5.522,80	5.720,55	3,58
NORDESTE	7.258,40	7.562,40	4,2	1.656	2.071	25,06	12.017,40	15.682,15	30,50
MA	1.626,70	1.676,45	3,1	2.208	2.250	1,90	3.591,40	3.769,40	4,96
PI	1.264,40	1.372,55	8,6	1.268	2.069	63,17	1.603,10	2.839,50	77,13
CE	787,7	787,70	-	284	823	189,79	223,6	648,20	189,89

continua

Tabela 1 – Comparativo de área, produtividade e produção de grãos - Produtos selecionados (1): Safras 12/13 e 13/14(2)

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 (b)	VAR. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	VAR. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	VAR. % (f/e)
RN	29,1	29,10	-	450	739	64,22	13,1	21,50	64,12
PB	109,8	109,80	-	421	474	12,59	46,2	52,00	12,55
PE	314,6	314,60	-	301	482	60,13	94,6	151,70	60,36
AL	76,5	76,50	-	753	753	-	57,6	57,60	-
SE	244,4	244,40	-	4.207	4.207	-	1.028,20	1.028,20	-
BA	2.805,20	2.951,30	5,2	1.911	2.408	26,01	5.359,60	7.114,05	32,73
CENTRO-OESTE	20.651,00	21.331,75	3,3	3.760	3.784	0,64	77.639,10	80.620,55	3,84
SUDESTE	4.954,70	5.002,55	1,0	4.083	4.040	(1,05)	20.232,30	20.228,15	(0,02)
SUL	18.523,10	19.115,65	3,2	3.856	3.777	(2,05)	71.425,60	72.286,50	1,21
NORTE/NORDESTE	9.140,00	9.485,40	3,8	1.919	2.254	17,46	17.540,20	21.402,70	22,02
CENTRO-SUL	44.128,80	45.449,95	3,0	3.836	3.809	(0,70)	169.297,00	173.135,20	2,27
BRASIL	53.268,80	54.935,35	3,1	3.507	3.541	0,97	186.837,20	194.537,90	4,12

Fonte: CONAB (2013a).

Nota: (1) Produtos selecionados: Carvão de algodão, amendoim (1a e 2a safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1a, 2a e 3a safras), girassol, mamona, milho (1a e 2a safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

(2) A média entre o limite superior e o limite inferior disponibilizado pela CONAB.

3.2.1.1 Algodão

Estima-se uma área cultivada com algodão em 1.065,6 mil hectares, aumento de 19,3% em relação à safra passada. O preço interno mais interessante da commodity algodão em pluma e a tendência de aumento no mercado externo, associados à redução na produção e à fraca comercialização do milho, são fatores que influenciaram as tomadas de decisões dos produtores em aumentar a área, com consequente aumento na produção de algodão no País que deverá colher 4,1 milhões de toneladas de algodão em caroço, aumento de 24,72% (ou seja, acréscimo de 814,8 mil toneladas) que na safra 2012/2013. A produtividade deve subir 4,6%, devido ao incremento tecnológico na produção, aliado às condições climáticas favoráveis nos principais estados produtores, passando de 3.689 kg/ha para 3.857 kg/ha.

Para o Nordeste, a expectativa é de que acompanhe a tendência nacional, registrando aumento de 16,7% na área cultivada

sobre 2012/2013. Quanto à produção regional, espera-se para 2013/2014 aumento de 39,8%, alcançando 1.361 mil toneladas. A Bahia registra o maior aumento, tanto em área plantada (acrécimo de 48,8 mil hectares) quanto em produção (aumento de 377,7 mil toneladas). Nesse Estado, que é o mais significativo na produção, a produtividade média registrou incremento de 21,5%; estima-se que alcance 3.900 kg/ha na safra 13/14 (Tabela 2).

Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA-Agrostat, 2013), a exportação brasileira de pluma de algodão registrou volume de 55,5 mil toneladas, no mês de novembro/2013, dado bem inferior (42,6%) ao mês anterior. O preço médio das exportações foi de R\$ 1,9712/lp, 2,3% maior que o registrado em novembro/2013. As estimativas de exportação para 2013 ficaram em 44% da praticada no mesmo período de 2012, que registrou 527,6 mil toneladas.

Tabela 2 – Algodão em caroço. Comparativo de área, produtividade e produção: Safras 12/13 e 13/14

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 (b)	VAR. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	VAR. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	VAR. % (f/e)
NORTE	6,00	6,45	7,50	3.150	3.600	14,29	18,90	23,25	23,02
NORDESTE	300,80	351,10	16,72	3.237	3.876	19,74	973,60	1.360,85	39,78
MA	16,70	17,85	6,89	3.660	3.810	4,10	61,10	68,00	11,29
PI	11,40	11,70	2,63	3.570	3.660	2,52	40,70	42,80	5,16
CE	0,9	0,90	-	295	655	122,03	0,3	0,60	100,00
RN	0,1	0,10	-	3000	3000	0,00	0,3	0,30	0,00
PB	0,1	0,10	-	300	615	-	-	0,10	-
PE	0,1	0,10	-	380	540	-	-	0,10	-
AL	0,1	0,10	-	320	390	-	-	-	-
BA	271,40	320,25	18,00	3.210	3.900	21,50	871,20	1.248,95	43,36
CENTRO-OESTE	560,90	678,90	21,04	3.949	3.857	-2,32	2.214,80	2.618,50	18,23
SUDESTE	25,70	29,05	13,04	3.428	3.704	8,05	88,10	107,60	22,13
SUL	0,10	0,10	-	2.375	2.375	-	0,20	0,20	-
NORTE/NORDESTE	306,80	357,55	16,5	3.235	3.871	19,65	992,50	1.384,10	39,46
CENTRO-SUL	586,70	708,05	20,7	3.926	3.850	(1,91)	2.303,10	2.726,30	18,38
BRASIL	893,50	1.065,60	19,3	3.689	3.857	4,58	3.295,60	4.110,40	24,72

Fonte: CONAB (2013a).

Segundo dados do Cepea, no terceiro trimestre de 2013, o mercado interno fechou setembro com os preços em queda, influenciados pelo aumento da oferta de algodão nacional (CEPEA/ESALQ, 2013a). Em São Paulo e Rondonópolis (MT), os preços registram

redução de 3,09% em relação ao mês de agosto/2013 com cotação de R\$ 70,19/@ e R\$ 67,00/@, respectivamente. Tanto a cotação de setembro/2013 de R\$ 68,40/@ quanto a redução de 3,05% em relação a agosto/2013 foram as mesmas em Barreiras (BA) e Fortaleza (CE).

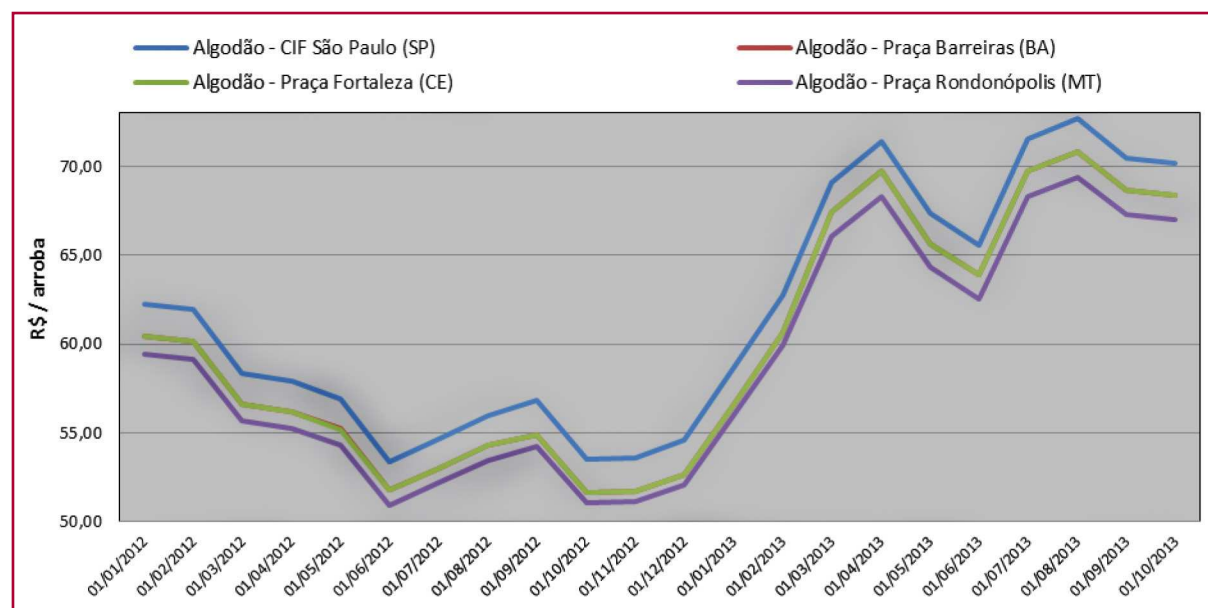


Gráfico 1 – Evolução dos preços da arroba da pluma de algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2012 a outubro/2013¹.

Fonte: CMA (2013). Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Nota 1: Valores referentes a 31/09/2013.

3.2.1.2 Feijão

A estimativa de área plantada com feijão no Brasil (1a, 2a e 3a safras) está registrada em 3.178 mil hectares, aumento de 2,1% em relação à 2012/2013. Espera-se uma produção de 3,23 milhões de toneladas, aumento de 14,0% em relação à safra 2012/2013. Devido à produtividade do feijão 1a safra ocorrida em Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e Paraná, com plantio de alta tecnologia, a produtividade média brasileira foi estimada em 1.016 kg/ha, registrando incremento de 11,6% sobre a safra anterior (910 kg/ha).

As lavouras de feijão plantadas no Nordeste registram aumento de área (3,58%) che-

gando a cultivar 1.487 mil hectares. Os estados da Bahia e do Piauí são os responsáveis por esse avanço em área plantada. Enquanto os outros estados nordestinos aguardam o período chuvoso, que ainda não foi consolidado, a Conab mantém para seus registros a mesma área plantada da safra anterior e a média da produtividade dos três últimos anos (excetuando os anos atípicos).

A produção total pode chegar a 634 mil toneladas, aumento de 40,6% em relação à safra 2012/2013. O rendimento também deve se elevar para 426 kg/ha, com incremento de 35,7% em relação à safra anterior, explicado em parte pela redução de área de sequeiro em algumas regiões de plantio (Tabela 3).

Tabela 3 – Feijão Total – Comparativo de área, produtividade e produção: Safras 12/13 e 13/14.

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 (b)	VAR. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	VAR. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	VAR. % (f/e)
NORTE	133,30	133,15	(0,11)	786	775	(1,36)	104,70	103,15	(1,48)
NORDESTE	1.435,50	1.486,85	3,58	314	426	35,75	451,00	634,00	40,58
MA	90,10	90,10	-	459	407	(11,35)	41,40	36,70	(11,35)
PI	199,30	233,45	17,13	131	287	118,15	26,20	66,95	155,53
CE	341,1	341,10	-	201,4	441	118,92	68,7	150,40	118,92
RN	12,4	12,40	-	282,3	419	48,57	3,5	5,20	48,57
PB	55,7	55,70	-	346,5	305	(11,92)	19,3	17,00	(11,92)
PE	215,1	215,10	-	296,1	370	24,80	63,7	79,50	24,80
AL	39	39,00	-	464,1	464	-	18,1	18,10	-
SE	26,8	26,80	-	779,9	780	-	20,9	20,90	-
BA	456,00	473,20	3,77	415	506	21,86	189,20	239,25	26,45
CENTRO-OESTE	356,00	358,80	0,79	1.637	1.769	8,08	582,70	634,85	8,95
SUDESTE	558,30	543,75	(2,61)	1.461	1.619	10,75	815,80	880,05	7,88
SUL	627,90	655,25	4,36	1.398	1.492	6,68	877,80	977,40	11,35
NORTE/NORDESTE	1.568,80	1.620,00	3,3	354	455	28,48	555,70	737,15	32,65
CENTRO-SUL	1.542,20	1.557,80	1,0	1.476	1.600	8,38	2.276,30	2.492,30	9,49
BRASIL	3.111,00	3.177,80	2,1	910	1.016	11,63	2.832,00	3.229,45	14,03

Fonte: CONAB (2013a).

Para a safra de 2013/2014, com a oferta maior de feijão, o preço da saca tem despencado nos principais mercados nacionais. Em Barreiras (BA), a saca do feijão tipo carioca de 60 kg atingiu R\$ 161,00² no mês de setembro, redução de 11,42% frente aos

R\$ 181,76 praticados no mês anterior. Em Irecê (BA), o produto foi cotado a R\$ 150,94 em setembro deste ano, valor 32,31% menor que o de agosto/2013. Na praça de São Paulo (SP), a cotação do feijão preto foi de R\$ 168,55, redução de 1,74% com relação ao mês de setembro/2013 (Gráfico 2).

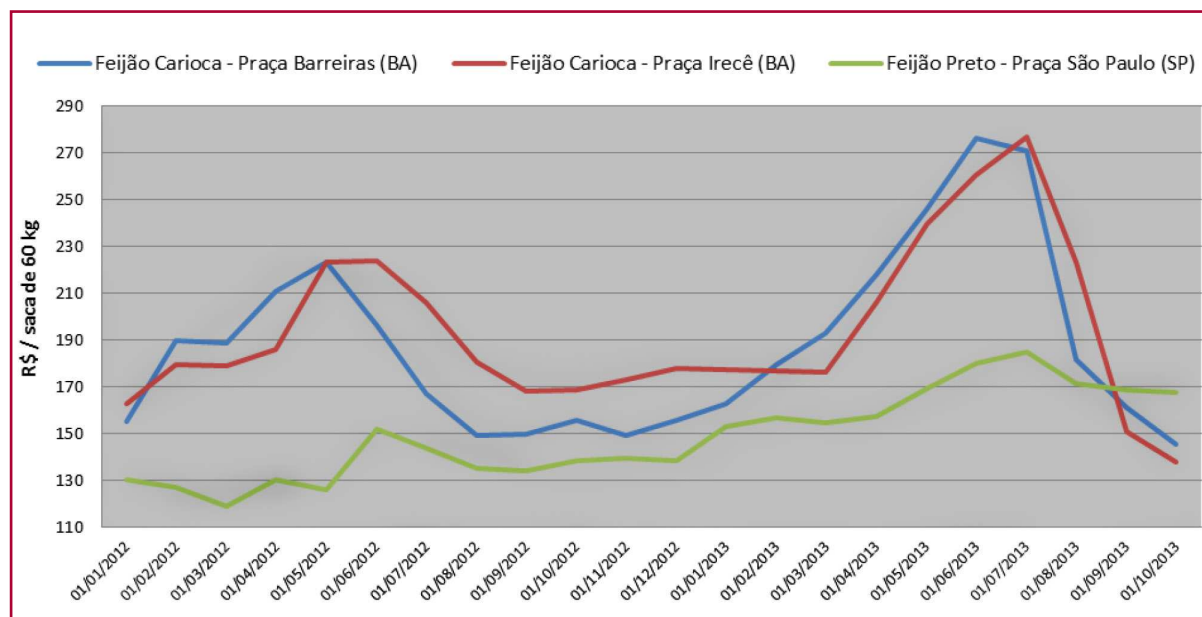


Gráfico 2 – Evolução dos preços da saca de 60 kg de feijão carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e feijão preto em São Paulo (SP), de janeiro/2012 a outubro/2013.

Fonte: CMA (2013). Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

3.2.1.3 Milho

Estima-se que a produção total de milho no Brasil chegue a 79,2 milhões de toneladas, registrando queda na 1ª safra de 2,3% em relação à safra passada. Devido aos altos custos de produção da cultura do milho, atrelado à competição por área entre soja e milho, que tem favorecido à oleaginosa em virtude de sua comercialização (preços mais atraentes e sustentação cambial). A estimativa é que o Centro-Sul seja o maior responsável pela redução, com participação de 90,5% da produção brasileira, com previsão de 71,7

milhões de toneladas, a Região reduzirá em 2,7 milhões de toneladas do grão (redução de 3,7%).

A área total cultivada na safra 2013/2014 deverá ser de 15,5 milhões de hectares, redução de 2,1% em relação à safra anterior, havendo um crescimento relativo maior na macrorregião Norte-Nordeste (1,2%).

No Nordeste, espera-se recuperação na produção de milho nesta safra 2013/2014, devendo haver incremento relativo de produção regional de 20,5% com relação à safra

2 Valores referentes a 31/09/2013..

passada. O Ceará deverá registrar aumento significativo na produção do grão (incremento de 341,2%). A Bahia, o maior produtor de milho no Nordeste, registra uma produção 16,1% superior à safra anterior, motivado

pela possibilidade de tornar-se um fornecedor privilegiado para a Região. A produção do Estado deverá atingir 2,2 milhões de toneladas, com participação na produção regional de 37,5% (Tabela 4).

Tabela 4 – Milho total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de área, produtividade e produção: Safras 12/13 e 13/14.

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 (b)	VAR. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	VAR. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	VAR. % (f/e)
NORTE	528,30	509,55	(3,55)	3.166	3.077	(2,79)	1.672,30	1.568,05	(6,23)
NORDESTE	2.336,50	2.389,65	2,27	2.089	2.461	17,79	4.881,80	5.881,25	20,47
MA	517,70	536,90	3,71	2.572	2.492	(3,10)	1.331,40	1.338,00	0,50
PI	379,80	396,30	4,34	1.429	2.126	48,78	542,80	842,65	55,24
CE	408,7	408,70	-	240,0	1059	341,24	98,1	432,80	341,18
RN	13,3	13,30	-	355,0	639	80,03	4,7	8,50	80,85
PB	53,1	53,10	-	496,0	642	29,47	26,3	34,10	29,66
PE	94,5	94,50	-	167,0	600	259,28	15,8	56,70	258,86
AL	34,4	34,40	-	637,0	637	(0,06)	21,9	21,90	-
SE	206,6	206,60	-	4557,0	4557	0,00	941,5	941,50	-
BA	628,40	645,85	2,78	3.022	3.414	12,96	1.899,30	2.205,10	16,10
CENTRO-OESTE	6.172,90	6.062,65	(1,79)	5.725	5.690	(0,61)	35.340,20	34.498,85	(2,38)
SUDESTE	2.214,60	2.122,10	(4,18)	5.747	5.743	(0,08)	12.727,60	12.186,65	(4,25)
SUL	4.569,60	4.413,05	(3,43)	5.774	5.671	(1,79)	26.385,30	25.024,90	(5,16)
NORTE/NORDESTE	2.864,80	2.899,20	1,2	2.288	2.569	12,31	6.554,10	7.449,30	13,66
CENTRO-SUL	12.957,10	12.597,80	(2,8)	5.746	5.692	(0,94)	74.453,10	71.710,40	(3,68)
BRASIL	15.821,90	15.497,00	(2,1)	5.120	5.108	(0,23)	81.007,20	79.159,70	(2,28)

Fonte: CONAB (2013a).

O mercado internacional continua instável com preços em baixa no fim do mês de novembro 2013, em razão das condições favoráveis às lavouras de milho dos Estados Unidos, maior produtor mundial e com produção recorde, segundo estimativas do USDA. De acordo com o CEPEA/ESALQ, os preços futuros na Bolsa de Chicago (contrato com vencimento para março/2014 e maio/14) tiveram baixas de 3,4% e 3,3%, respectivamente, finalizando o mês de novembro a US\$ 167,12 e a US\$ 170,36 toneladas (CEPEA/ESALQ, 2013b).

No mercado interno, os preços continuam firmes, registrando alta no início do mês de julho e no fim de setembro³ de 2013, decorrentes da demanda interna aquecida (renovação dos estoques) e aumento expressivo das exportações contribuindo para redução dos estoques. Em Barreiras (BA), a cotação final da saca de 60 kg em setembro/2013 foi de R\$ 22,81, valorização de 0,8% sobre a cotação de agosto/2013. Em Fortaleza (CE), a cotação para setembro/2013 foi de R\$ 32,54, valor 1,85% maior que o praticado no mês anterior. Em Cascavel (PR), atingiu R\$ 19,84,

³ Valores referentes a 31/09/2013.

aumento de 0,7% em relação a agosto/2013. Em São Paulo, a cotação de setembro/2013

foi de R\$ 24,39, superior 1,9% à cotação de agosto/2013 (Preço CIF).

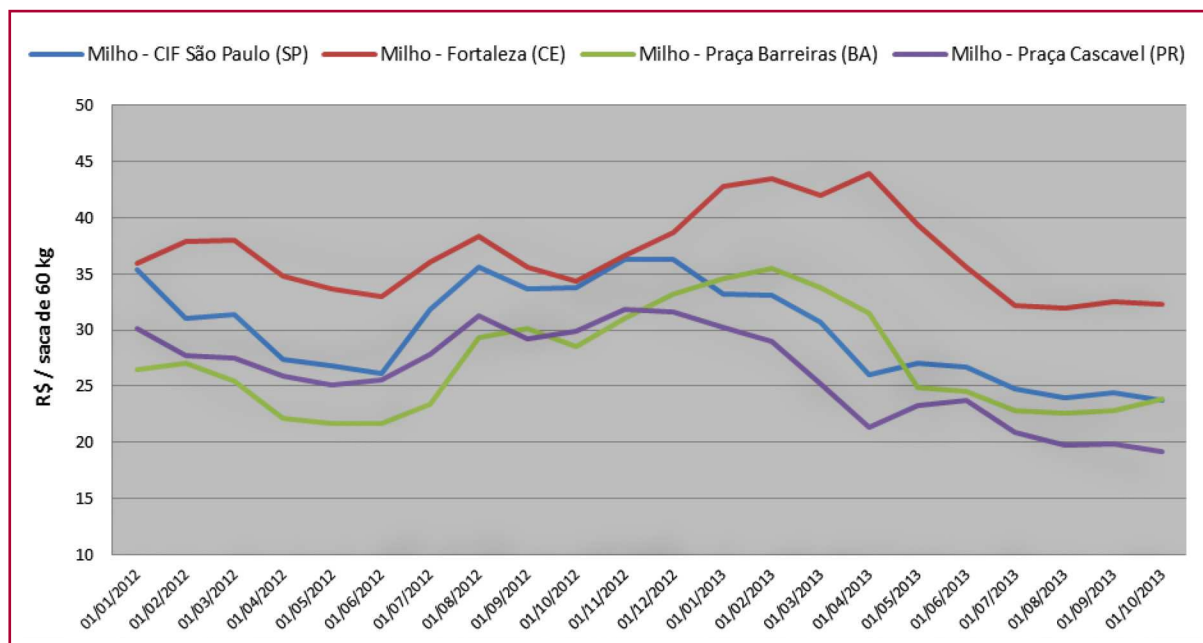


Gráfico 3 – Evolução dos preços da saca de 60 kg de milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e preço CIF São Paulo, de janeiro/2012 a outubro/2013.

Fonte: CMA (2013). Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

3.2.1.4 Soja

A produção nacional de soja está estimada em 89 milhões de toneladas, acréscimo de 9,25% em relação ao volume produzido na safra 2012/2013, motivados pelos bons preços alcançados na comercialização e pelo custo bem menor comparado ao do milho. Estima-se uma área cultivada total de 29,1 milhões de hectares, acréscimo de 5,1% sobre a safra anterior. A produtividade nacional registra seus 3.056 kg/ha, aumento de 4 % em relação à obtida em 2012/2013.

Para o Nordeste, estima-se um crescimento na área cultivada de 4,3%, que deve subir para 2,5 milhões de hectares. Na produção, espera-se aumento de 38,03% da oleaginosa, alcançando 7,3 milhões de toneladas. Destaque-se o crescimento da produtividade nordestina numa intensidade oito vezes maior que a nacional (32,3% x 4,0%) (Tabela 5).

As cotações do mercado externo e interno da soja foram impulsionadas pela forte valorização do dólar e a demanda firme pelo produto. No mercado externo, os contratos de soja em grão com vencimento em janeiro/2014 finalizaram com valorização de 5,5%, registrando US\$ 29,46/sc de 60 kg (CEPEA/ESALQ, 2013c). Os contratos de farelo de soja para dezembro de 2013 fecharam no mês com alta de 13,1%, finalizando a tonelada em US\$ 456,60. O mercado de óleo de soja, entretanto, registrou queda de 2,7% para o mesmo vencimento, alcançando US\$ 886,69/t (CEPEA/ESALQ, 2011d).

Foram embarcadas pelo Brasil, no mês de novembro, 647 mil toneladas de soja em grão, ao preço médio de US\$ 539,12/t. No acumulado do ano (janeiro a novembro), registra-se um total de 42,8 milhões de toneladas do grão, o maior volume da história, cotado a US\$ 533,01/t.

Segundo dados do CEPEA/ESALQ, a saca de 60 quilos de soja foi negociada a R\$ 60,07⁴, no estado paulista, aumento de 3,6% em relação a agosto/2013. Em Sorriso (MT), o produto valorizou-se 12,7% no mesmo período, encerrando o ano-safra em R\$ 65,26/saca. No Nordeste, o movimento das

cotações foi semelhante. Em Balsas (MA), a saca foi negociada a R\$ 71,25, aumento de 6,2% em relação a agosto/2013. Em Barreiras (BA), a saca ficou em R\$ 61,26, valorização de 7,7% em comparação com o mesmo período (Gráfico 4).

Tabela 5 – Soja. Comparativo de área, produtividade e produção: Safras 12/13 e 13/14.

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 (b)	VAR. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	VAR. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	VAR. % (f/e)
NORTE	901,50	957,85	6,25	2.952	3.100	5,00	2.661,50	2.969,20	11,56
NORDESTE	2.414,30	2.519,30	4,35	2.193	2.901	32,27	5.294,80	7.308,15	38,03
MA	586,00	629,95	7,50	2.877	2.971	3,27	1.685,90	1.871,60	11,01
PI	546,40	601,05	10,00	1.678	2.915	73,72	916,90	1.752,05	91,08
BA	1.281,90	1.288,30	0,50	2.100	2.860	36,19	2.692,00	3.684,50	36,87
CENTRO-OESTE	12.778,20	13.477,75	5,47	2.981	3.086	3,53	38.091,40	41.593,40	9,19
SUDESTE	1.758,20	1.875,70	6,68	3.086	3.112	0,83	5.425,90	5.836,75	7,57
SUL	9.883,90	10.307,60	4,29	3.038	3.040	0,07	30.025,80	31.334,65	4,36
NORTE/NORDESTE	3.315,80	3.477,15	4,87	3.200	3.200	-	7.956,30	10.277,35	29,17
CENTRO-SUL	24.420,30	25.661,05	5,08	3.012	3.069	1,92	73.543,10	78.764,80	7,10
BRASIL	27.736,10	29.138,20	5,06	2.938	3.056	4,00	81.499,40	89.042,15	9,25

Fonte: CONAB (2013a).

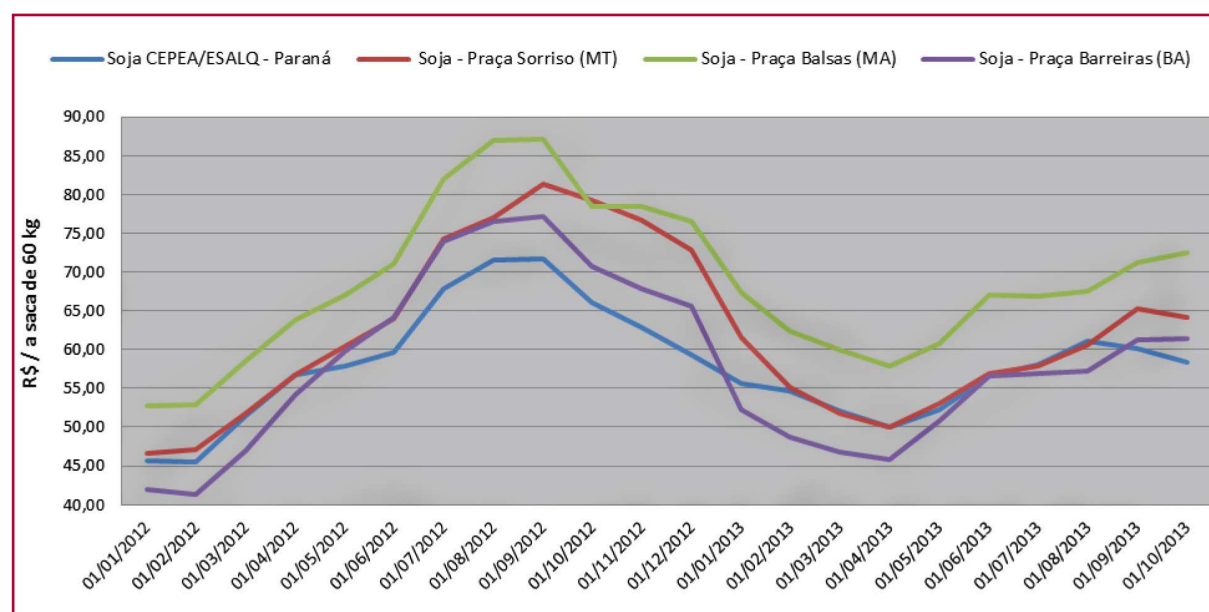


Gráfico 4 – Evolução dos preços da saca de 60 kg de soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e São Paulo pelo indicador CEPEA/ESALQ, de janeiro/2012 a Outubro/2013.

Fonte: CMA (2013). Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

4 Valores referentes a 31/09/2013.

3.2.1.5 Café

De acordo com a terceira estimativa da safra 2013 de café (CONAB, 2013c), a área plantada no País com as variedades arábica e robusta (conillon) totalizará 2 milhões de hectares, redução de 1,9%, que corresponde 39,9 mil hectares a menos em relação à safra 2012.

Para a safra de 2013, espera-se uma produção de 47,5 milhões de sacas de 60 quilos do produto beneficiado, redução⁵ de 6,5% em relação a 2012. As duas variedades cultivadas tiveram o seu beneficiamento reduzido em comparação a 2012: a produção beneficiada do tipo arábica foi menor em 4,4%, ou seja, redução de 167 mil sacas/60 kg e a produção beneficiada do tipo robusta reduziu-se em 160 mil sacas/60 kg, decréscimo de 12,86%. Nesta safra, o café tipo arábica deverá representar 77,1% do total de café beneficiado no País (CONAB, 2013c).

Devido às condições climáticas que não favoreceram o desenvolvimento da cultura, a Bahia terá resultados inferiores aos da safra/2012. Para o principal produtor de café do

Nordeste, estima-se produção de 1,8 milhão de sacas de 60 kg beneficiadas, decréscimo de 15,5% em relação à safra anterior. A seca afetou a produção do café arábica nas regiões baianas do Planalto (redução de 17,2%) e do Atlântico (decrécimo de 10,7%), em que as lavouras se encontram na fase final. Para a região do Cerrado, mesmo sob irrigação, a lavoura também não se desenvolveu de forma satisfatória devido às altas temperaturas registradas. Nessa região a safra de 2013 atingirá 422 mil sacas/60 kg, redução de 20,1% em relação à safra anterior (Tabela 6).

No mercado interno, os preços⁶ do café recuaram devido à fraca demanda e aos lotes restantes da safra de 2012/2013, ainda não comercializados. Segundo o índice CEPEA/ESALQ, o café arábica foi cotado a R\$ 255,53/saca e o conilon registrou R\$ 237,72/saca, reduções de 13,3% e 6,8%, respectivamente, em relação a julho/2013. Em Vitória da Conquista, o café Bica Rio T6/7 foi cotado a R\$ 217,79/sc, desvalorização de 19,5% em relação a julho/2013; o café despolpado, na mesma praça, alcançou R\$ 297,09/sc, queda de 4,0% no mesmo período (Gráfico 5).

5 A bienalidade determina redução na produção.

6 Valores referentes a 31/09/2013.

Tabela 6 – Café beneficiado. Comparativo de área e produção: Safra 2013.

UF/ Região	Área (ha)		VAR. % (b/a)	Produção (mil sacas beneficiadas)						Var. Total % (d/c)
	Safra 2012 (a)	Safra 2013 (b)		Safra 2012 (c)		Safra 2013 (d)				
				Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais Sul e Centro-Oeste	1.028.425	1.037.348	0,87	26.644,0	300,0	26.944,0	25.872,0	286,0	26.158,0	(2,92)
	518.082	521.158	0,59	13.792,0	-	13.792,0	12.280,0	-	12.280,0	(10,96)
Cerrado - Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	168.463	169.414	0,56	6.231,0	-	6.231,0	4.960,0	-	4.960,0	(20,40)
Zona da Mata, Rio Doce e Central	304.013	309.593	1,84	5.942,0	195,0	6.137,0	8.006,0	186,0	8.192,0	33,49
Norte, Jequitinhonha e Mucuri	37.867	37.183	(1,81)	679,0	105,0	784,0	626,0	100,0	726,0	(7,40)
Espírito Santo	450.128	453.167	0,68	2.789,0	9.713,0	12.502,0	3.486,0	8.211,0	11.697,0	(6,44)
São Paulo	175.137	158.907	(9,27)	5.356,6	-	5.357,0	3.845,4	-	3.845,4	(28,22)
Paraná	67.177	65.630	(2,30)	1.580,0	-	1.580,0	1.640,0	-	1.640,0	3,80
Bahia	138.213	134.511	(2,68)	1.336,5	813,1	2.150,0	1.091,6	725,9	1.817,5	(15,47)
- Cerrado	12.918	11.859	(8,20)	527,7	-	528,0	422,0	-	422,0	(20,08)
- Planalto	100.861	98.474	(2,37)	808,8	-	809,0	669,6	-	669,6	(17,23)
- Atlântico	24.434	24.179	(1,04)	0,0	813,1	813,0	-	725,9	725,9	(10,71)
Rondônia	125.667	102.840	(18,16)	0,0	1.367,0	1.367,0	-	1.357,0	1.357,0	(0,73)
Mato Grosso	21.028	17.800	(15,35)	2,5	121,6	124,0	1,6	172,9	174,5	40,73
Goiás	6.320	6.236	(1,34)	247,4	-	247,0	297,9	-	297,9	20,61
Pará	10.249	6.383	(37,72)	0,0	167,0	167,0	-	121,7	121,7	(27,13)
Rio de Janeiro	13.225	13.276	0,39	262,2	-	262,0	281,0	-	281,0	7,25
Outros	14.169	13.767	(2,84)	125,8	0,7	127,0	151,2	2,8	154,0	21,26
BRASIL	2.049.738	2.009.865	(1,95)	38.344,0	12.482,4	50.826,0	36.666,7	10.877,3	47.544,0	(6,46)

Fonte: CONAB (2013c).

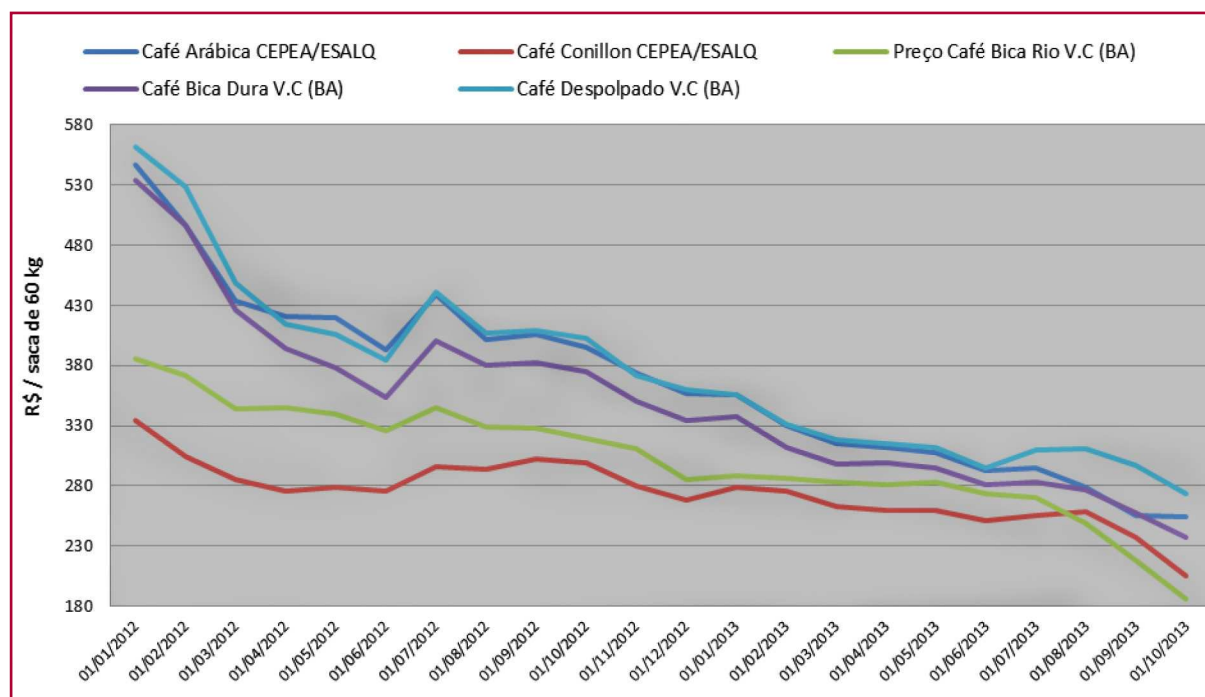


Gráfico 5 – Evolução dos preços da saca de 60 Kg em Vitória da Conquista (BA) dos cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T.6/7 e Despolpado e índice CEPEA/ESALQ para o café tipo Arábica e Conillon, de Janeiro/2012 a Outubro/2013

Fonte: CMA, 2013; CEPEA/ESALQ (2013f).

3.2.1.6 Cana-de-Açúcar

No segundo levantamento da safra 2013/2014, a lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão no Brasil. A área a ser cultivada para esta safra é de 8,8 milhões de hectares, superior em 3,7% à da safra passada (acrécimo de 314,1 mil hectares). Estima-se produção 10,7% superior à safra 2012/2013, totalizando 652,01 milhões de toneladas de cana moída (aumento de 63,1 milhões). A produtividade terá incremento de 6,8% em relação à safra passada, atingindo 74.100 kg/ha (CONAB, 2013d).

Deverão ser produzidas 41 milhões de toneladas de açúcar, acréscimo de 6,9% frente à safra passada. A produção de etanol deverá gerar 27,2 bilhões de litros em 2013/2014 (acrécimo de 3,5 bilhões de litros ou 14,9%, em relação à safra anterior). Desse total, cerca 55,8% corresponde ao etanol hidrata-

do (15,2 bilhões de litros), e 44,2% ao etanol anidro (12,0 bilhões de litros) (CONAB, 2013d).

Na Região Nordeste, mesmo com os índices pluviométricos abaixo da média histórica, que provocaram atrasos no desenvolvimento das lavouras de cana-de-açúcar, as estimativas dos canaviais colhidos para a safra 2013/2014 são positivas. A produção deverá aumentar 2,4%, passando de 53,0 milhões de toneladas para 54,2 milhões de toneladas. Alagoas, o maior produtor nordestino, responsável por 45,1% da produção regional, terá redução em área plantada de 0,7% em relação à safra passada (registrando 442,6 mil hectares), mas aumento na produção de 3,8% (com 24,4 milhões de toneladas), alcançando, como consequência, um razoável nível de produtividade, cerca de 55.200 kg/ha (acrécimo de 4,5% em relação à safra anterior) (Tabela 7).

Tabela 7 – Cana-de-açúcar. Comparativo de área, produtividade e produção: Safras 12/13 e 13/14

REGIÃO/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var % (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	Var % (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	Var % (f/e)
NORTE	41,99	51,00	21,5	70.432	72.551	3,01	2.957,40	3.700,10	25,1
NORDESTE	1.083,22	1.060,66	-2,1	48.903	51.119	4,5	52.972,20	54.219,70	2,4
MA	41,90	39,56	-5,58	49.450	58.230	17,8	2.072,00	2.303,60	11,2
PI	14,74	14,89	1	56.181	56.000	-0,3	828,10	833,80	0,7
CE	1,14	1,16	2	50.000	62.000	24	57	71,9	26,1
RN	53,62	57,74	7,68	41.920	38.500	-8,2	2.247,80	2.223,00	-1,1
PB	121,98	122,35	0,3	43.900	43.180	-1,6	5.354,90	5.283,10	-1,3
PE	312,09	286,03	-8,35	43.500	46.679	7,3	13.575,90	13.351,60	-1,7
AL	445,71	442,59	-0,7	52.800	55.200	4,5	23.533,50	24.431,00	3,8
SE	43,43	43,91	1,1	51.100	55.500	8,6	2.219,30	2.437,00	9,8
BA	48,61	52,43	7,85	63.440	62.650	-1,2	3.083,80	3.284,70	6,5
CENTRO-OESTE	1.504,11	1.667,17	10,8	70.474	72.523	2,91	106.001,30	120.907,50	14,1
SUDESTE	5.243,29	5.398,49	3	73.852	79.337	7,4	387.228,30	428.298,50	10,6
SUL	612,39	621,83	1,5	64.920	72.190	11,2	39.756,40	44.890,10	12,9
NORTE/NORDESTE	1.125,21	1.111,66	-1,2	49.706	52.102	4,8	55.929,70	57.919,80	3,6
CENTRO-SUL	7.359,79	7.687,49	4,5	72.419	77.281	6,7	532.986,00	594.096,10	11,5
BRASIL	8.485,00	8.799,15	3,7	69.407	74.100	6,8	588.915,70	652.015,90	10,7

Fonte: CONAB (2013d).

O Brasil exportou 2,3 milhões de toneladas de açúcar total (bruto e refinado) em novembro/2013, volume 13,7% menor em relação a outubro/2013 (2,6 milhões de toneladas – CEPEA/ESALQ, 2013). As receitas geradas por essas exportações foram de US\$ 934,7 milhões em novembro de 2013, redução de 14,5% em relação ao mês anterior, influenciada pela ampla oferta de açúcar no mercado mundial.

A cotação de outubro de 2013⁷ do indicador CEPEA/ESALQ do açúcar em São Paulo foi de R\$ 50,78/sc, alta de 11,3% em relação ao mês de julho/2013. Na Região Nordeste, as cotações da saca de açúcar de 60 kg seguem em ritmo lento (alguns produtores não participaram das negociações por não aceitarem a oferta inicial dos compradores) e com desvalorizações frente à demanda retraída: em

Pernambuco, fecharam em outubro/2013 por R\$ 56,53, desvalorização de 9,31% frente ao mês de julho/2013. Em Alagoas, a saca foi negociada por R\$ 58,65, redução de 6,34% para o mesmo período (CEPEA/ESALQ, 2012f). (Gráfico 6).

Os preços do etanol foram bem diferenciados nas principais praças. No mercado paulista, a cotação do álcool hidratado foi de R\$ 1,16/l, aumento de 1,93% sobre julho/2013 e do álcool anidro foi de R\$ 1,32/l com aumento de 0,99% para o mesmo período, em razão da proximidade da entressafra e da demanda aquecida por parte das distribuidoras. Além disso, com expectativas de reajuste do preço da gasolina, as distribuidoras, com receio de negociar com preços mais elevados, anteciparam suas compras do mês (CEPEA/ESALQ, 2013f).

7 Valores referentes a 25/10/13.

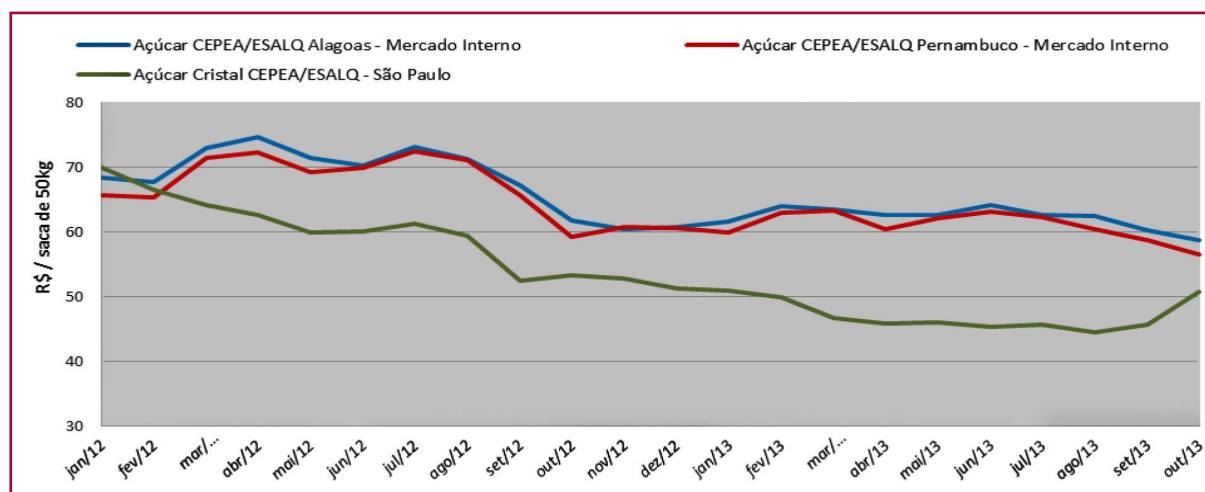


Gráfico 6 – Evolução dos preços da saca de 50 kg do açúcar cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo indicador CEPEA/ESALQ, de janeiro/2012 a outubro/2013.

Fonte: CEPEA/ESALQ (2013a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Nos principais mercados do Nordeste, tanto as cotações do etanol hidratado como do anidro variaram negativamente devido à intensificação da colheita. Segundo os indicadores mensais CEPEA/ESALQ, para outubro/2013, o álcool anidro, em Alagoas, esteve cotado em R\$ 1,50/l, queda de 9,48% em relação a julho/2013, enquanto em Pernam-

buco alcançou R\$ 1,47/l, redução de 11,82% no mesmo período. Para o álcool hidratado: em Alagoas, a cotação de R\$ 1,30 registrou queda de 8,28% em relação a julho/2013; em Pernambuco, o preço do litro foi de R\$ 1,30, redução de 11,02% para o mesmo período (Gráfico 7).

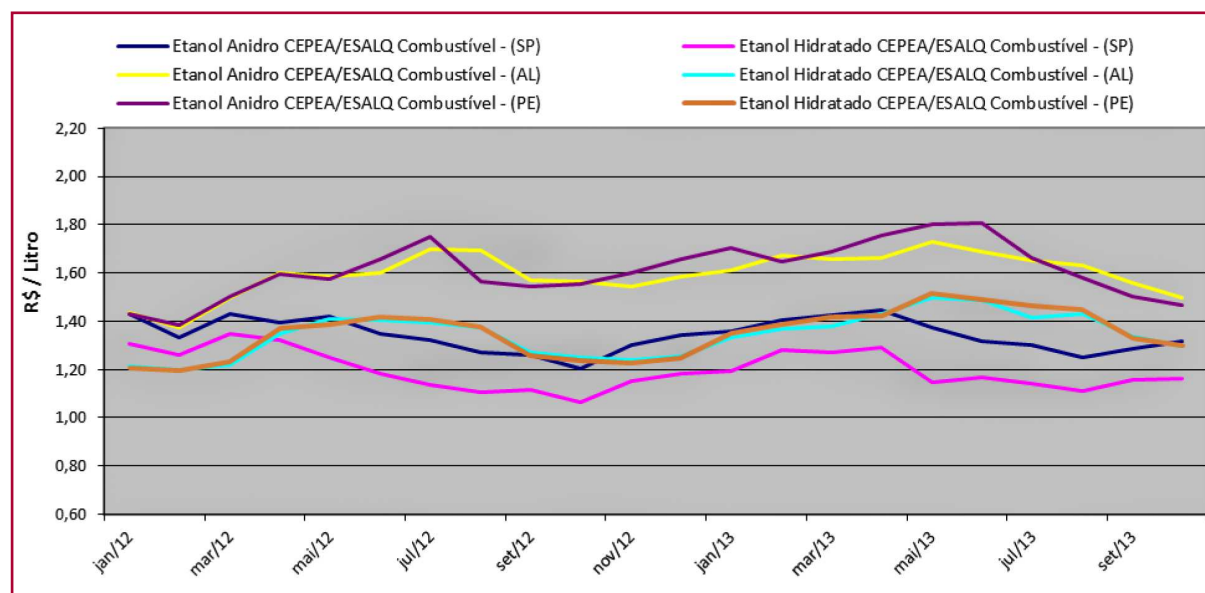


Gráfico 7 – Evolução dos preços do litro do álcool anidro e hidratado em São Paulo, Alagoas e Pernambuco pelo indicador mensal CEPEA/ESALQ, de janeiro/2012 a outubro/2013.

Fonte: CEPEA/ESALQ (2012b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

3.2.2 PECUÁRIA

No mês de julho de 2013, a oferta mais enxuta, tanto de animais para reposição quanto para abate, manteve o índice de preços da arroba bovina (ESALQ/BMFBovespa) em alta no mercado, que fechou em R\$ 102,05, alta de 1,6% em relação a junho (CEPEA/ESALQ, 2013a). Em agosto, a oferta ficou abaixo da demanda, gerando uma nova alta de 1,4%, levando o indicador a R\$ 103,48/@ (CEPEA/ESALQ, 2013b). Em setembro, expressiva alta de 6,5%, para R\$ 110,21/@ (maior índice desde novembro de 2010), motivada pela redução da oferta de animais confinados durante o ano, causada pelo aumento dos custos com reposição e demais insumos utilizados na atividade (CEPEA/ESALQ, 2013c). Entre julho e setembro, a variação foi de 9,7%.

A captação de leite em julho foi 4% superior em relação a junho, mas, devido a uma demanda aquecida, o preço pago ao produtor também subiu, chegando a R\$ 1,0544/l, valor

3,6% acima do mês anterior (CEPEA/ESALQ, 2013d). Em agosto, nova alta de 3% no preço, para 1,0861/l, devido à entressafra (CEPEA/ESALQ, 2013e). Em setembro, o leite chegou a R\$ 1,1162/l (ou 2,8%), o maior valor da série do Cepea, iniciada em 2000, mesmo com aumento da captação, devido a uma combinação de demanda aquecida com aumento no poder de compra do pecuarista em relação à alimentação concentrada e à qualidade da silagem (CEPEA/ESALQ, 2013f). Ao longo do trimestre, a alta foi de 9,6%.

Segundo as Centrais de Apoio Operacional do BNB nos estados, o preço médio da arroba bovina é de R\$ 103,25, tendendo à estabilidade nos estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, em razão da entressafra. O litro do leite pago ao produtor, nos estados, tem média de R\$ 1,06, tendendo a subir no Ceará, em razão dos efeitos ainda presentes da seca de 2012/2013.

Tabela 7 – Nordeste: Cotações médias pagas ao produtor para arroba do boi gordo e litro de leite bovino – dezembro de 2013

UF / Produto	Cotações Médias	
	Boi Gordo (R\$/@)	Leite (R\$/l)
Maranhão	100,00	1,00
Piauí	105,00	1,10
Ceará	105,00	1,10
Rio Grande do Norte	120,00	1,40
Paraíba	97,50	1,00
Pernambuco	108,00	1,16
Alagoas	110,00	1,10
Sergipe	100,00	1,00
Bahia	87,00	0,69
Norte de Minas Gerais	100,00	1,02
Média da área de atuação do BNB	103,25	1,06

Fonte: Centrais de Apoio Operacional do BNB nos Estados do Nordeste (2013).

Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.2.3 AGRONEGÓCIO

3.2.3.1 DESEMPENHO DO PIB E DO FATURAMENTO

No ano de 2013, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Brasil crescerá 9,8%, em relação a 2012, contabilizando R\$ 381,5 bilhões, com acréscimo de R\$ 34 bilhões de valor absoluto, resultante da elevação dos produtos das lavouras temporárias e da pecuária (Tabela 8).

O VBP das lavouras permanentes praticamente não teve variação relativa, já que as culturas representativas em quantidade tiveram baixos aumentos em seu produto, totalizando R\$ 51,9 bilhões, aumento absoluto de R\$ 1 milhão.

O VBP das lavouras temporárias terá crescimento mais significativo (13,2%), reflexo direto da alta em lavouras de grande peso quantitativo, como soja (aumento de 28%), milho (16,7%) e cana-de-açúcar (9,8%), que contrabalançaram a queda de produção em outras lavouras importantes, como o algodão (-28,9%). De forma geral, a agricultura brasileira terá aumento em seu VBP de 10,2% (R\$ 23,3 bilhões), enquanto a pecuária, de 9,0% (R\$ 10,7 bilhões).

Tabela 8 – Brasil: Estimativa do valor bruto da produção agropecuária brasileira (VBP) - 2012 e 2013, em R\$ milhões de setembro/13

Produtos	2012	2013	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	228.620	251.931	10,2	23.311
- lavouras temporárias (1)	176.632	199.942	13,2	23.310
- lavouras permanentes (2)	51.988	51.989	0,0	1
grãos (3)	101.524	123.213	21,4	21.689
outras lavouras	127.096	128.718	1,3	1.622
Pecuários	118.826	129.561	9,0	10.734
- carnes (4)	91.608	100.775	10,0	9.167
- derivados (5)	27.219	28.786	5,8	1.567
Total	347.446	381.492	9,8	34.046

Fonte: Dados do IBGE, 2013a, 2013b, 2013c. Elaboração do BNB, ETENE, Conjuntura Econômica.

(1) Abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticle.

(2) Abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tongue, urucum e uva.

(3) Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticle.

(4) Bovina, suína e de frango.

(5) Leite e ovos.

De 2012 para 2013, o VBP agropecuário da Região Nordeste aumentou em menor proporção (3,7%) em relação ao nacional (9,8%), o que ainda pode ser creditado às adversidades climáticas ocorridas em 2012/2013, mas que também já sinaliza alguma melhora. No entanto, a participação da agricultura nordestina, em relação à nacional, reduziu-se de 12,7% para 11,8%, enquanto a participação da pecuária teve leve redução, de 10,2% para 10% (Tabela 9).

Em valores absolutos, a produção agrícola do Nordeste aumentará de R\$ 29,0 bilhões para R\$ 29,7 bilhões (2,3%), enquanto o va-

lor da produção pecuária passará de R\$ 12,1 bilhões para R\$ 13,0 bilhões (7,2%).

Em termos de VBP, as culturas temporárias com maior recuo são: girassol (-85,2%), mamona (-40,9%), cebola (-29,1%), mandioca (-24,3%), algodão herbáceo (-21,9%), amendoim (-13%), e soja (-10%). Em contraponto, observou-se expressivo aumento nas culturas do feijão (110,2%), milho (29,8%) e cana-de-açúcar (6,1%). Dentre as lavouras permanentes, apenas a laranja (-8,6%) apresentou redução, registrando-se os maiores aumentos nas culturas da castanha-de-caju (249,8%), sisal (50,5%), café (15%) e banana (8,7%).

Tabela 9 – Nordeste: Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) - 2012 e 2013

Produtos	Unidade	2012	2013	Preço (kg)		VBP (mil reais)	
				2012	2013	2012	2013
Lavoura temporária (a)							
Brasil						176.632.002	199.941.700
Nordeste						21.284.618	21.256.805
Abacaxi	Mil frutos	615.272	551.577	1,08	1,11	661.475	612.906
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.407.227	1.062.759	2,29	2,37	3.226.993	2.518.896
Alho	Tonelada	7.959	7.579	6,46	6,68	51.403	50.592
Amendoim (em casca)	Tonelada	10.458	8.806	1,24	1,28	12.921	11.245
Arroz (em casca)	Tonelada	706.725	710.940	0,71	0,74	504.079	524.111
Batata - doce	Tonelada	139.992	139.992	0,88	0,91	123.179	127.315
Batata - inglesa	Tonelada	159.850	220.549	0,80	0,83	127.716	182.130
Cana-de-açúcar	Tonelada	68.136.598	69.920.854	0,07	0,07	4.688.415	4.972.718
Cebola	Tonelada	313.258	214.899	1,11	1,15	348.491	247.096
Fava (em grão)	Tonelada	4.455	4.455	4,50	4,65	20.054	20.727
Feijão (em grão)	Tonelada	258.187	525.095	2,91	3,01	751.141	1.578.943
Fumo (em folha)	Tonelada	15.619	14.781	3,00	3,10	46.827	45.802
Girassol	Tonelada	7	1	1,39	1,44	10	1
Mamona (baga)	Tonelada	23.077	13.194	1,01	1,04	23.329	13.786
Mandioca	Tonelada	5.976.103	4.376.812	0,35	0,36	2.099.589	1.589.336
Melancia	Tonelada	642.489	642.489	0,55	0,57	352.693	364.535
Melão	Tonelada	547.262	547.262	0,87	0,90	478.693	494.765
Milho (em grão)	Tonelada	3.900.552	4.897.775	0,52	0,54	2.047.064	2.656.719
Soja (em grão)	Tonelada	6.095.546	5.307.713	0,86	0,89	5.258.584	4.732.659
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	35.870	35.537	0,38	0,39	13.617	13.944
Tomate	Tonelada	416.688	448.322	1,08	1,11	448.347	498.580

continua

Lavoura permanente (b)							
Brasil						51.987.913	51.989.308
Nordeste						7.707.572	8.403.174
Abacate	Tonelada	4.973	4.973	0,77	0,80	3.846	3.975
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	42	42	1,53	1,58	64	66
Banana	Tonelada	2.427.639	2.553.172	0,64	0,66	1.560.828	1.696.651
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	50.722	50.722	2,63	2,72	133.508	137.990
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	159.432	157.830	5,49	5,68	875.440	895.740
Café (beneficiado)	Tonelada	146.096	162.552	5,29	5,47	773.531	889.556
Caqui	Tonelada	32	32	0,88	0,91	28	29
Castanha-de-caju	Tonelada	76.054	257.390	1,51	1,56	114.571	400.762
Coco-da-baía	Mil frutos	1.405.011	1.453.461	0,47	0,48	658.000	703.544
Dendê (coco)	Tonelada	204.353	204.353	0,26	0,27	52.795	54.568
Goiaba	Tonelada	145.745	145.745	1,10	1,14	160.710	166.105
Guaraná (semente)	Tonelada	2.682	2.672	7,55	7,80	20.242	20.844
Laranja	Tonelada	1.936.760	1.713.066	0,28	0,29	542.834	496.257
Limão	Tonelada	82.506	82.506	0,55	0,57	45.711	47.246
Maçã	Tonelada	1.245	1.245	1,14	1,18	1.421	1.468
Mamão	Tonelada	917.380	917.380	0,87	0,90	796.028	822.754
Manga	Tonelada	782.365	782.365	0,59	0,61	463.092	478.640
Maracujá	Tonelada	563.346	563.346	1,07	1,11	604.674	624.976
Marmelo	Tonelada	15	15	2,97	3,07	45	46
Palmito	Tonelada	26.715	26.715	0,60	0,62	15.916	16.450
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.119	4.206	5,62	5,81	23.151	24.433
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	87.528	127.490	1,21	1,25	105.785	159.256
Tangerina	Tonelada	33.029	33.029	0,53	0,54	17.343	17.925
Urucum (semente)	Tonelada	2.066	2.066	2,07	2,14	4.274	4.418
Uva	Tonelada	287.817	280.646	2,55	2,63	733.735	739.475
Agricultura							
Brasil						228.619.915	251.931.008
Nordeste						28.992.190	29.659.979
Pecuária							
Brasil						118.826.236	129.560.667
Nordeste						12.110.811	12.964.058
Carne bovina	Tonelada	1.211.591	1.237.312	7,20	7,44	8.722.319	9.206.545
Frango	Tonelada	1.046.883	1.108.498	2,12	2,19	2.222.333	2.432.134
Leite	Milhões de litros	3.705	3.832	1,11	1,14	4.102	4.385
Ovos	Mil cx. De 30 dúzias	9.986	11.165	3,19	3,30	1.062.193	1.227.396
Suínos	Tonelada	28.607	25.941	3,49	3,61	99.864	93.598
Agropecuária							
Brasil						347.446.151	381.491.675
Nordeste						41.103.001	42.624.037
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						12,1	10,6
Lavoura permanente (b)						14,8	16,2
Agricultura (c)						12,7	11,8
Pecuária (d)						10,2	10,0
Agropecuária (c + d)						11,8	11,2

Fontes IBGE (2013a, 2013b, 2013c) e AgraFNP (2013).

Nota: Valores a preços de setembro/2013.

Os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, que possuem as maiores participações no VBP agropecuário do Nordeste, respondem por 74,8% (ou R\$ 31,8 bilhões)

do total da Região, enquanto os demais estados, somados, perfazem 25,2% (ou R\$ 10,7 bilhões) (Tabela 10).

Tabela 10 – Nordeste: Estimativa da participação de estados selecionados no valor bruto da produção agropecuária 2013 (R\$ milhões set/2013)

Estados	"Lavouras Temporárias"	%	"Lavouras Permanentes"	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Ma	3.560	16,7	92	1,1	3.652	12,2	1.710	13,2	5.362	12,5
Pi	1.553	7,3	434	5,2	1.987	6,7	727	5,6	2.714	6,4
Ce	970	4,6	944	11,2	1.914	6,5	1.423	11,0	3.337	7,8
Rn	798	3,8	263	3,1	1.061	3,6	463	3,6	1.524	3,6
Pb	933	4,4	196	2,3	1.129	3,8	719	5,5	1.848	4,3
Pe	1.642	7,7	1.164	13,9	2.806	9,5	2.110	16,3	4.916	11,5
Al	2.246	10,6	88	1,0	2.334	7,8	492	3,8	2.826	6,6
Se	951	4,5	395	4,7	1.346	4,5	501	3,9	1.847	4,3
Ba	8.603	40,5	4.827	57,4	13.430	45,4	4.834	37,2	18.264	43,0
Ba+Pe+Ce+Ma	14.775	69,5	7.303	83,6	21.802	73,6	10.015	77,6	31.817	74,8
Demais	6.481	30,5	1.429	16,4	7.857	26,4	2.884	22,4	10.741	25,2
Soma	21.257	100,0	8.403	100,0	29.660	100,0	12.979	100,0	42.639	100,0

Fontes IBGE (2013a, 2013b, 2013c) e AgraFNP (2013).

Nota: Valores a preços de setembro/2013.

A agricultura representa 69,6% do VBP da agropecuária nordestina. Em todos os estados, o valor da produção da agricultura representou pelo menos 57% do total, chegando a mais de 70% em alguns estados (Piauí, Alagoas, Sergipe e Bahia). Apenas no Ceará e em Pernambuco, o valor da produção pecuária superou a marca de 40% da produção agropecuária estadual, com 42,6% e 42,9%, respectivamente.

Em valores absolutos, os estados com maior participação no VBP das lavouras temporárias foram Bahia (com R\$ 8,6 bilhões) e Maranhão (com R\$ 3,6 bilhões), enquanto nas lavouras permanentes, foram Bahia (com R\$ 4,8 bilhões) e Pernambuco (com R\$ 1,2 bilhão). Bahia e Pernambuco também participam majoritariamente no VBP da pecuária, com R\$ 4,8 bilhões e R\$ 2,1 bilhões, respectivamente.

3.2.3.2 BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO

Durante o período janeiro-novembro de 2013, as exportações totais do Brasil foram de US\$ 221,3 bilhões, redução de 0,7% em relação a idêntico período de 2012 (Tabela

11). Já as importações do período subiram 7,7%, para um valor pouco superior ao das exportações, US\$ 221,4 bilhões, acréscimo de 7,7% em relação a 2012.

Durante os três primeiros trimestres do ano, o dólar teve tendência de alta em relação ao real, mas tal fator por si só não foi capaz de alavancar as exportações, pois perderam, no ambiente externo, as consequências da crise econômica na Europa e a redução do crescimento de algumas economias emergentes, dentre as quais importantes parceiros no comércio exterior brasileiro.

Considerando as transações com os principais blocos econômicos mundiais, entre janeiro e novembro de 2013, em relação ao mesmo período de 2012, houve novo recuo nas exportações para a União Europeia (-3%), Europa Oriental (-5,2%), Oriente Médio (-6,6%), África (-8,7%) e Estados Unidos (-9%). Somente Ásia e Mercosul apresentaram aumento no montante exportado, em 4% e 5,6%, respectivamente. No que se refere às importações, houve aumento expressivo nas compras à África (25,6%) e Europa (11,3%), segundo dados divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2013)

Já em termos do agronegócio nacional, importante gerador de divisas do comércio exterior brasileiro, de janeiro a novembro de 2013, o saldo comercial representou US\$ 77,8 bilhões, enquanto o saldo comercial total teve prejuízo de US\$ 91,5 milhões. Comparando-se a igual período de 2012, as exportações do agronegócio nacional elevaram-se em 5,6% (Tabela 11).

No mesmo período, as exportações totais do Nordeste caíram de US\$ 17,2 bilhões para US\$ 14,7 bilhões (ou -14,5%), ao passo que as importações totais subiram de US\$ 24,1 bilhões para US\$ 25,3 bilhões (ou 5,2%),

contribuindo para o aumento do déficit em 54,8%, ou US\$ 10,6 bilhões, em relação ao mesmo período de 2012.

Em termos do agronegócio, apesar de o montante exportado ser maior que o importado, nos dois períodos, o Nordeste ainda teve redução no superavit, em razão da combinação da redução das suas exportações em 17,3% (caindo de US\$ 7,9 bilhões para US\$ 6,5 bilhões), com o aumento das importações em 2,1% (de US\$ 2,21 bilhões para US\$ 2,25 bilhões). A participação das exportações do agronegócio nordestino sobre as exportações totais do Nordeste caiu de 46,1% para 44,6%, enquanto a das importações reduziu-se de 9,2% para 8,9%. O saldo do agronegócio nordestino em relação ao nacional reduziu sua participação de 7,8% para 5,5%, reflexo da queda da participação das exportações e do aumento das importações.

Os principais exportadores do agronegócio nordestino são Bahia, Maranhão e Ceará, respondendo, juntos, por 78,7% das exportações em 2013, aumento de 3,2% em relação a 2012. No período sob análise, nenhum estado aumentou o montante exportado, tendo sido o Rio Grande do Norte o que apresentou menor redução (-7,9%), e a maior, a de Sergipe (-45,1%).

Pernambuco, Bahia e Ceará foram os estados que mais importaram dentro do agronegócio nordestino, concentrando 75,8% das importações em 2013, contra 78,6% do total no mesmo período de 2012. Os únicos estados a reduzirem suas importações foram Alagoas (-27,4%), Bahia (-15,4%), Pernambuco (-2,1%) e Piauí (-73,2%).

Tabela 11 – Nordeste: Balança comercial do agronegócio no período de Janeiro a Novembro, por estado – 2012 e 2013 (US\$ Milhões).

Região/Estado	2012			2013		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil - Total (a)	222.829,7	205.676,7	17.153,0	221.332,8	221.424,3	-91,5
Brasil - Agronegócio (b)	88.651,9	15.096,2	73.555,6	93.579,1	15.694,4	77.884,8
Nordeste - Total (c)	17.209,1	24.071,8	-6.862,7	14.710,4	25.331,4	-10.621,0
Nordeste - Agronegócio (d)	7.929,6	2.211,0	5.718,6	6.554,6	2.257,0	4.297,6
Alagoas	911,9	96,6	815,3	633,0	70,2	562,9
Bahia	4.392,6	651,0	3.741,7	3.735,1	550,9	3.184,2
Ceara	737,1	442,6	294,6	665,5	527,7	137,8
Maranhao	856,6	124,5	732,1	756,5	162,4	594,1
Paraiba	88,0	145,8	-57,8	51,6	184,8	-133,2
Pernambuco	443,1	645,1	-202,0	336,4	631,5	-295,1
Piaui	209,3	3,7	205,6	148,9	1,0	147,9
Rio Grande Do Norte	182,1	56,9	125,2	167,8	72,5	95,3
Sergipe	108,9	44,9	63,9	59,8	56,0	3,8
Variação % 2013/2012						
Brasil - Total (a)	-	-	-	-0,7	7,7	-100,5
Brasil - Agronegócio (b)	-	-	-	5,6	4,0	5,9
Nordeste - Total (c)	-	-	-	-14,5	5,2	54,8
Nordeste - Agronegócio (d)	-	-	-	-17,3	2,1	-24,8
Alagoas	-	-	-	-30,6	-27,4	-31,0
Bahia	-	-	-	-15,0	-15,4	-14,9
Ceara	-	-	-	-9,7	19,2	-53,2
Maranhão	-	-	-	-11,7	30,5	-18,9
Paraíba	-	-	-	-41,3	26,7	130,3
Pernambuco	-	-	-	-24,1	-2,1	46,1
Piauí	-	-	-	-28,9	-73,2	-28,1
Rio Grande Do Norte	-	-	-	-7,9	27,4	-23,9
Sergipe	-	-	-	-45,1	24,7	-94,1
Relações (%)						
b/a	39,8	7,3	428,8	42,3	7,1	-85.151,6
d/c	46,1	9,2	-83,3	44,6	8,9	-40,5
d/b	8,9	14,6	7,8	7,0	14,4	5,5

Fonte: BRASIL, (2013b e 2013c). Elaboração do BNB/ETENE, Conjuntura Econômica.

Os principais produtos exportados pelo agronegócio do Nordeste, em montante, são: Complexo soja; produtos florestais; complexo sucroalcooleiro; frutas (inclui nozes e castanhas); fibras e produtos têxteis e couros, produtos de couro e peleteria, que, juntos, totalizam 88,8% das exportações (US\$ 5,8 bilhões) (Tabela 12). O total exportado, con-

siderando apenas estes produtos, reduziu-se 16,9% em relação ao mesmo período de 2012 (bem próximo à redução do total, que foi de 17,3%), destacando-se algumas perdas em relação ao ano anterior, como as do complexo sucroalcooleiro (-US\$ 429 milhões), fibras e produtos têxteis (-US\$ 403 milhões), e complexo soja (-US\$ 309 milhões). Os gru-

pos produtos florestais; pescados; produtos alimentícios diversos; carnes; e chá, mate e especiarias foram os únicos a aumentar suas

exportações, nenhum em montante superior a US\$ 33 milhões.

Tabela 12 – Nordeste: Principais produtos exportados do agronegócio no período de Janeiro a Novembro

Produtos	2012			2013			Variação	
	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	Absoluta	%
Complexo soja	2.323,3	29,3	29,3	2.014,7	30,7	30,7	-309	-13,3
Produtos florestais	1.508,0	19,0	48,3	1.540,7	23,5	54,2	33	2,2
Complexo sucroalcooleiro	1.284,4	16,2	64,5	855,4	13,1	67,3	-429	-33,4
Frutas (inclui nozes e castanhas)	605,5	7,6	72,1	558,2	8,5	75,8	-47	-7,8
Fibras e produtos têxteis	871,1	11,0	83,1	468,5	7,1	83,0	-403	-46,2
Couros, produtos de couro e peleteria	415,5	5,2	88,4	385,9	5,9	88,8	-30	-7,1
Cacau e seus produtos	228,4	2,9	91,3	167,7	2,6	91,4	-61	-26,6
Sucos	150,1	1,9	93,1	109,7	1,7	93,1	-40	-26,9
Demais produtos de origem vegetal	128,3	1,6	94,8	104,9	1,6	94,7	-23	-18,2
Pescados	61,2	0,8	95,5	70,5	1,1	95,8	9	15,2
Cereais, farinhas e preparações	91,7	1,2	96,7	61,7	0,9	96,7	-30	-32,7
Café	133,7	1,7	98,4	53,9	0,8	97,5	-80	-59,7
Produtos alimentícios diversos	29,4	0,4	98,8	36,1	0,6	98,1	7	22,7
Carnes	8,1	0,1	98,9	32,5	0,5	98,6	24	303,0
Chá, mate e especiarias	7,8	0,1	99,0	28,5	0,4	99,0	21	264,3
Fumo e seus produtos	38,4	0,5	99,4	25,9	0,4	99,4	-13	-32,7
Outros	44,6	0,6	100,0	39,9	0,6	100,0	-5	-10,5
TOTAL	7.929,6	100,0	-	6.554,6	100,0	-	-1.375	-17,3

Fonte: BRASIL (2013b). Elaboração do BNB/ETENE, Conjuntura Econômica.

As importações do agronegócio nordestino estão concentradas em seis grupos de produtos, que compreendem 83% (US\$ 1,87 bilhão) do total: cereais, farinhas e preparações (US\$ 1,24 bilhão), produtos florestais

(US\$ 200 milhões), produtos oleaginosos (exclui soja) (US\$ 156,4 milhões), fibras e produtos têxteis (US\$ 101,2 milhões), pescados (US\$ 95,5 milhões) e complexo sucroalcooleiro (US\$ 80,6 milhões). O total impor-

tado aumentou (US\$ 46 milhões, ou 2,1%, em relação ao período janeiro-novembro de 2012), embora tenha havido redução significativa em alguns grupos de participação significativa, como o complexo Sucroalcooleiro (-US\$ 36 milhões, ou -30,7%) e outros não tão importantes assim, como cacau e seus produtos (-US\$ 138 milhões, ou -65,9%) e (Tabela 13).

O grupo produtos florestais deteve o maior saldo absoluto entre os produtos im-

portados e exportados simultaneamente (US\$ 1,34 bilhão), no período janeiro-novembro de 2013 (Tabela 14). Já o grupo cereais, farinhas e preparações continua com o maior saldo negativo, entre 2012 e 2013 (passando de US\$ -854,4 milhões a -US\$ 1,17 bilhão). O saldo comercial total dos principais produtos exportados e importados simultaneamente caiu de US\$ 2,96 bilhões para US\$ 1,97 bilhão no período (ou -33,3%).

Tabela 13 – Nordeste: Principais produtos importados do agronegócio no período de Janeiro a Novembro

Produtos	2012			2013			Variação	
	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	Absoluta	%
Cereais, farinhas e preparações	946,2	42,8	42,8	1.240,0	54,9	54,9	294	31,1
Produtos florestais	235,3	10,6	53,4	200,0	8,9	63,8	-35	-15,0
Produtos oleaginosos (exclui soja)	180,2	8,2	61,6	156,4	6,9	70,7	-24	-13,2
Fibras e produtos têxteis	101,5	4,6	66,2	101,2	4,5	75,2	0	-0,3
Pescados	98,2	4,4	70,6	95,5	4,2	79,4	-3	-2,7
Complexo sucroalcooleiro	116,3	5,3	75,9	80,6	3,6	83,0	-36	-30,7
Bebidas	97,9	4,4	80,3	76,6	3,4	86,4	-21	-21,8
Cacau e seus produtos	209,0	9,5	89,8	71,4	3,2	89,6	-138	-65,9
Frutas (inclui nozes e castanhas)	92,6	4,2	93,9	69,1	3,1	92,6	-23	-25,3
Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	29,9	1,4	95,3	44,4	2,0	94,6	15	48,7
Carnes	25,3	1,1	96,4	28,4	1,3	95,9	3	12,0
Produtos alimentícios diversos	19,0	0,9	97,3	19,8	0,9	96,7	1	4,1
Demais produtos de origem vegetal	13,9	0,6	97,9	16,2	0,7	97,5	2	16,5
Lácteos	12,7	0,6	98,5	15,9	0,7	98,2	3	25,0
Demais produtos de origem animal	6,8	0,3	98,8	9,3	0,4	98,6	3	37,4
Rações para animais	8,8	0,4	99,2	8,8	0,4	99,0	0	0,1
Outros	17,5	0,8	100,0	23,4	1,0	100,0	6	33,7
TOTAL	2.211,0	100,0	-	2.257,0	100,0	-	46	2,1

Fonte: BRASIL (2013b). Elaboração do BNB/ETENE, Conjuntura Econômica.

Tabela 14 – Nordeste: Saldo comercial dos principais produtos exportados e importados, simultaneamente, do agronegócio, no período de Janeiro a Novembro

Produtos	2012			2013			Variação	
	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	Absoluta	%
Produtos florestais	1.272,7	43,0	43,0	1.340,7	67,9	67,9	68,0	-6,9
Complexo sucroalcooleiro	1.168,1	39,5	82,5	774,8	39,2	107,2	-393,3	39,9
Frutas (inclui nozes e castanhas)	512,9	17,3	99,8	489,0	24,8	131,9	-23,9	2,4
Fibras e produtos têxteis	769,6	26,0	125,8	367,3	18,6	150,5	-402,3	40,8
Cacau e seus produtos	19,5	0,7	126,5	96,3	4,9	155,4	76,9	-7,8
Demais produtos de origem vegetal	114,4	3,9	130,4	88,7	4,5	159,9	-25,7	2,6
Produtos alimentícios diversos	10,4	0,4	130,7	16,3	0,8	160,7	5,9	-0,6
Carnes	-17,3	-0,6	130,1	4,1	0,2	161,0	21,4	-2,2
Pescados	-36,9	-1,2	128,9	-24,9	-1,3	159,7	12,0	-1,2
Cereais, farinhas e preparações	-854,4	-28,9	100,0	-1.178,3	-59,7	100,0	-323,9	32,9
TOTAL	2.958,9	100,0		1.974,0	100,0		-984,9	100,0

Fonte: BRASIL (2013b). Elaboração do BNB/ETENE, Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

AGRAFNP. Anuário da Pecuária Brasileira - Anualpec. São Paulo, 2013.

BANCO Central do Brasil. **Indicadores econômicos consolidados**, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

BEEFPOINT. O ponto de encontro da cadeia produtiva da carne. **Confira as projeções de produção, consumo e exportação de carne bovina no longo prazo, 2013-2023 [Relatório MAPA]**, 2013. Disponível em: <<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/especiais/confira-as-projecoes-de-producao-consumo-e-exportacao-de-carne-bo>

[vina-no-longo-prazo-2013-2023-relatorio-mapa/>](#). Acesso em: 13 dez. 2013.

BMFBOVESPA. Cotações online. **Boi gordo** (contrato=330 arrobas. Cotação=R\$/ arroba). dez. 2013. Disponível em: <http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&page_type=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=BGI>. Acesso em: 13 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <http://dw.agricultura.gov.br/dwagrostat/seg_dwagrostat.principal_dwagrostat> Acesso em: 05 dez. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial:** unidades da federação. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

COMPANHIA Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento de safra brasileira:** grãos, safra 2012/2013, décimo levantamento, ago. 2013. Brasília: CONAB, 2013a.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** café, safra 2013, segunda estimativa, maio 2013. Brasília: CONAB, 2013b.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** café, safra 2013, terceira estimativa, setembro 2013. Brasília: CONAB, 2013c.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** cana-de-açúcar, safra 2012/2013, segundo levantamento, ago. 2013. Brasília: CONAB, 2013d.

CENTRO de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Agromensal:** pecuária: informações de mercado. São Paulo, jul. 2013a. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/07_julho/Pecuaria.htm>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Agromensal:** pecuária: informações de mercado. São Paulo, ago. 2013b. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/08_agosto/Pecuaria.htm>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Agromensal:** pecuária: informações de mercado. São Paulo, set. 2013c. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/09_setembro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Cepea/leite:** produção cresce, mas preço sobe; no ano, alta é de quase 20%, Piracicaba, jul. 2013d. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Julho_13.doc>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Cepea/leite:** preço é o maior em seis anos; para setembro, mercado sinaliza estabilidade, Piracicaba, agosto 2013e. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Agosto_13.doc>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Cepea/leite:** preço atinge maior patamar real de toda a série do Cepea, de 13 anos, Piracicaba, set. 2013f. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Set_13.doc>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** açúcar. São Paulo, 2013g. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/acucar/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** algodão. São Paulo, 2013h. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/algodao/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** café. São Paulo, 2013i. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/cafe/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** etanol. São Paulo, 2013j. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/etanol/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** milho. São Paulo, 2013k. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/milho/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

_____. **Indicadores de preços:** soja. São Paulo, 2013l. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/soja/#>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

CONSULTORIA, Métodos, Assessoria e Mercantil S.A. **Trading Analysis Information**. São Paulo: CMA, 2013.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Sidra**: levantamento sistemático da produção agrícola, defasagem de dois meses. Rio de Janeiro, DF, 2013a. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1618&z=t&o=26>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. **Sidra**: pesquisa agrícola municipal: dados até 2012. Rio de Janeiro, DF, 2013b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=p&o=18>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. **Sidra**: pesquisa pecuária municipal: dados até 2012. Rio de Janeiro, DF, 2013c. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=74&z=p&o=29>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

COUTINHO, L. et al. **Resenha LCA 2013**. Panorama semanal, cenário internacional. Mensagem de correio eletrônico, recebida em 11 nov. 2013.

PECUÁRIA Rural BR. **Exportação de carne bovina in natura tem receita recorde em 2013**. Disponível em: <<http://pecuaria.ruralbr.com.br/noticia/2014/01/exportacao-de-carne-bovina-in-natura-tem-receita-recorde-em-2013-4379457.html>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

3.3 PRODUÇÃO INDUSTRIAL

3.3.1 PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física (PIM-PF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), em setembro/2013 a produção industrial do Brasil apresentou avanços nas quatro bases de comparação para o indicador geral. Com efeito, em relação ao mês precedente, a produção industrial do País cresceu 0,5%, descontados os efeitos sazonais. Na comparação com setembro de 2012, avançou 1,8%. No ano (janeiro-setembro/2013), acumula alta de 1,6%, enquanto em doze meses (outubro/2012-setembro/2013) verificou-se elevação de 1,1%. Por categoria de uso,

o destaque de crescimento ficou por conta principalmente do setor de bens de capital, que avançou também nas quatro bases de comparação, particularmente na que confronta setembro/2013 a igual mês de 2012, cujo incremento foi de 23,7% (Tabela 1).

O crescimento de setembro/2013 em relação ao mês precedente decorreu do avanço na produção industrial em quatorze das vinte e sete atividades pesquisadas. Dentre os segmentos pesquisados que mais cresceram, figuram: perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (9,1%), outros equi-

pamentos de transporte (8,3%) e indústrias diversas (6,3%). Ressalta-se, contudo, que a maior contribuição para o avanço no indicador geral de setembro deveu-se ao setor de veículos automotores (5,9%), em razão do seu maior peso na composição do índice, que corresponde a 7,0%, contra 1,7% e 1,4%, respectivamente, do primeiro (perfumaria, sabões, detergentes e produtos de

limpeza) e segundo (outros equipamentos de transporte) colocados. Por outro lado, treze setores tiveram desempenho negativo em relação a agosto, com destaque para os segmentos de edição, impressão e reprodução de gravações (-11,3%), refino de petróleo e álcool (-4,6%) e vestuário e acessórios (-4,5%).

Tabela 1 – Brasil: produção física industrial – setembro/2013

Segmentos	Variação (%)			
	set13/ago13 (com ajuste sazonal)	set13/set12	Acumulado no ano (jan-set)	Acumulado em 12 meses (out12/set13)
Classe de indústria				
Indústria Geral	0,5	1,8	1,6	1,1
Indústria Extrativa Mineral	0,5	1,0	-4,6	-3,3
Indústria de Transformação	1,2	1,9	2,0	1,4
Categoria de Uso				
Bens de Capital	4,0	23,7	14,4	7,7
Bens Intermediários	0,1	0,2	0,4	-0,1
Bens de Consumo	-0,4	1,8	1,0	1,2
Duráveis	1,8	-1,6	3,9	3,9
Semiduráveis e não Duráveis	-1,6	2,9	0,1	0,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

No comparativo de setembro de 2013 em relação a setembro de 2012, o acréscimo de 1,8% decorreu do desempenho favorável de dezenove atividades, com destaque para: indústrias diversas (23,3%), máquinas e equipamentos (16,4%) e perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (13,7%).

No acumulado do ano (jan-set/13), o crescimento de 1,6% da produção industrial adveio do avanço em dezesseis atividades, particularmente dos setores de veículos automotores (11,3%), equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros (7,7%) e refino de petróleo e álcool (7,7%).

A alta de 1,1% observada no acumulado de doze meses (out/12-set/13) representou o sexto aumento consecutivo nesse indicador mensal. O incremento observado em setembro teve a contribuição de dezesseis atividades, com destaque para os setores: outros equipamentos de transportes (8,1%), refino de petróleo e álcool (7,2%) e veículos automotores (6,2%), este último em função de seu maior peso na composição do índice.

Na análise por categoria de uso de setembro/13, o destaque ficou por conta do desempenho da indústria de bens de capital, que apresentou os melhores resultados dentre as pesquisadas, com incremento de 4,0% em relação a agosto, 23,7% em relação a

setembro de 2012, 14,4% no acumulado do ano e 7,0% em doze meses.

Os indicadores conjunturais dessazonalizados da indústria de transformação divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2013), referentes ao mês de setembro de 2013, registraram queda na atividade industrial em relação a agosto. Com efeito, de

agosto para setembro, o faturamento real decresceu 2,5%, as horas trabalhadas recuaram 0,5% e o nível de capacidade instalada diminuiu 0,2%, passando de 82,1% para 81,9%. Por outro lado, de acordo com a pesquisa da CNI, o nível de emprego (0,1%) manteve-se estável enquanto a massa salarial (0,8%) e o rendimento médio real (0,6%) cresceram em setembro relativamente a agosto (Tabela 2).

Tabela 2 – Brasil: indicadores conjunturais da indústria

Indústria de Transformação	set13/ago13 dessaz.	set13/set12	Jan-Set13/Jan-Set12
Faturamento real (1)	-2,5	6,5	4,9
Horas trabalhadas	-0,5	1,2	0,1
Emprego	0,1	1,0	0,6
Massa salarial real (2)	0,8	3,6	1,9
Rendimento médio real (2)	0,6	2,6	1,3
Percentual médio			
	Set13	Ago13	Set12
Utilização da capacidade instalada dessaz.	81,9	82,1	82,3

Fonte: CNI, 2013.

Notas:

(1) Deflator: IPA/OG-FGV.

(2) Deflator: INPC-IBGE.

Na comparação interanual de setembro de 2013 com igual mês de 2012, destaca-se o crescimento do faturamento real (6,5%), seguido da massa salarial real (3,6%). Esses dois indicadores apresentaram também dados favoráveis no acumulado do ano (jan-set), respectivamente 4,9% e 1,9% (Tabela 2).

O recuo no Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da indústria de transformação foi ocasionado pela queda desse indicador em 11 dos 21 setores pesquisados, com destaque para as indústrias: farmacêutica (-6,4%), minerais não metálicos (-4,0%) e de couros e calçados (-3,3%).

A indústria brasileira está tendo, neste ano, um fraco desempenho na sua produção, não vislumbrando que recuperará o resultado negativo de 2,6% observado em 2012. De acor-

do com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2013c), a indústria nacional perdeu seu dinamismo e só não amarga resultados piores porque alguns dos seus setores (bens de capital e bens duráveis) estão se valendo das políticas de incentivo do Governo iniciadas no ano passado (crédito a taxas de juros mais baixas para financiamento de longo prazo e desoneração tributária). Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2013), a indústria ainda encontra-se distante de mostrar uma trajetória forte de recuperação, apesar de o terceiro trimestre ter trazido indícios favoráveis.

O desempenho do emprego industrial demonstra a situação difícil por que passa a indústria brasileira. No ano passado, o número de pessoas ocupadas na indústria recuou 1,4%, enquanto nos nove primeiros meses

deste ano só ocorreu uma variação positiva do emprego industrial em março (0,2%) (IEDI, 2013c).

O saldo brasileiro dos bens produzidos pela indústria de transformação atingiu déficit recorde para períodos de janeiro-setembro, de US\$ 49,4 bilhões, devido ao aumento de 7,0% nas importações frente a igual período de 2012. Desde 2006 que o saldo desses bens tem se deteriorado, isto é, após o superávit recorde logrado em janeiro-setembro de 2005, de US\$ 22,4 bilhões (IEDI, 2013a).

Conforme detalha o IEDI (2013a), no que se refere ao intercâmbio de produtos da indústria de transformação pela classificação de intensidade tecnológica (alta, média-alta, média-baixa e baixa), os saldos dos três primeiros continuam negativos na comparação entre o

acumulado até setembro. O intercâmbio dos bens oriundos de atividades de alta intensidade tecnológica registrou déficit de US\$ 24,6 bilhões nos nove primeiros meses de 2013. A faixa de média-alta intensidade apresentou o maior déficit: saldo negativo de US\$ 46,3 bilhões. Os bens tipicamente produzidos por atividades de média-baixa intensidade tecnológica experimentaram, pela quarta vez seguida, saldo negativo para o período em questão, com déficit de US\$ 8,6 bilhões. Já o conjunto de bens da indústria de baixa intensidade tecnológica obteve o único superávit no acumulado até setembro de 2013: US\$ 30,2 bilhões. A deterioração dos indicadores da indústria brasileira no comércio exterior reflete os problemas estruturais de baixa competitividade do parque industrial do País.

3.3.2 PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO NORDESTE

A atividade industrial nordestina registrou queda de 1,3% em setembro de 2013 na comparação com o mês anterior, considerando a série dessazonalizada. Trata-se do terceiro mês consecutivo em que a Região

apresenta valores negativos na produção industrial mensal. Contudo, no acumulado dos nove primeiros meses do ano, a indústria nordestina avançou 1,6% e em doze meses, 1,7% (Tabela 3).

Tabela 3 – Nordeste e estados: produção industrial física – setembro/2013

Região/UF	Variação (%)			
	set13/ago13 (com ajuste sazonal)	set13/set12	Acumulado no ano (jan-set)	Acumulado em 12 meses (out12/set13)
Nordeste	-1,3	-1,7	1,6	1,7
Ceará	-2,4	4,5	2,9	1,6
Pernambuco	-8,4	-7,3	-0,2	-1,0
Bahia	6,2	4,3	5,8	6,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

Na comparação de setembro de 2013 frente a igual mês do ano precedente, a produção industrial nordestina recuou 1,7%. Nesta base de comparação, sete dos onze segmentos pesquisados assinalaram resultados positivos, com destaque para vestuário e acessórios (21,3%), refino de petróleo e gás (18,2%) e celulose, papel e produtos de papel (10,2%) (Gráfico 1). Ressalta-se que o bom desempenho de vestuário e acessórios, assim como o de têxtil, deveu-se principalmente ao crescimento do Ceará nesses ramos

industriais, enquanto o bom desempenho dos segmentos de refino de petróleo e gás e de celulose, papel e produtos de papel derivam principalmente do expressivo aumento da produção baiana nessas atividades. No entanto, por outro lado, a indústria de aparelhos, máquinas e equipamentos elétricos apresentou queda expressiva de 36,0% nesta base de comparação. Também apresentaram resultados desfavoráveis os segmentos de alimentos e bebidas (-11,2%) e o de produtos químicos (-9,6%).

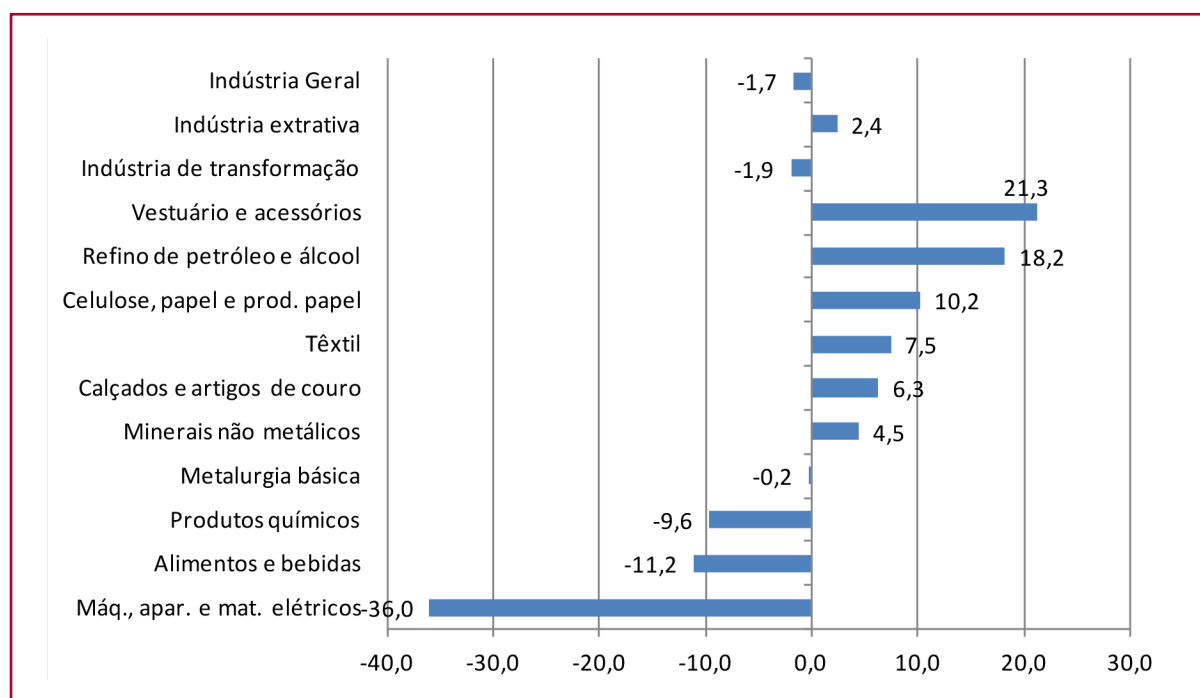


Gráfico 1 – Nordeste: variação da produção industrial mensal em relação ao mesmo mês do ano anterior de setores industriais – setembro/2013 (%).

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

No que se refere às principais economias estaduais da Região Nordeste, somente a Bahia obteve resultado positivo nas quatro bases de comparação relativas a setembro, conforme apresentado na Tabela 3. Na contramão do desempenho baiano, Pernambuco

apresentou resultados desfavoráveis em todas as bases de comparação.

O Ceará apresentou queda de 2,4% no mês de setembro/2013 na sua produção industrial, comparativamente ao mês precedente. Já nas comparações interanuais, a in-

1 Diferentemente de Pernambuco e Ceará, no estado da Bahia é incluída a indústria extrativa na pesquisa.

dústria cearense registrou avanço de 4,5% no indicador mensal de setembro/2013, alta de 2,9% no acumulado do ano e crescimento de 1,6% nos doze últimos meses (ver Tabela 3).

Seis dentre os dez ramos investigados no Ceará apresentaram crescimento em setembro de 2013, comparativamente ao mesmo

mês do ano anterior. Desses, os seguintes setores apresentaram avanços mais expressivos: vestuário e acessórios (25,7%), refino de petróleo e álcool (24,1%) e têxtil (12,2%). As maiores retrações foram verificadas em metalurgia básica (-24,7%), produtos químicos (-10,4%) e produtos de metal (-6,8%) (Gráfico 2).

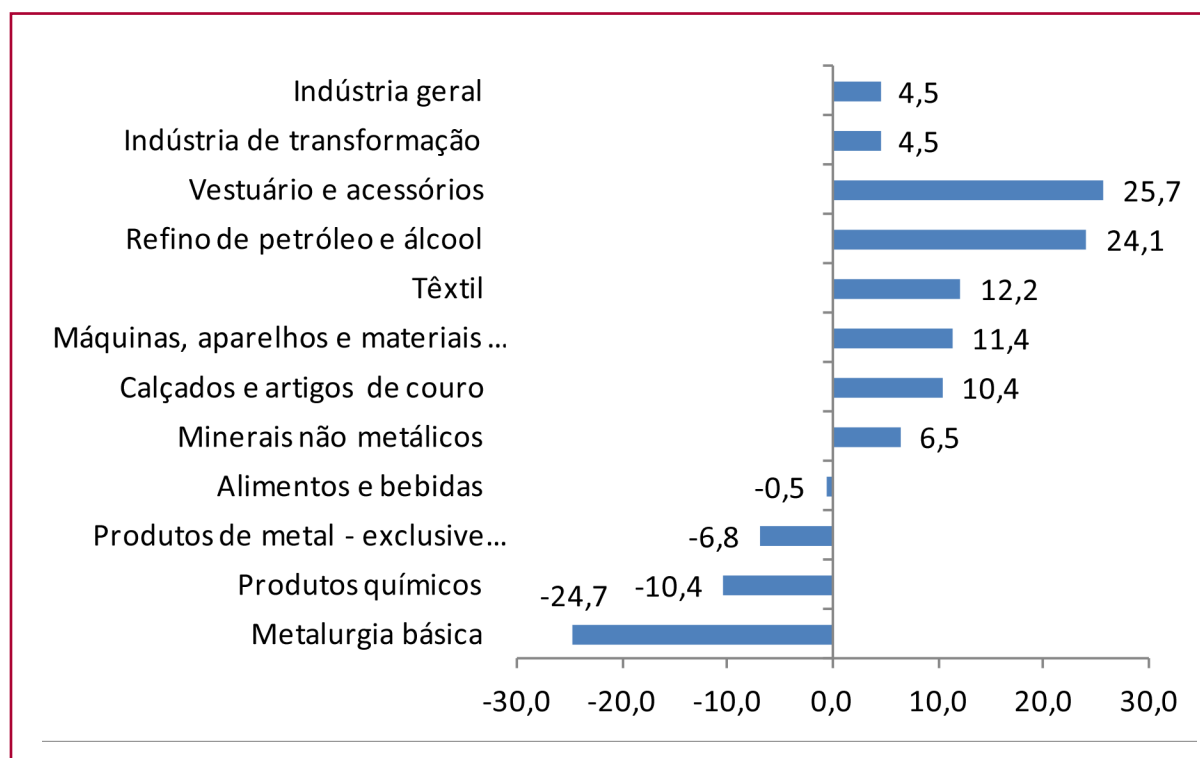


Gráfico 2 – Ceará: Classe e gêneros da indústria de transformação. Setembro de 2013 – indicador mês/mesmo mês do ano anterior

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

Os números da produção industrial de setembro para o estado de Pernambuco não foram favoráveis, conforme já referido. Com efeito, no indicador mês/mês anterior, a produção industrial recuou 8,4%; em doze meses, decresceu 1,0%; e no acumulado do ano, encolheu 0,2%, mantendo-se praticamente estável. A queda de 7,3% na produção da indústria de transformação em Pernambuco, na comparação set13/set12, decorreu da variação negativa de sete das onze atividades investigadas. Apesar de ter havido avanço nos

segmentos de celulose, papel e produtos de papel (11,6%), metalurgia básica (11,1%), têxtil (4,7%) e de produtos químicos (3,7%), observou-se queda na produção industrial principalmente nos setores de refino de petróleo e álcool (-49,3%), alimentos e bebidas (-17,1%) e produtos de metal (-15,0%) (Gráfico 3).

A Bahia registrou aumento de 6,2% na produção industrial em setembro na comparação com o mês anterior. Nos indicadores

interanuais, os resultados também foram positivos, conforme já ressaltado: 4,3% no comparativo mês/mesmo mês do ano anterior, 5,8% no acumulado do ano e 6,7% nos doze últimos meses (ver Tabela 3). A alta de 4,3% no indicador mensal interanual da indústria baiana refletiu o avanço de sete dos

nove ramos pesquisados¹. As principais contribuições positivas ocorreram nos segmentos de refino de petróleo e álcool (22,2%) e de veículos automotores (16,9%). Por outro lado, apenas os ramos de produtos químicos (-6,8%) e de alimentos e bebidas (-4,6%) apresentaram variação negativa nesse indicador interanual (Gráfico 4).

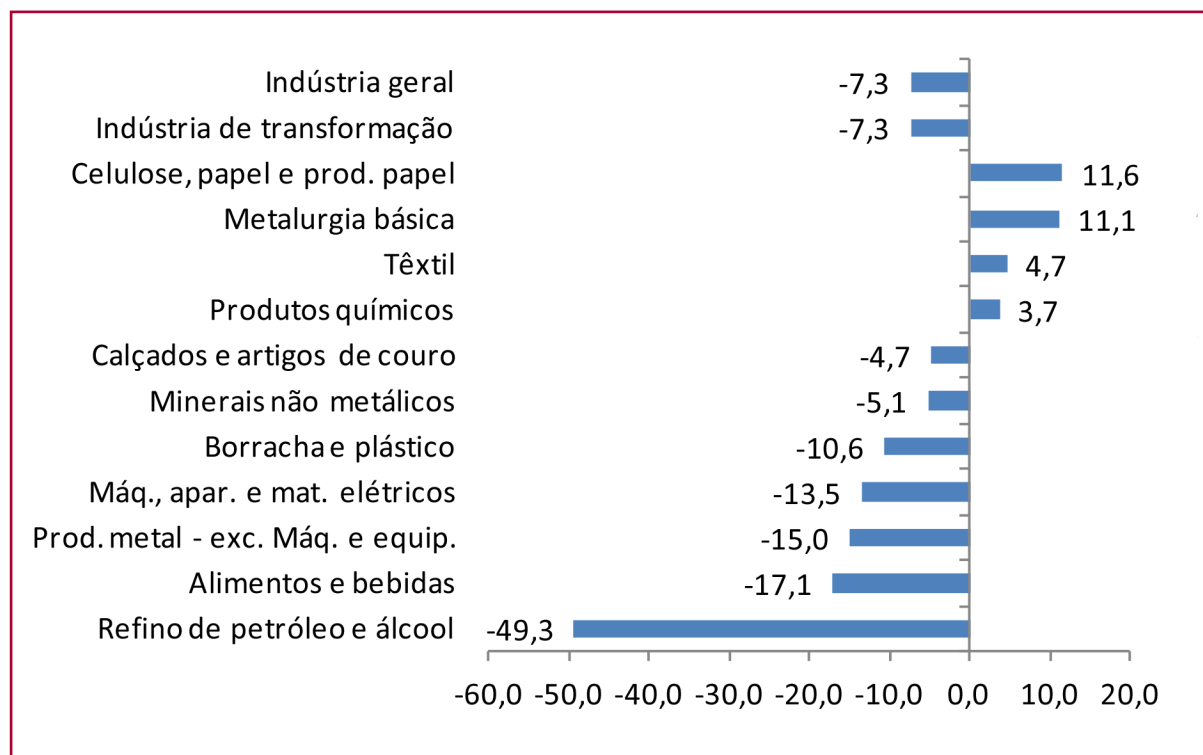


Gráfico 3 – Pernambuco: Classe e gêneros da indústria de transformação. Setembro de 2013 – indicador mês/mesmo mês do ano anterior

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

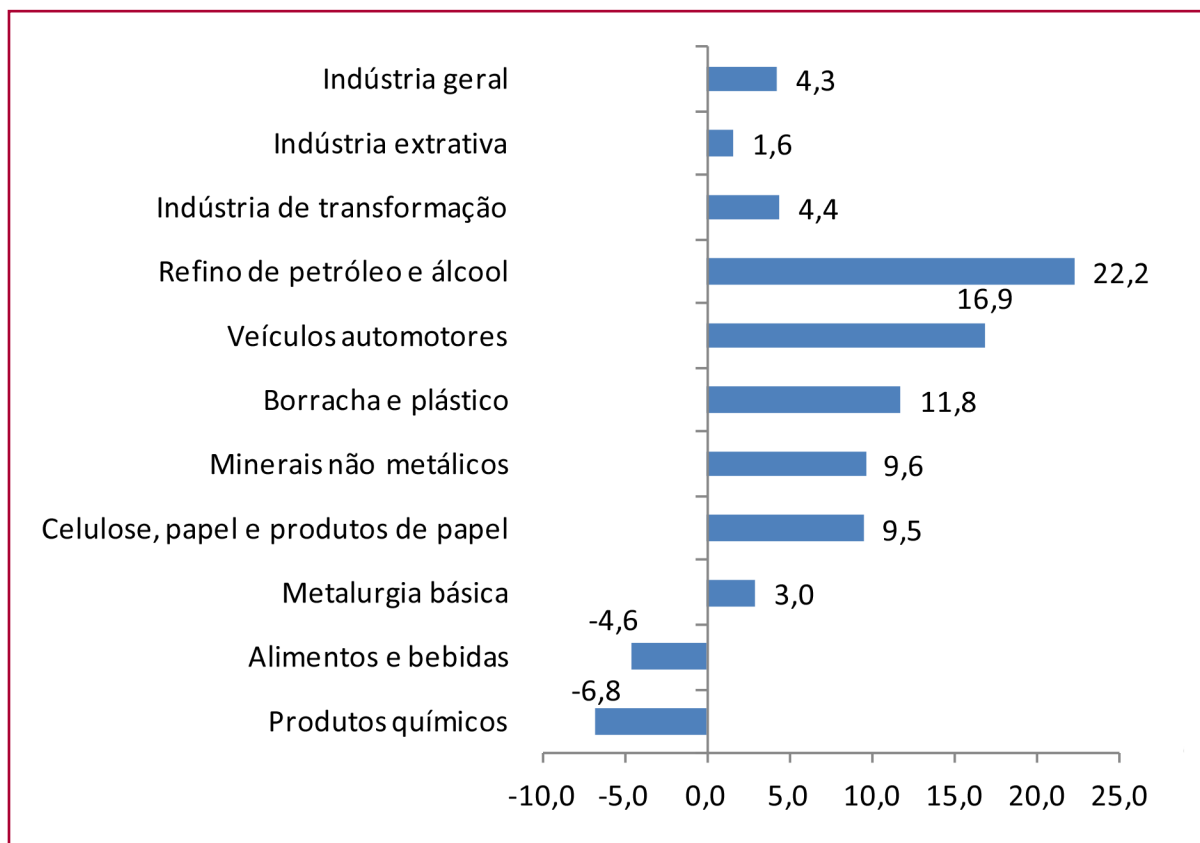


Gráfico 4 – Bahia: Classe e gêneros da indústria de transformação e extrativa. Setembro de 2013 – indicador mês/mesmo mês do ano anterior

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, 2013. Elaboração própria.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO Nacional da Indústria-CNI. Sondagem Industrial. **Indústria ajusta seus estoques**. ano 16, n. 9, set. 2013. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/12/17/4/201310221112184901510.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Pesquisa industrial mensal: produção física**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=c&p=PZ&v=28&z=t&o=22>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

INSTITUTO de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Carta IEDI n. 595**: saldo dos

bens da indústria de transformação: déficit de US\$ 50 bilhões a vista 2013a. Disponível em <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_595.html>. Acesso em: 16 dez. 2013.

_____. **Carta IEDI n. 598**: produção regional e emprego industrial em setembro de 2013: resultados mais adversos. São Paulo, 14 nov. 2013b. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_598.html>. Acesso em: 16 dez. 2013.

_____. **Análise IEDI**: emprego industrial – em crise aberta. São Paulo, 12 nov. 2013c. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20131112_emprego_industrial.html>. Acesso em: 24 dez. 2013.

3.4 COMÉRCIO E SERVIÇOS NO BRASIL

3.4.1 COMÉRCIO VAREJISTA

As vendas do comércio varejista perderam força em setembro de 2013, em comparação com os resultados interanuais de julho e agosto. Mesmo assim, pela sétima vez consecutiva, o comércio varejista apresentou desempenho positivo, com crescimento acumulado em volume de vendas de 3,6% no comércio varejista ampliado e de 3,9% no comércio varejista restrito (este, bem abaixo dos 8,4% de 2012), conforme resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013a).

Na Tabela 1, tem-se a participação percentual dos dez grupos de atividades na composição da taxa mensal do volume de vendas do comércio varejista em setembro de 2013. Os

três grupos de atividades que mais se destacaram no comércio varejista restrito foram: outros artigos de uso pessoal e doméstico (33,3%), móveis e eletrodomésticos (21,8%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (18,8%). Quando se considera o comércio varejista ampliado, três grupos de atividades respondem por 77,9% de participação nos resultados setoriais na formação da taxa global.

Em geral, os resultados do comércio têm sido favorecidos ao longo de 2013 pelo crescimento da massa de rendimentos, que teve aumento de 2,8% em setembro em relação ao mesmo mês de 2012, e pelas facilidades de crédito.

Tabela 1 – Brasil: Participação Relativa dos Resultados Setoriais na Formação da Taxa Mensal do Comércio Varejista em Volume de Vendas - Setembro 2013

GRUPOS DE ATIVIDADES	COMÉRCIO VAREJISTA (%)	
	Restrito	Ampliado
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	33,3	11,1
Móveis e eletrodomésticos	21,8	7,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	18,8	6,3
Combustíveis e lubrificantes	10,8	3,6
Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo	8,3	2,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,4	2,1
Tecidos, vestuário e calçados	0,7	0,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,0	0,0
Veículos, motos, partes e peças		54,6
Material de construção		12,2
Taxa Global	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2013a).

A Tabela 2 mostra os resultados do comércio varejista em 2013 e explicações sintéticas do desempenho dos dez grupos de

atividades, dispostos em ordem decrescente de sua contribuição para a formação da taxa global do comércio varejista restrito.

Tabela 2 – Brasil: Desempenho do Comércio Varejista em Volume de Vendas por Grupos de Atividades – Setembro 2013

GRUPOS DE ATIVIDADES/FATORES RELEVANTES DE DESEMPENHO	DESEMPENHO(%) ¹		
	A	B	C
COMÉRCIO VAREJISTA RESTRITO	0,5	4,1	3,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico			
Fatores de desempenho: crescimento da massa de rendimentos e facilidades de crédito.	2,4	14,8	10,3
Móveis e eletrodomésticos			
Fatores de desempenho: política de incentivo do governo ao consumo, com manutenção de alíquotas de IPI reduzidas para móveis e eletrodomésticos, embora cada vez menores, com variação de 4,6% nos últimos doze meses, contra 5,9% do IPCA. O programa Minha Casa Melhor, implantado em julho de 2013, também tem contribuído para melhores resultados das atividades.	-0,2	7,6	5,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria			
Fatores de desempenho: manutenção do crescimento da massa real de rendimentos, facilidade de crédito e a própria essencialidade da maioria dos produtos.	1,3	11,9	9,5
Combustíveis e lubrificantes			
Fator de desempenho: o crescimento dos preços abaixo da média (3,3% contra 5,9% do IPCA nos últimos doze meses).	0,8	4,2	6,0
Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo			
Fator de desempenho: o desempenho abaixo da média se deve ao comportamento dos preços dos alimentos, que cresceram 8,7% no Grupo Alimentação no Domicílio nos últimos doze meses.	0,6	0,7	1,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação			
Fator de desempenho: bons resultados do grupo resultaram da deflação dos preços dos principais produtos nos últimos doze meses (3,8% para microcomputadores e -7,7% para aparelhos telefônicos).	-0,7	16,5	6,1
Tecidos, vestuário e calçados			
Fator de desempenho: mesmo com os preços variando menos (5,6%) que a inflação global, a desaceleração das vendas persiste.	0,0	0,4	3,2
Livros, jornais, revistas e papelaria			
Fatores de desempenho: o fraco desempenho no mês decorre, em parte, da sazonalidade na compra de alguns produtos.	0,9	0,3	3,0
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	-0,7	7,5	3,6
Veículos, motos, partes e peças			
Fator de desempenho: medidas anunciadas pelo Governo, que levaram a zero o IPI sobre carros 1.0 e pela metade o imposto sobre as demais cilindradas, se deram no final de maio de 2012, e começaram a surtir efeito sobre as vendas no mês de junho.	-5,1	13,9	2,0
Material de construção			
Fatores de desempenho: desempenho positivo do grupo ao longo do semestre decorre de redução do IPI para uma cesta de produtos do setor, de melhores condições de crédito habitacional (aumento da oferta em 37,6% em 2012) e de evolução do Programa Minha Casa Minha Vida.	0,8	10,1	7,3

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base em IBGE (2013a) e LCA (2013).

Notas: (1) Índices de desempenho: A) Índice Mês/Mês – set./ago. 2013, série com ajuste sazonal; B) Índice Mensal – set.2013/2012; C) Índice Acumulado em 2013.

Em setembro de 2013, o comércio varejista restrito registrou variação de 0,5% em relação a agosto. Das oito atividades, cinco apresentaram resultados positivos. Por outro lado, o comércio varejista ampliado, obtido pela inclusão dos grupos de atividades veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção (os quais incluem vendas no varejo e no atacado), exibiu um resultado negativo (-0,7%) em relação a agosto de 2013.

Na comparação com agosto de 2012, todos os grupos de atividades apresentam desempenho positivo, tanto no comércio varejista restrito como no comércio varejista ampliado, com destaque para: equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (16,5%), outros artigos de

uso pessoal e doméstico (14,8%) e veículos, motos, partes e peças (13,9%). As atividades com pior desempenho foram livros, jornais, revistas e papelaria (0,3%) e tecidos, vestuário e calçados (0,4%).

A PMC não agrupa o desempenho do comércio por região. Considerando o resultado acumulado em 2013 do comércio varejista ampliado, o Gráfico 1 mostra que seis estados nordestinos tiveram desempenho superior ao do Brasil (3,6%), com destaque para Rio Grande do Norte (9,4%), Paraíba (9,1%) e Piauí (6,8%). Entretanto, dois estados de economia mais expressiva registraram baixo desempenho: Bahia apresentou crescimento de apenas 1,3%, enquanto o Ceará teve resultado negativo (-0,8%).

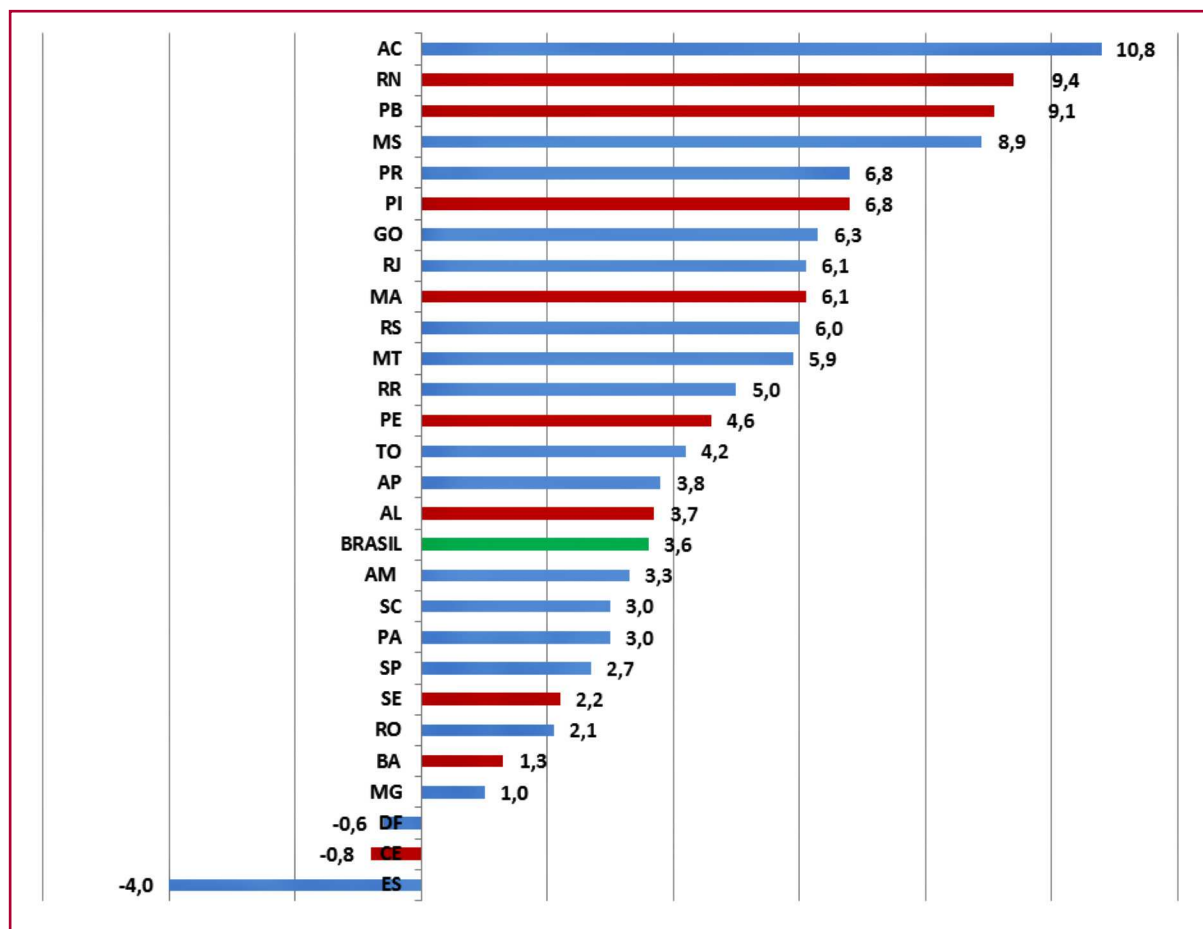


Gráfico 1 – Brasil: Crescimento Percentual Acumulado do Volume do Comércio Varejista Ampliado – setembro 2013

Fonte: IBGE (2013a).

Nota: Base a igual período do ano anterior = 100.

Pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE, 2013a; IBRE 2013b) sugerem, com base na queda, no mês de novembro, do índice de confiança do comércio interanual e do índice de confiança do consumidor, um enfraquecimento gradual do ritmo de atividade do comércio do terceiro para o quarto trimestre, com perspectivas mais favoráveis de aceleração na virada do ano.

Por sua vez, a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2013) indica que, na comparação com 2012, 40% da população brasileira pretende gastar menos nas compras de fim

de ano em 2013; somente 11% pretendem gastar mais.

Comprometimento da renda elevado, avanço moderado da renda em meio à previsão de aumento sazonal dos alimentos e baixo nível de confiança das famílias geram expectativas de crescimento moderado de vendas no último trimestre de 2013.

Em função do comportamento dessas variáveis, a LCA (2013) mantém suas previsões de aumento do varejo restrito para 2013 em 4,7% e de 4,5% para 2014.

3.4.2 SERVIÇOS

O setor de serviços no Brasil registrou, na comparação com igual mês de 2012, um crescimento nominal de 9,6% em setembro de 2013, superior às taxas observadas em agosto (6,6%) e julho (9,1%), segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizado pelo IBGE (2013b).

Como mostra a Tabela 3, o destaque foi o grupo de transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio, com crescimento de 12,1%, sendo que, nesse grupo, o transporte

aéreo registrou aumento de 23,9%. Em segundo lugar, veio o grupo de serviços prestados às famílias, com aumento de 9,5% em relação ao ano anterior.

Quanto ao desempenho acumulado em 2013, o Brasil cresceu 8,4%, enquanto aqueles dois grupos de atividades mantiveram suas posições, dentre os cinco, em comparação com o mesmo período de 2012, apresentando crescimento de 10,9% e 10,0%, respectivamente.

Tabela 3 – Brasil: Taxa de Variação da Receita Nominal do Setor de Serviços por Grupos de Atividades – Setembro 2013

GRUPOS DE ATIVIDADES	DESEMPENHO (%)			
	JUL	AGO	SET	NO ANO
Brasil	9,1	6,6	9,6	8,4
1. Serviços prestados às famílias	12,8	11,6	9,5	10,0
1.1 Serviços de alojamento e alimentação	13,7	12,5	9,8	10,7
1.2 Outros serviços prestados às famílias	7,1	6,3	7,5	5,5
2. Serviços de informação e comunicação	7,0	4,8	8,1	6,8
2.1 Serviços TIC	7,4	5,7	8,0	7,2
2.2 Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	4,9	-0,7	8,5	4,0

continua

Tabela 3 – Brasil: Taxa de Variação da Receita Nominal do Setor de Serviços por Grupos de Atividades – Setembro 2013

GRUPOS DE ATIVIDADES	DESEMPENHO (%)			
	JUL	AGO	SET	NO ANO
3. Serviços profissionais, administrativos e complementares	8,6	6,3	9,0	8,2
3.1 Serviços técnico-profissionais	0,9	6,5	7,1	5,5
3.2 Serviços administrativos e complementares	11,6	6,3	9,8	9,2
4. Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio	12,5	8,2	12,1	10,9
4.1 Transporte terrestre	13,4	8,4	11,3	11,5
4.2 Transporte aquaviário	21,6	18,6	21,7	17,3
4.3 Transporte aéreo	19,4	22,2	23,9	17,8
4.4 Armazenagem, serviços auxiliares dos transportes	6,9	2,4	8,8	6,6
5. Outros serviços	1,7	3,8	7,0	5,0

Fonte: IBGE (2013b).

A Tabela 4 mostra a contribuição percentual relativa dos grupos de atividades para a formação da taxa mensal dos serviços. Observa-se que dois grupos de atividades res-

ponderam por 68,7% da composição da taxa mensal: transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (39,6%) e serviços de informação e comunicação (29,1%).

Tabela 4 – Brasil: Composição da Taxa Mensal do Setor de Serviços por Grupos de Atividades – Setembro 2013

GRUPOS DE ATIVIDADES	%
Brasil	100
1. Serviços prestados às famílias	6,3
1.1 Serviços de alojamento e alimentação	5,3
1.2 Outros serviços prestados às famílias	1,0
2. Serviços de informação e comunicação	29,1
2.1 Serviços TIC	24,9
2.2 Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	4,2
3. Serviços profissionais, administrativos e complementares	19,8
3.1 Serviços técnico-profissionais	4,2
3.2 Serviços administrativos e complementares	15,6
4. Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio	39,6
4.1 Transporte terrestre	20,8
4.2 Transporte aquaviário	3,1
4.3 Transporte aéreo	7,3
4.4 Armazenagem, serviços auxiliares dos transportes	8,3
5. Outros serviços	5,3

Fonte: IBGE (2013b).

No Gráfico 2, o crescimento percentual acumulado da receita nominal dos serviços por estado mostra um desempenho bastante disperso, em que Mato Grosso se sobressaiu com crescimento de 24,9%, seguido pelos estados de Tocantins (15,2%) e Ceará (14,3%), enquanto Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí apresentaram menores taxas de crescimento. Verifica-se, também, que cinco estados nordestinos registraram crescimento superior ao do Brasil (8,4%), em relação ao mesmo período do ano passado.

A escassez de pesquisas sobre o setor de serviços inibe os analistas de mercado a fazerem previsões sobre o crescimento do setor. O índice de confiança de serviços (ICS) medido pelo IBRE (2013c) registrou, pelo terceiro mês consecutivo, uma ligeira queda de 0,2% em relação ao mês anterior. Embora os componentes desse índice tenham apresentado comportamentos distintos, a queda no índice de expectativas (que compõe o ICC), apresentou queda mais significativa, de 1,3%.

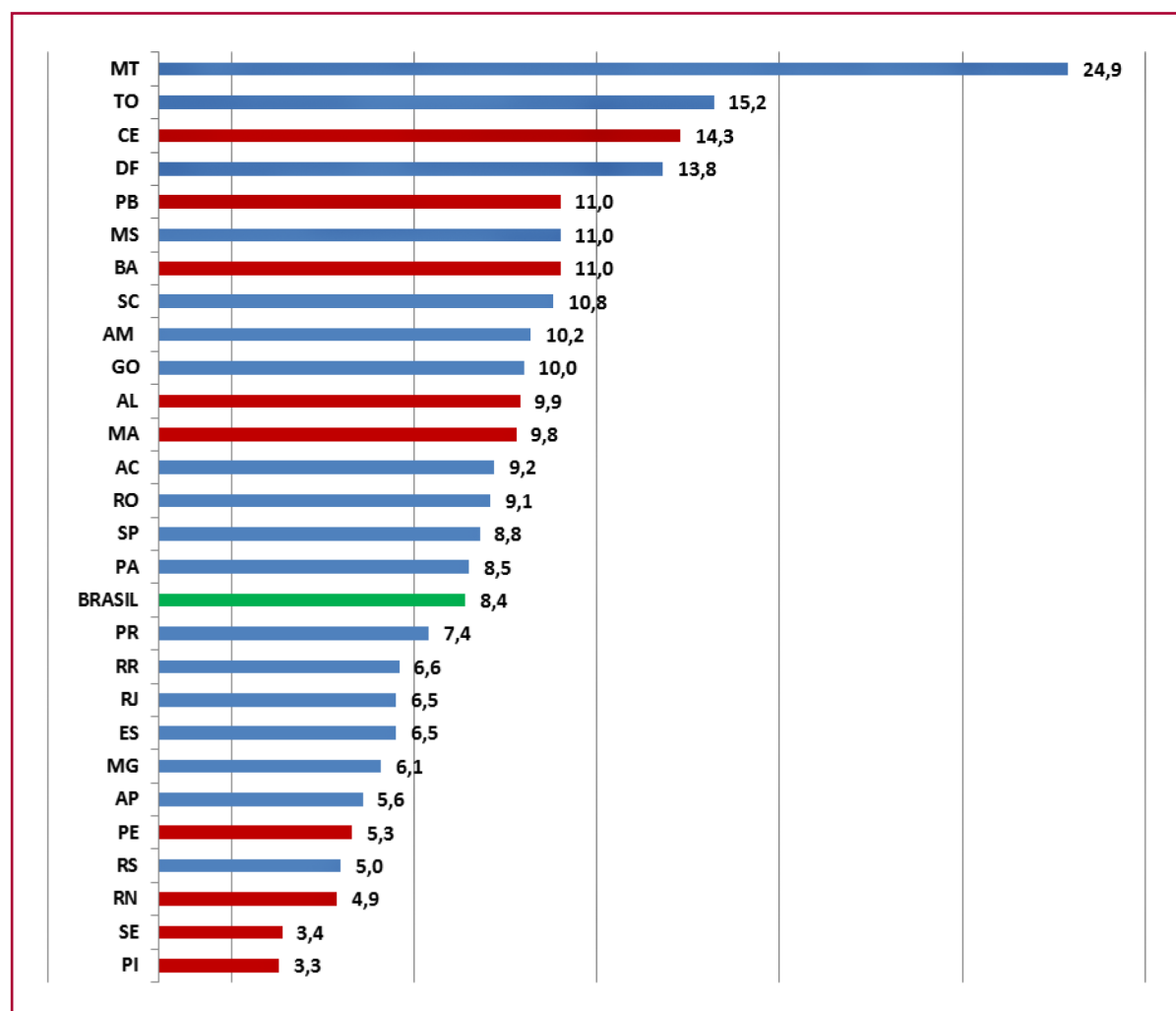


Gráfico 2 – Brasil: Variação Percentual Acumulada da Receita Nominal do Setor de Serviços, Por Unidades da Federação – Setembro 2013

Fonte: IBGE (2013b).

Nota: Base igual período do ano anterior = 100.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO Nacional Da Indústria (CNC). **Retratos da sociedade brasileira: intenção de compra.** Novembro/2013. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e-estatisticas/publicacoes/2013/11/1,29117/cni-ibope-retratos-da-sociedade-brasileira-intencao-de-compras.html>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

INSTITUTO Brasileiro De Geografia E Estatística - IBGE. Rio de Janeiro. **Pesquisa mensal de comércio:** setembro 2013, 2013a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

_____. Rio de Janeiro. **Pesquisa mensal de serviços:** setembro 2013, 2013b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

INSTITUTO Brasileiro de Economia - IBRE. **Sondagem do comércio.** Novembro 2013, 2013a Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

_____. **Sondagem de expectativas do consumidor.** Agosto 2013, 2013b. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

_____. **Sondagem de serviços.** Agosto 2013, 2013c. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

LCA SETORIAL. **Sinopse setorial** – indústria de bens de consumo, comércio e serviços. Novembro de 2013.

4. MERCADO DE TRABALHO

De julho a setembro de 2013, os resultados apurados pela pesquisa mensal do emprego (PME) apontam para a manutenção da estabilidade na taxa de desocupação, que foi similar à observada no mesmo mês do ano anterior (5,4% da população economicamente ativa - PEA). No início do terceiro trimestre, a taxa de desocupação para o agregado das seis regiões investigadas pela pesquisa, apresentou desaceleração, quando alcançou 5,6% da PEA, mantendo essa trajetória nos meses subsequentes, alcançando 5,4 em setembro de 2013.

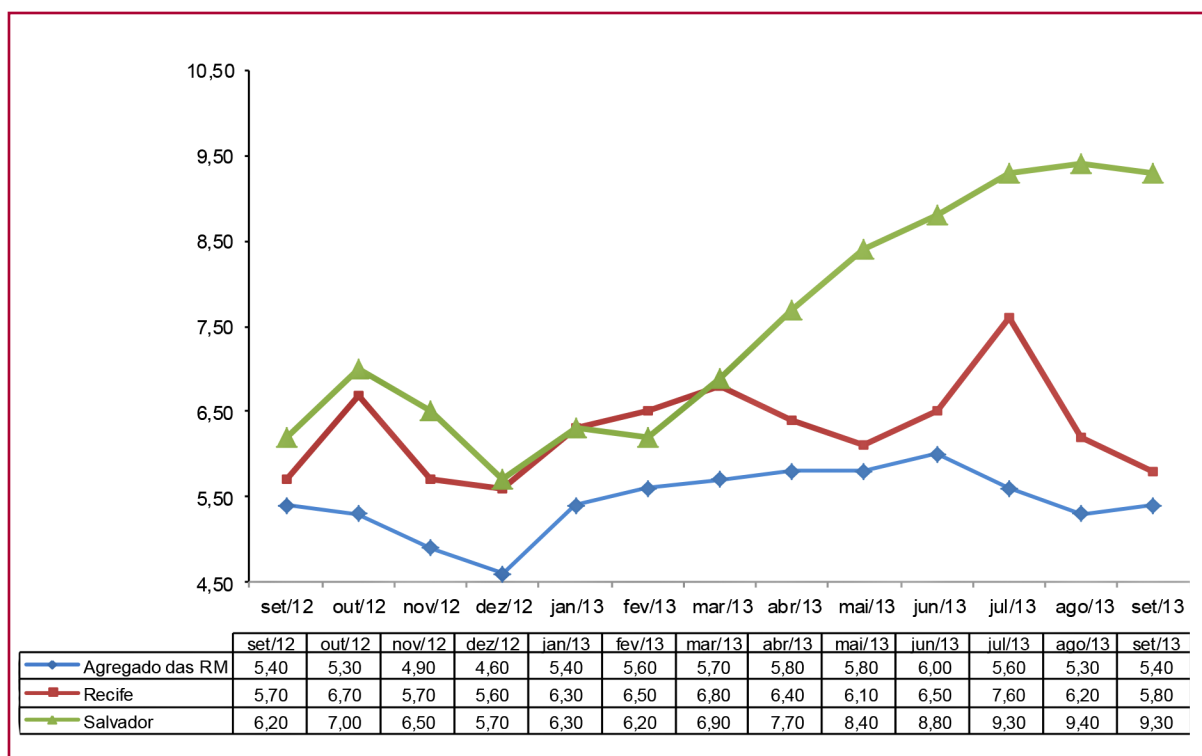


Gráfico 1 – Taxa de Desocupação por Região Metropolitana

Fonte: IBGE, (2013).

A população economicamente ativa também mostrou alteração modesta em setembro/13, quando comparada ao mesmo mês do ano anterior (0,1%). Ao longo do ano de 2013, a PEA obteve perdas de fôlego entre os meses de fevereiro a maio, enquanto que entre os meses de junho e agosto apresentou sinais de recuperação, entretanto, voltou

a declinar em setembro, resultado este da atividade econômica do País.

A baixa alteração da PEA ao longo de 2013 configura-se como uma das principais explicações para a manutenção da taxa de desemprego em mínimas históricas, em um cenário de baixo crescimento do PIB. O adiamento da

procura por trabalho dos mais jovens em razão do aumento da renda familiar é apontado como maior responsável pelo baixo crescimento da população economicamente ativa, o que reduziu a pressão sobre a taxa de desocupação em um ano de baixo crescimento da atividade econômica (MOTA, 2014).

O nível de ocupação estimado em 54,0% (23,2 milhões de pessoas) para o total das seis regiões investigadas apresentou variação de 0,5 pontos percentuais (p.p.) na comparação com setembro de 2012. Pelo corte setorial, a construção foi o segmento com maior crescimento no número de ocupados na comparação interanual (4,1%). De outra parte, está a retração de 10,2% do emprego doméstico no período citado.

As regiões metropolitanas do Nordeste investigadas pela PME tiveram resultados díspares para a taxa de desocupação apurada nos trimestres de julho/13 a setembro/13.

O contingente de ocupados em Salvador ficou estável na comparação interanual, no qual atingiu com 1,8 milhão de pessoas em setembro de 2013. As maiores variações ocorreram no comércio que registrou crescimento de 14,0% em relação a setembro de 2012, e nos serviços domésticos com queda de 13,4%.

O crescimento na taxa de desocupação observado a partir março/13 reflete em parte a pressão exercida pelo crescimento da população economicamente ativa na Região Metropolitana de Salvador que registrou sucessivos crescimentos a partir deste período.

O contingente de ocupados na Região Metropolitana de Recife (1,6 milhão) registrou queda de 2,4% entre setembro/12 e setembro/13. Com exceção da construção que cresceu 0,9% na comparação interanual,

os demais setores de atividade tiveram queda no período, seguindo o verificado para o agregado das regiões, sendo a maior redução nos serviços domésticos (0,9%).

Sob a ótica do contingente de desocupados, Recife apresentou as maiores oscilações do trimestre, atingindo a maior taxa da série em julho (7,6%), voltando a recuar nos meses seguintes, passando a 5,8% em setembro.

O rendimento real habitualmente recebido pelo trabalhador, conforme podemos visualizar no gráfico 2, por sua vez, apresentou incrementos reais na comparação interanual. O rendimento médio real estimado, no mês de setembro, em R\$1.908,00 para o agregado das seis regiões, teve crescimento de 2,2% no período de setembro/12 a setembro/13. Os maiores avanços ocorreram nos serviços domésticos (5,1%) e na indústria (3,7%); de outro lado, registraram perdas comércio (0,6%) e serviços (1,0%).

Regionalmente, a comparação entre o período de setembro/13 a setembro/2012, mostra decréscimo no rendimento nas regiões metropolitanas de Recife (0,8%) e Salvador (2,7%).

Se as estatísticas da PME mostram a expansão da ocupação ainda favorável, as estatísticas do CAGED (Cadastro Geral do Emprego) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), mostram que o baixo ritmo da atividade econômica já impacta na criação de postos de trabalho em 2013, à exceção da Região Sul (Gráfico 3).

A partir da abertura setorial do emprego formal no Brasil, observa-se no saldo acumulado de janeiro a setembro de 2013, as seguintes participações: 38,9% para o setor de serviços, seguido pelo comércio (22,6%) e pela construção civil (18,9%) (Tabela 1).

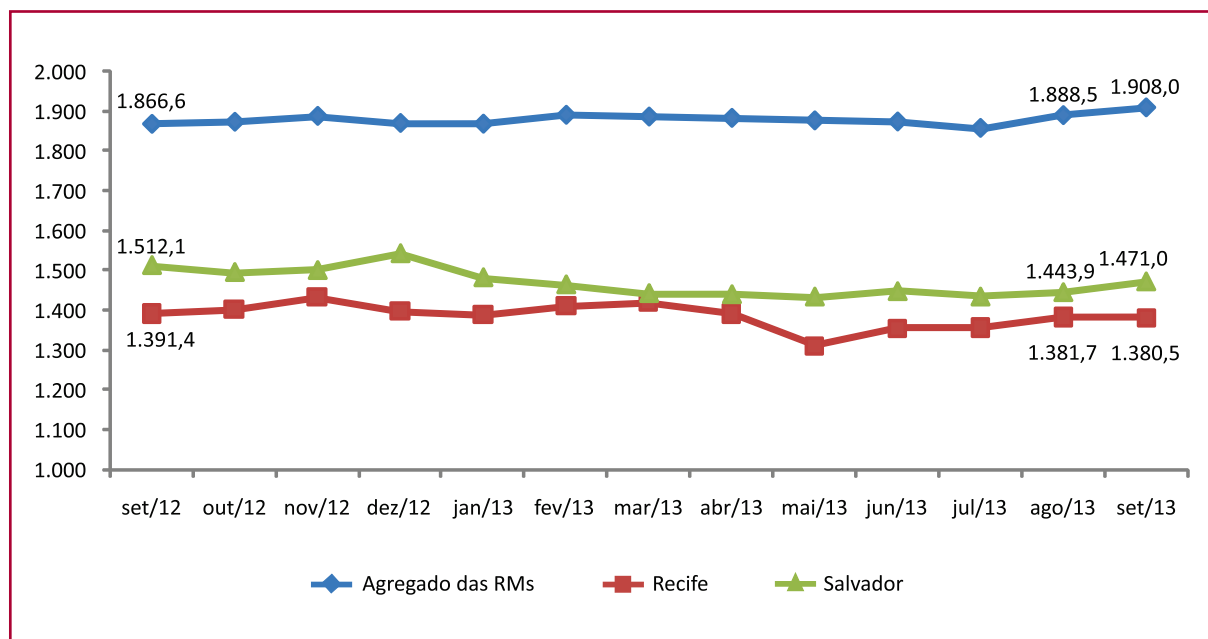


Gráfico 2 – Rendimento Real Habitual Médio (em R\$) – Setembro de 2012 a Setembro de 2013
Fonte: IBGE (2013).

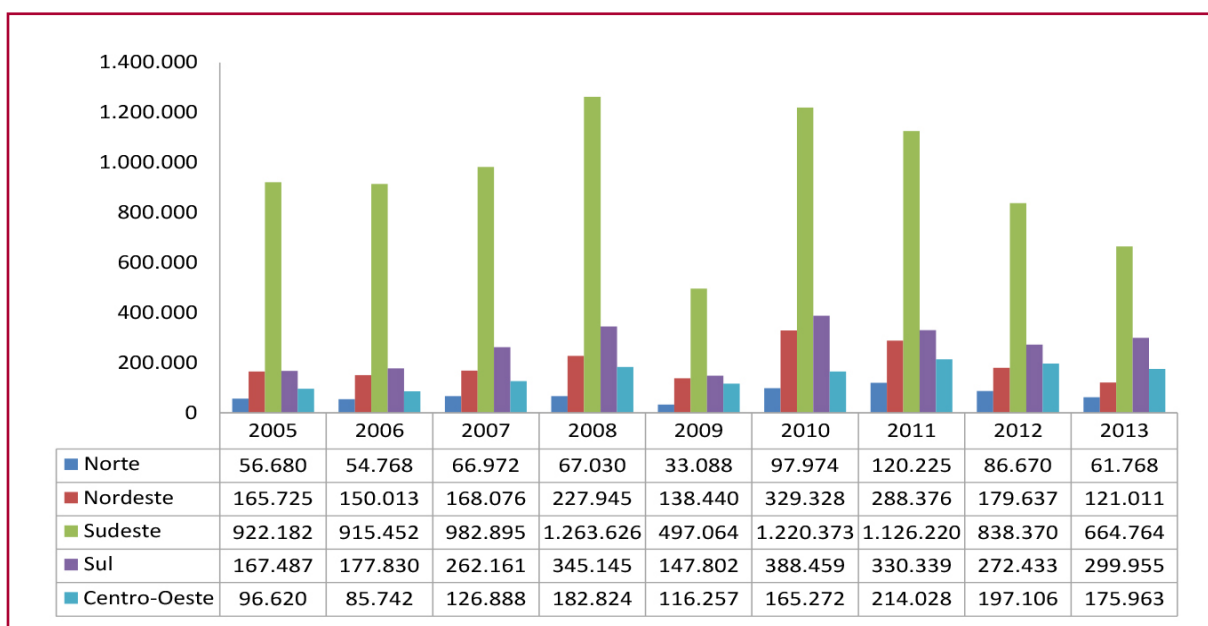


Gráfico 3 – Rendimento Real Habitual Médio Anual (em R\$) – 2005 a 2013
Fonte: BRASIL (2013).

Tabela 1 – Emprego Celetista no Brasil, Nordeste e Estados – Acumulado de Janeiro a Setembro de 2013.

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Brasil	4.040	189.004	9.412	302.336	360.770	621.571	21.625	88.326	1.597.084
Nordeste	951	32.261	4.286	77.634	67.206	129.294	1.452	15.888	328.972
Alagoas	69	2.148	67	7.584	5.259	6.900	25	1.087	23.139
Bahia	190	6.566	480	25.485	17.322	41.935	150	6.542	98.670
Ceará	236	4.661	25	6.047	6.548	16.407	106	487	34.517
Maranhão	47	3.551	154	12.919	9.569	14.778	742	1.810	43.570
Paraíba	70	1.362	167	4.244	2.591	6.044	7	260	14.745
Pernambuco	112	9.799	3.080	13.135	17.386	29.534	106	4.032	77.184
Piauí	44	1.046	55	2.516	2.759	4.036	10	824	11.290
Rio Gde. do Norte	166	1.965	178	3.237	2.946	6.348	149	388	15.377
Sergipe	17	1.163	80	2.467	2.826	3.312	157	458	10.480

Fonte: BRASIL (2013).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **CAGED estatístico Id**. Brasília, DF, 2013 a. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_estatistico_id/caged_estatistico_basico_tabela.php>. Acesso em: 4 dez. 2013.

_____. Informações das declarações fora do prazo. Brasília, DF, 2013 b. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_acerto/caged_acerto_basico_tabela.php>. Acesso em: 4 dez. 2013.

INSTITUTO Brasileiro De Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa mensal de emprego**. Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 19 out. 2013.

MOTA, C. V. Renda familiar sobe e jovem adia a procura por trabalho. **Valor Econômico**, São Paulo, 02 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3383052/renda-familiar-sobe-e-jovem-adia-procura-por-trabalho>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

5 SETOR EXTERNO

5.1 BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA E NORDESTINA

A balança comercial brasileira apresentou déficit de US\$ 1,6 bilhão entre janeiro e setembro deste ano, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. No mesmo período do ano passado, o saldo registrou superávit de US\$ 15,7 bilhões. O fraco desempenho da balança comercial brasileira foi motivado, em parte,

pela importação de US\$ 4,6 bilhões em petróleo e derivados efetivada em 2012, mas contabilizada neste ano. O gráfico a seguir mostra o comportamento das exportações e importações brasileiras, evidenciando os saldos mensais negativos da balança comercial nos meses de janeiro, fevereiro, abril e julho deste ano.

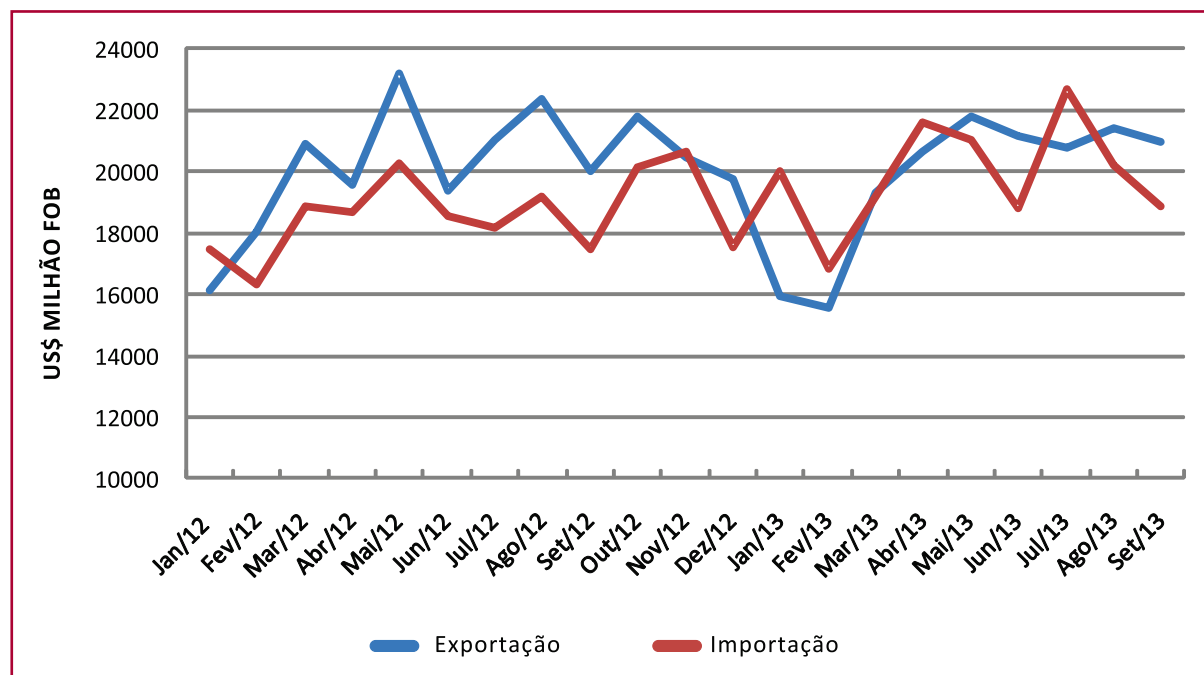


Gráfico 1 – Brasil: Exportações e Importações

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

Nos primeiros nove meses de 2013, as exportações brasileiras atingiram US\$ 117,6 bilhões registrando queda de 1,6% relativamente ao mesmo período do ano passado. A análise por fator agregado (Tabela 1) mostra que, no acumulado do ano, as vendas dos

produtos básicos representaram 48,1% da pauta, seguida dos manufaturados (37,2%) e semimanufaturados (12,6%). Comparativamente a igual período de 2012, houve desempenho negativo para todas as classes de produtos, sendo o maior decréscimo para os semimanufaturados (6,1%).

Tabela 1 – Brasil: Exportação por fator agregado - jan - set 2013/2012 - US\$ milhões FOB

Exportação por fator agregado	2013		2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	85.469	48,1	86.081	47,7	-0,7
Industrializados	88.492	49,8	90.552	50,1	-2,3
Semimanufaturados	22.470	12,6	23.926	13,2	-6,1
Manufaturados	66.022	37,2	66.625	36,9	-0,9
Op. especiais	3.689	2,1	3.963	2,2	-6,9
TOTAL	177.650	100,0	180.596	100,0	-1,6

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP

Soja, mesmo triturada, exceto para semente, foi o principal produto exportado, com 12,2% de participação na pauta, no período de janeiro a setembro, registrando incremento recorde de 31,7% nas vendas externas relativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho foi devido à colheita de 81,466 milhões de toneladas do grão na safra de 2013/2014, da qual 40,597 milhões de toneladas foram exportadas.

Minérios de ferro e seus concentrados e óleos brutos de petróleo também ficaram entre os principais produtos exportados, participando com 10,4% e 4,9%, respectivamente, da pauta. Vale ressaltar, porém, que o produto óleos brutos de petróleo registrou queda de 44,8% no valor e 43,8% na quantidade exportada, em função de interrupção programada para manutenção de plataformas, agravando o déficit da balança comercial. Já as exportações do produto minério de ferro foram beneficiadas pelo aumento dos preços da commodity. A tonelada do minério que custava US\$ 87,9 em setembro de 2012 passou para US\$ 96 em setembro deste ano.

China (20,2%), Estados Unidos (10,4%), Argentina (8,4%), Holanda (6,5%), Japão (3,3%) e Alemanha (2,6%) concentram um pouco mais da metade do destino das exportações brasileiras. Enquanto as vendas para a China cresceram 11,2% no período de janeiro

a setembro deste ano, os Estados Unidos reduziram suas compras em 10,7% nesse mesmo período.

No período de análise, a Vale S.A. foi a empresa que mais exportou (US\$ 18,68 bilhões) participando com 10,61% sobre as vendas totais do País. Em segundo lugar está a Petrobras com vendas de US\$ 9,54 bilhões e participação de 5,37%. Na sequência, estão as empresas Bunge Alimentos S.A. (3,47% de participação), Cargill Agrícola S.A. (2,18%) e BRF S.A. (2,15%).

Por outro lado, as importações brasileiras totalizaram US\$ 179,2 bilhões, com incremento de 8,7% no período de janeiro a setembro de 2013 relativamente ao mesmo período de 2012. A decomposição das importações brasileiras por categoria de uso mostra que o País concentrou 39,9% das suas compras em bens intermediários, com crescimento de 8,2% e 17,5% em combustíveis e lubrificantes com acréscimo de 18,3% no período em análise. A categoria bens de consumo duráveis foi a única que apresentou decréscimo (-6,2%).

Os principais produtos importados foram: Óleos brutos de petróleo (6,75%), "gasóleo" (óleo diesel) (3,47%), Automóveis c/motor a explosão (2,13%), naftas para petroquímica (1,90%) e gás natural no estado gasoso (1,64%).

Tabela 2 – Brasil: Importação por categoria de uso - jan - set 2013/2012 - US\$ milhões FOB

Categoria de uso	2013		2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	49.254	27,5	46.497	28,2	5,9
Bens intermediários	71.493	39,9	66.058	40,1	8,2
Bens de consumo	24.284	13,6	23.412	14,2	3,7
Bens de consumo duráveis	9.043	5,0	9.642	5,9	-6,2
Bens de consumo não duráveis	15.242	8,5	13.771	8,4	10,7
Combustíveis e lubrificantes	34.228	19,1	28.928	17,5	18,3
TOTAL	179.259	100,0	164.896	100,0	8,7

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

A Petrobras S.A. foi responsável por 16,76% do total das compras brasileiras nos nove primeiros meses deste ano, ou seja, US\$ 30,04 bilhões. As demais empresas com aquisição acima de 1% do total importado são: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. (1,60%), Embraer S.A. (1,11%), Volkswagen

do Brasil Ltda. (1,09%), Braskem S.A (1,07%) e Toyota do Brasil Ltda. (1,06%).

Um recorte regional da balança comercial mostra que o Nordeste vem apresentando saldo negativo desde 2010. O gráfico a seguir evidencia a tendência crescente desse comportamento nos últimos meses.

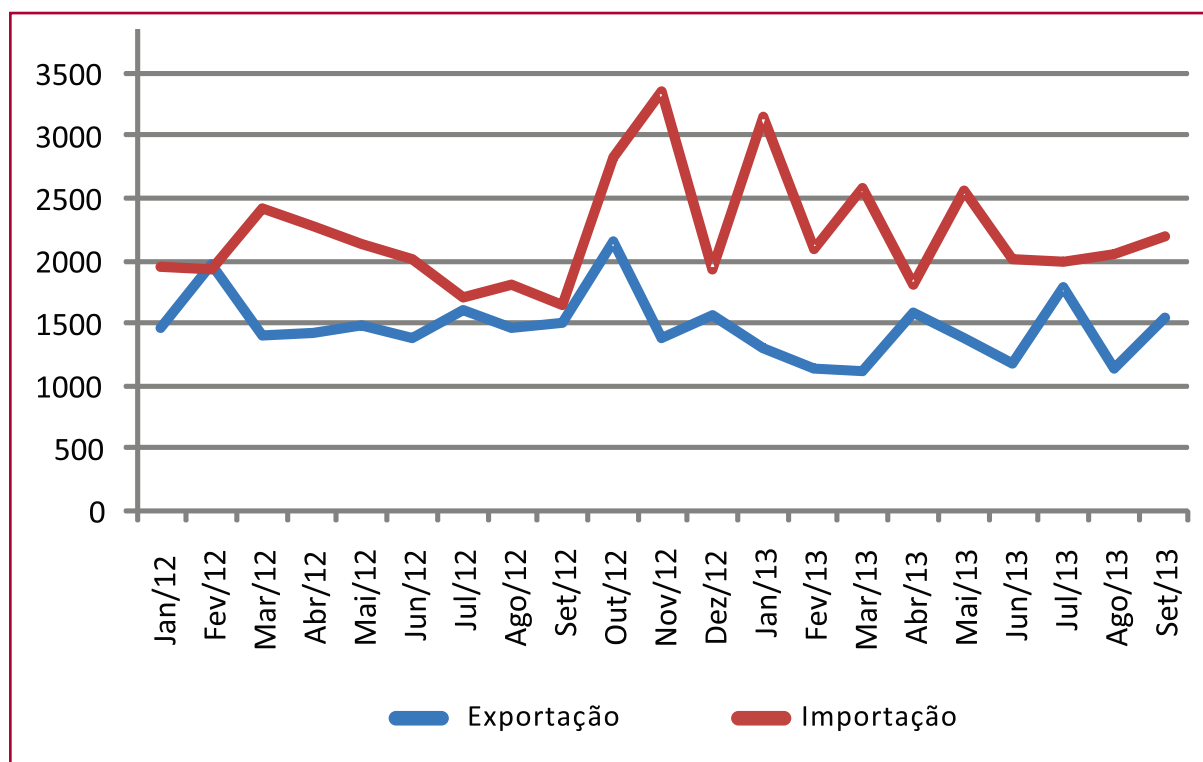


Gráfico 2 – Nordeste: Exportações e Importações – Jan/12 a set/13 US\$ milhões FOB

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

De fato, nos primeiros nove meses do ano, o déficit no saldo da balança comercial nordestina foi de US\$ 8,3 bilhões, bem superior ao apresentado pelo País. Por outro lado, a análise detalhada do fluxo por estado nordestino revela que Alagoas e Bahia apresentaram saldo positivo no período de janeiro a setembro deste ano.

As exportações nordestinas, entre janeiro e setembro de 2013, registraram decréscimo

de 11,0% relativamente aos valores registrados em igual período do ano anterior, contribuindo com 6,9% para o total nacional.

Todos os estados da Região registraram redução do valor exportado, tendo as maiores quedas sido registradas em: Pernambuco (-42,8%), Sergipe (-42,2%), Piauí (-25,3%) e Maranhão (-22,2%). Em termos de valor exportado, porém, a maior redução foi verificada no Maranhão (-US\$ 516,8 milhões).

Tabela 3 – Nordeste: Balança comercial por UF - jan - set 2013/2012 - US\$ milhões FOB

UF	Jan-set 2013			Jan-set 2012		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Alagoas	602,0	313,7	288,3	702,4	300,3	402,1
Bahia	7.812,5	6.246,9	1.565,6	8.111,8	5.715,3	2.396,5
Ceará	902,0	2.500,9	-1.598,9	924,2	1.842,8	-918,6
Maranhão	1.812,0	5.169,6	-3.357,5	2.328,8	4.770,2	-2.441,4
Paraíba	130,3	508,0	-377,7	163,8	460,8	-297,0
Pernambuco	571,9	5.143,3	-4.571,3	1.000,2	4.310,7	-3.310,5
Piauí	127,8	134,8	-7,0	171,1	109,2	61,9
R. G. do Norte	158,7	212,9	-54,2	175,0	169,1	5,9
Sergipe	63,4	232,1	-168,7	109,7	206,8	-97,1
NORDESTE	12.180,7	20.462,0	-8.281,3	13.687,1	17.885,2	-4.198,2

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

As exportações de produtos industrializados participaram com 75,3% da pauta de exportações nordestinas nesse período. Por

outro lado, os produtos básicos que contribuíram com 23,1%, apresentaram significativa queda de 27,8% do valor exportado.

Tabela 4 – Nordeste: Exportação por fator agregado - jan - set 2013/2012 - US\$ milhões FOB

Exportação por fator agregado	2013		2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	2.819	23,1	3.905	28,5	-27,8
Industrializados	9.173	75,3	9.522	69,6	-3,7
Semimanufaturados	3.493	28,7	3.522	25,7	-0,8
Manufaturados	5.680	46,6	6.000	43,8	-5,3
Op. especiais	188	1,5	260	1,9	-27,6
TOTAL	12.181	100,0	13.687	100,0	-11,0

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

Quase metade das exportações nordestinas está concentrada nos seguintes produtos: Soja, mesmo triturada (12,6%), "Fuel-oil" (9,01%), Pasta química de madeira (7,46%), Outros açúcares de cana (5,38%), alumina calcinada (4,81%), automóveis (4,41%), plataformas de perfuração/exploração (3,12%) e Catodos de cobre refinado (2,89%).

A Petrobras continua sendo a principal empresa exportadora na Região Nordeste apesar da sua participação ter decaído de 12,49% no período de jan-set/12 para 10,23% em jan-set/13. Em seguida, vêm Braskem S.A. (7,41%), Bahia Sul Celulose S.A. (5,30%), Bunge alimentos S.A. (4,96%) e a Ford Motor Company Brasil Ltda. (4,74%).

A China (13,96%) e os Estados Unidos (12,5%) figuram como os países que possuem maior participação nas exportações nordestinas. Entretanto, enquanto as exportações para a China cresceram 5,3%, no perí-

odo em análise os Estados Unidos recuaram 15,3%. Vale ressaltar que a Argentina, 3º destino das exportações da Região, apresentou significativo acréscimo em suas compras (38,2%).

Do lado das importações nordestinas, houve crescimento de 14,4% nos valores importados no acumulado de janeiro a setembro/2013 relativamente ao mesmo período no ano anterior. Todos os estados nordestinos aumentaram suas importações, com destaque, em termos absolutos, para Pernambuco (US\$ 832,6 milhões), Ceará (US\$ 658,1 milhões) e Bahia (US\$ 531,6 milhões).

Segundo a categoria de uso, o aumento foi devido principalmente a aquisições de bens de capital (+US\$757 milhões), bens intermediários (US\$ 601 milhões) e combustíveis e lubrificantes (US\$ 1.218 milhões). Vale ressaltar, que as compras de bens de capital registraram incremento de 30,8%.

Tabela 5 – Nordeste: Importação por categoria de uso - jan - set 2013/2012 - US\$ milhões FOB

Importação por categoria de uso	2013		2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	3.213	15,7	2.457	13,7	30,8
Bens intermediários	7.004	34,2	6.404	35,8	9,4
Bens de consumo	1.831	9,0	1.829	10,2	0,1
Bens de consumo duráveis	979	4,8	1.086	6,1	-9,9
Bens de consumo não duráveis	853	4,2	744	4,2	14,7
Combustíveis e lubrificantes	8.414	41,1	7.195	40,2	16,9
TOTAL	20.462	100,0	17.885	100,0	14,4

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

A indústria petroquímica nordestina é responsável pelos principais produtos importados: gasóleo (16,71%), outras gasolinas, exceto para aviação (8,6%), naftas para petroquímica (5,83%).

Os principais países de origem das compras externas do Nordeste foram os Estados Unidos

(24,15%), China (10,71%), Argentina (8,89%), Índia (5,08%) e Chile (3,65%). Vale ressaltar que, no período comparativo de jan-set/13 frente ao mesmo período de 2012, as compras adquiridas dos Estados Unidos cresceram 74,19%.

5.2 ESTADOS

5.2.1 Alagoas

O estado de Alagoas registrou superávit em sua balança comercial da ordem de US\$ 288,3 milhões, resultado de US\$ 602,0 milhões de exportações e US\$ 313,7 de importações realizadas entre janeiro e setembro de 2013. Nesse período, enquanto as exportações alagoanas caíram 14,3%, as importações expandiram-se em 4,5%, relativamente a janeiro/setembro de 2012.

O Capítulo da NCM Açúcares e produtos de confeitaria foi responsável por 94,9% das vendas externas do Estado, sendo as cinco principais empresas exportadoras as seguintes usinas de açúcar/álcool: Coopertrading (37,1% do valor exportado); Usina Caeté S.A. (17,5%); S.A. Usina Coruripe (14,8%); Central Açucareira Santo Antônio (9,9%) e Sucden do Brasil Ltda. (6,1%). A Rússia (30,9%), Canadá (8,4%) e Romênia (6,8%) foram os principais países de destino das exportações.

Tabela 6 – Alagoas: Principais capítulos/produtos exportados - jan/set - 2013/2012 - US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	Jan - Set/2013		Jan - Set/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Açúcares e produtos de confeitaria	571.561	94,9	623.728	88,8	-8,4
Outros açúcares de cana	540.492	89,8	532.818	75,9	1,4
Demais produtos	31.069	5,2	67.680	9,6	-54,1
Demais capítulos	30.480	5,1	78.666	11,2	-61,3
Total geral	602.041	100,0	702.394	100,0	-14,3

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

Por outro lado, os principais produtos importados pelo Estado, no acumulado dos nove primeiros meses de 2013, foram outros trigos e misturas de trigo com centeio (6,2%), sulfato de amônio (3,72%), bolsas de folhas de plástico (3,0%), poliacrilato de sódio (2,9%), policloreto de vinila (2,8%) e coque de petróleo não calcinado (2,4%). China (36,2%), Estados Unidos (14,6%), Bélgica (6,3%) e Colômbia (3,2%) foram os principais países de origem das importações alagoanas.

5.2.3 Bahia

O estado da Bahia é responsável por 64,1% das exportações nordestinas. Nos nove primeiros meses de 2013, as vendas externas baianas somaram US\$ 7.812,5 milhões, registrando redução de 3,7% relativamente aos valores do mesmo período de 2012. Por outro lado, as importações atingiram US\$ 6.246,9 milhões, incremento de 9,3% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Consequentemente, o saldo positivo da balança comercial atingiu US\$ 1.565,6 milhões, 34,7% inferior ao apresentando no acumulado de janeiro a setembro de 2012.

Pastas de madeiras e outras matérias fibrosas foi o principal capítulo exportado pelo Estado, entretanto, a receita de US\$ 1.167,9 milhões no acumulado do ano foi 1,4% inferior ante janeiro/setembro de 2012.

A redução de 22,3% do quantum exportado do principal produto da pauta baiana

“fuel-oil” (13,2%) do capítulo combustíveis, óleos e ceras minerais redundou na queda da receita na ordem de US\$ 425,1 milhões. Os motivos desse desempenho negativo foram as paradas programadas para manutenção de plataformas de produção de petróleo e o aumento do consumo doméstico.

Tabela 7 – Bahia: Principais capítulos/produtos exportados - jan/set - 2013/2012 - US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	Jan - Set/2013		Jan - Set/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Pastas de madeira ou outras matérias	1.167.922	14,9	1.184.650	14,6	-1,4
Pasta química de madeira	908.792	11,6	883.851	10,9	2,8
Pasta química de madeira, para dissolução	259.130	3,3	300.798	3,7	-13,9
Combustíveis, óleos e ceras minerais, etc.	1.126.819	14,4	1.544.621	19,0	-27,0
Fuel-oil	1.034.364	13,2	1.459.451	18,0	-29,1
Demais produtos	92.455	1,2	85.170	1,0	8,6
Produtos químicos orgânicos	941.161	12,0	956.727	11,8	-1,6
Propeno (propileno) não saturado	203.527	2,6	157.108	1,9	29,5
Benzeno	135.521	1,7	109.279	1,3	24,0
Demais produtos	602.114	7,7	690.339	8,5	-12,8
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	847.018	10,8	928.171	11,4	-8,7
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	844.225	10,8	925.989	11,4	-8,8
Demais produtos	2.793	0,0	2.182	0,0	28,0
Veículos automóveis, tratores, ciclos, etc.	567.759	7,3	279.293	3,4	103,3
Automóveis c/motor a explosão	537.118	6,9	239.193	2,9	124,6
Demais produtos	30.641	0,4	40.100	0,5	-23,6
Cobre e suas obras	507.003	6,5	287.173	3,5	76,5
Catodos de cobre refinado/ seus elementos	352.509	4,5	69.983	0,9	403,7
Demais produtos	154.493	2,0	217.189	2,7	-28,9
Embarcações e estruturas flutuantes	380.462	4,9	-	-	-
Plataformas de perfuração/ exploração	380.462	4,9	-	-	-
Demais capítulos	2.274.360	29,1	2.931.195	36,1	-22,4
Total geral	7.812.503	100,0	8.111.829	100,0	-3,7

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

No capítulo produtos químicos orgânicos, com participação de 12,0% no total exportado, a queda registrada de 1,4% não foi maior devido ao crescimento do valor exportado dos produtos propeno (29,5%) e butadieno (24,0%).

A soja, principal produto do capítulo sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. apresentou queda de 8,8% nos valores comercializados resultado da redução de 8,1% na quantidade exportada. Além da seca que assola a Região, a praga da lagarta *Helicoverpa armigera* vem provocando grandes prejuízos nos cerrados baianos.

Plataformas de perfuração/exploração (US\$ 380,3 milhões), Automóveis (US\$ 297,9 milhões) e Catodos de cobre refinado/seus elementos (US\$ 282,5 milhões) apresentaram as maiores contribuições em termos de valor exportado.

Quanto aos países de destino das exportações baianas, China (17,3%), Holanda (15,6%), Argentina (13,9%) e Estados Unidos (11,3%) foram responsáveis por 58% do total exportado. Cinco empresas concentraram quase metade das exportações baianas: Petrobras (14,4%), Braskem (11,6%), Bahia Sul Celulose (8,3%), Ford Motor Company Brasil (7,4%) e Paranapanema (7,3%).

As importações baianas segundo as categorias de uso estão distribuídas em Bens Intermediários (41,9%) com destaque para os insumos industriais (34,4%), Bens de Capital (20,4%), Combustíveis e Lubrificantes (23,8%) e Bens de Consumo (13,9%). A Ford Motor (21,2%) é a maior empresa importadora do Estado seguida da Petrobras (16,8%) e da Paranapanema (14,1%).

5.2.3 Ceará

No acumulado do ano até setembro, o Ceará apresentou déficit da balança comercial de US\$ 1.598,9 milhões. As exportações alcançaram o montante de US\$ 902,0 milhões, queda de 2,4% face a igual período de 2012, enquanto as importações de US\$ 2.500,9 milhões registraram significativo aumento de 35,7%.

Três capítulos da NCM concentraram 66% das exportações: calçados e suas partes, peles e couros e frutas, cascas de cítricos e de melões. O capítulo calçados e suas partes foi o que gerou maior montante de divisas para o Estado: US\$ 235,9 milhões, embora tenha registrado queda de 3,1% no período em análise. Ocupando o segundo lugar entre os exportadores de calçados do País (o primeiro é o Rio Grande do Sul) e o primeiro do Nordeste em termos de valor exportado, o Estado é o maior exportador em número de pares de calçados, com 37,9 milhões de pares embarcados nesse período (Abicalçados, 2013).

O capítulo peles (exceto peleteria) e couros apresentou queda nos valores exportados de 5,1%, na relação jan-set 2013 / jan-set 2012, porém, o principal produto de exportação do capítulo, couro, é um dos mais expressivos da pauta cearense com participação de 10,6% no total exportado.

No capítulo Frutas, cascas de cítricos e de melões, o destaque foram as exportações de castanha de caju participando com 10,3% do total. No entanto, o produto foi responsável pela maior queda em termos de valor absoluto, US\$ 39,7 milhões, resultado da redução de 32,9% na quantidade exportada.

Tabela 8 – Ceará: Principais capítulos/produtos exportados - jan/set - 2013/2012 - US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	Jan - set/2013		Jan - set/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Calçados, polainas, etc. e suas partes	235.902	29,9	243.534	30,5	-3,13
Outs.calç.cobr.tornoz.part.sup. borr., plást.	84.219	10,7	88.100	11,0	-4,41
Calçados de borracha/plástico	69.544	8,8	60.293	7,6	15,34
Demais produtos	82.140	10,4	95.141	11,9	-13,66
Peles (exceto peleteria), e couros	145.297	18,4	153.152	19,2	-5,13
Couros/peles, bovinos	84.122	10,6	75.290	9,4	11,73
Outs.couros/peles	23.037	2,9	21.012	2,6	9,64
Demais produtos	38.138	4,8	56.850	7,1	-32,91
Frutas, cascas de cítricos e de melões	141.701	17,9	177.520	22,2	-20,18
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	80.986	10,3	120.650	15,1	-32,88
Melões frescos	41.788	5,3	36.526	4,6	14,41
Demais produtos	18.928	2,4	20.343	2,5	-6,96
Combustíveis, óleos e ceras minerais, etc.	62.644	7,9	13.584	1,7	361,16
Fuel-oil	54.102	6,8	-	-	
Óleos lubrificantes sem aditivos	8.542	1,1	13.584	1,7	-37,12
Demais capítulos	204.556	25,9	210.453	26,4	-2,80
Total geral	790.100	100,0	798.243	100,0	-1,02

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

Grendene (15,2%), Petrobras (7,3%), Cascavel Couros (6,5%), JBS (6,3%) e a Paquetá Calçados (6,2%) foram as principais empresas exportadoras do Estado até setembro de 2013, sendo os principais destinos das vendas externas os Estados Unidos (21,1%), Argentina (8,9%) e Holanda (7,4%).

A maior parcela das importações cearenses foi de bens intermediários (51,6%) seguida de bens de capital (21,6%) e de combustíveis e lubrificantes (24,5%). Gás natural, liquefeito (19,5%), outras turbinas a vapor (10,1%) e outros trigos e misturas de trigo com centeio (7,4%) foram os principais produtos importados. As compras externas tiveram como origem, principalmente, a China (28,1%), Estados Unidos (12,7%), Trinidad e Tobago (10,2%) e a Argentina (7,1%).

5.2.4 Maranhão

O Maranhão é o segundo estado da Região que mais contribuiu com as exportações nordestinas (14,9%). Entre janeiro e setembro de 2013, as exportações maranhenses de US\$ 1.812,0 milhões, valor 22,2% inferior ao registrado em igual período de 2012 e as importações de US\$ 5.169,6 milhões e incremento de 8,4%, concorreram para a manutenção do déficit da balança comercial do Estado de US\$ 3.357,5 milhões.

Apenas três capítulos concentram 85% da pauta de exportação do Estado. O capítulo Sementes e frutos oleaginosos, grãos etc., com 33,9% de participação é o principal capítulo exportado pelo Maranhão. Entretanto, o produto soja, mesmo triturado, exceto

para semeadura, com 1.148,9 mil toneladas exportadas e receita de US\$ 613,6 milhões, no período de janeiro a setembro de 2013, apresentou incremento nas vendas internacionais de apenas 0,3%, relativamente ao mesmo período do ano anterior. Produtos químicos orgânicos (US\$ 585,5 milhões) que registra apenas o produto alumina calcinada teve aumento de receitas de 8,8%, por outro lado, o capítulo ferro fundido, ferro e aço apresentou queda de 12,9%.

Vale ressaltar que a redução das vendas do produto Minérios de ferro, no período de janeiro a setembro de 2013 relativamente

a 2012, foi ocasionada pela paralisação da Usina de Pelotização, em São Luis devido a retração da demanda por pelotas no mercado internacional.

Em relação aos principais países de destino das exportações maranhenses, os Estados Unidos aparecem como responsáveis por 17,5% do total das vendas, sendo seguido pela China (13,6%), Espanha (11,2%), Islândia (10,9%), Canadá (9,5%) e Argentina (7,5%). Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (18,8%), Bunge Alimentos S.A. (14,9%), Cargill Agrícola S.A. (10,1%) e a BHP Billiton Metais S.A. (9,0%) aparecem como as empresas exportadoras mais significativas.

Tabela 9 – Maranhão: Principais capítulos/produtos exportados - jan/set - 2013/2012 - US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	Jan - Set/2013		Jan - Set/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	613.618	33,9	611.756	26,3	0,3
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	613.608	33,9	611.756	26,3	0,3
Outras sementes, frutos e esporos, para semeadura	10	0,0	-	-	
Produtos químicos inorgânicos	585.476	32,3	538.112	23,1	8,8
Alumina calcinada	585.476	32,3	538.112	23,1	8,8
Ferro fundido, ferro e aço	334.757	18,5	384.286	16,5	-12,9
Ferro fundido bruto não ligado	334.757	18,5	384.286	16,5	-12,9
Minérios, escórias e cinzas	6.913	0,4	487.412	20,9	-98,6
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	6.913	0,4	487.412	20,9	-98,6
Demais capítulos	271.271	15,0	307.276	13,2	-11,7
Total geral	1.812.035	100,0	2.328.842	100,0	-22,2

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

A análise das importações maranhenses revela que segundo a categoria de uso, o item combustíveis e lubrificantes possui peso relevante nas compras externas (76,4%). Entretanto, as aquisições de bens de capital para as indústrias maranhenses tiveram expressivo crescimento (152,6%)

nos nove primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período de 2012. Óleo diesel (48,1%) e outras gasolinas, exceto para aviação (22,0%) respondem por 70,1% das importações. As aquisições tiveram como origem, principalmente, os Estados Unidos (38,3%), Índia (16,0%) e Holanda (8,5%).

5.2.5 Paraíba

O estado da Paraíba exportou, entre janeiro a setembro de 2013, US\$ 130,3 milhões, 20,5% inferior ao total registrado no mesmo período de 2012. Por sua vez, as importações do Estado somaram, nesse período, US\$ 508,0 milhões, aumento de 10,2% em relação a igual período de 2012. Consequentemente, a balança comercial paraibana acumulou saldo negativo de US\$ 377,7 milhões.

Segundo maior exportador de calçados do Nordeste e quarto do Brasil em termos de receita, as exportações paraibanas do capítulo calçados, polainas, etc. e suas partes, que responde por mais da metade da pauta exportadora do Estado geraram US\$ 71,5 mi-

lhões de receita, no acumulado dos nove primeiros meses do ano, apresentando redução de 15,0%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), foram embarcados 18 milhões de pares no Estado, principalmente, para Austrália (12,2%), França (10,9%), Angola (9,9%) e Estados Unidos (8,6%). A Alpargatas S.A. foi a principal empresa exportadora.

O capítulo açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 19,8 milhões) registrou expressiva queda no valor exportado de 36,0% em virtude da redução nas quantidades exportadas (-22,0%) apesar do aumento do preço (21,92%).

Tabela 10 – Paraíba: Principais capítulos/produtos exportados - jan/set - 2013/2012 - US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	Jan - Set/2013		Jan - Set/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Calçados, polainas, etc. e suas partes	71.482	54,9	84.092	51,3	-15,0
Calçados de borracha/plástico, etc.	65.622	50,4	76.525	46,7	-14,2
Demais produtos	5.860	4,5	7.568	4,6	-22,6
Açúcares e produtos de confeitaria	19.846	15,2	31.021	18,9	-36,0
Outros açúcares de cana	10.277	7,9	8.229	5,0	24,9
Outros açúcares de cana, beterraba, etc.	9.569	7,3	20.705	12,6	-53,8
Açúcar de cana, em bruto	-	-	2.087	1,3	-100,0
Demais capítulos	38.933	29,9	48.706	29,7	-20,1
Total geral	130.261	100,0	163.819	100,0	-20,5

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

As importações paraibanas, segundo as categorias de uso, estão distribuídas em bens intermediários (61,4%), bens de consumo (26,2%) e bens de capital (12,4%). O item alimentos e bebidas destinados à indústria apresentou o maior crescimento (6,23%) de janeiro a setembro de 2013 na comparação com o mesmo período de 2012. Os principais produtos importados foram calçados (18,4%), outros trigos e misturas de trigo

com centeio (12,7%) e malte não torrado, inteiro ou partido (8,5%).

Quanto às importações, o estado do Rio Grande do Norte comprou US\$ 131,3 milhões, aumento de 22,9% no confronto jan./jun. 2013 e jan./jun. 2012. O trigo foi o principal produto, representando 17,7% das compras. A balança comercial do Estado registrou saldo negativo de US\$ 23,7 milhões.

5.2.6 Pernambuco

As vendas externas de Pernambuco alcançaram apenas US\$ 571,9 milhões no acumulado jan-set de 2013, o que representou redução de 42,8% em relação ao mesmo período de 2012. Esse resultado contribuiu para que a Balança Comercial Pernambucana registrasse déficit de US\$ 4.571,3 milhões, representando cerca de 55% do déficit total das exportações nordestinas.

Uma das principais razões para esse resultado se deve a exportação do produto "Plataformas de perfuração/exploração, flutuante", em fevereiro do ano passado, no valor de US\$ 404,9 milhões pelo Estaleiro Atlântico Sul, que elevou a base de comparação.

Destaca-se, também, a redução no principal capítulo exportado, açúcares e produtos de confeitaria (-20,1%), cujas vendas externas passaram de US\$ 208,1 milhões no acu-

mulado jan-set de 2012 para US\$ 166,2 milhões no acumulado jan-set de 2013. Apesar do aumento no quantum exportado em 2013, as sucessivas reduções do preço do açúcar no mercado internacional diminuíram as receitas com as exportações do produto, provavelmente, em razão da baixa elasticidade-preço do produto no mercado internacional.

No sentido inverso, o capítulo plásticos e suas obras (US\$ 81,6 milhões, apresentou elevação de 12,4%, nos nove primeiros meses do ano, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O capítulo máquinas equipamentos e materiais elétricos (US\$ 47,3 milhões), por sua vez, teve crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior (3,4).

Os principais países de destinos das vendas pernambucanas foram Argentina (17,9%), Estados Unidos (11,4%) e Portugal (6,7%).

Tabela 11 – Pernambuco: Principais capítulos/produtos exportados - jan/set - 2013/2012 - US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	Jan - set/2013		Jan - set/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Açúcares e produtos de confeitaria	166.201	29,1	208.137	20,8	-20,1
Outros açúcares de cana	97.127	17,0	112.173	11,2	-13,4
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose	62.954	11,0	63.296	6,3	-0,5
Demais produtos	6.119	1,1	32.668	3,3	-81,3
Plásticos e suas obras	81.627	14,3	72.650	7,3	12,4
Tereftalato de polietileno em forma primária	41.625	7,3	36.521	3,7	14,0
Demais produtos	40.002	7,0	36.128	3,6	10,7
Produtos químicos orgânicos	80.940	14,2	6	0,0	1.410.254,7
Ácido tereftálico e seus sais	80.938	14,2	-	0,0	-
Demais produtos	2	0,0	6	0,0	-66,6
Frutas, cascas de cítricos e de melões	47.786	8,4	53.045	5,3	-9,9
Uvas frescas	21.949	3,8	25.296	2,5	-13,2
Mangas frescas ou secas	20.023	3,5	24.230	2,4	-17,4
Demais produtos	5.814	1,0	3.519	0,4	65,2
Máquinas, aparelhos e mats. Elétricos, etc.	47.309	8,3	45.771	4,6	3,4
Outros acumuladores elétricos de chumbo	25.939	4,5	28.026	2,8	-7,4
Geradores de corrente alternada	9.770	1,7	9.800	1,0	-0,3

continua

Tabela 11 – Pernambuco: Principais capítulos/produtos exportados - jan/set - 2013/2012 - US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	Jan - set/2013		Jan - set/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Demais produtos	11.600	2,0	7.946	0,8	46,0
Demais capítulos	148.057	25,9	620.566	62,0	-76,1
Total geral	571.921	100,0	1.000.176	100,0	-42,8

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

As importações pernambucanas somaram US\$ 5.143,2 milhões, no período de janeiro a setembro de 2013, 19,1% superiores às registradas em igual período de 2012. Quase metade das compras externas foi concentrada em combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação, matérias betuminosas e ceras minerais. Estados Unidos (33,1%), China (9,1%), Argentina (8,8%), México (6,4%) e Antilhas Holandesas (4,6%) foram os principais países de origem das importações pernambucanas.

5.2.7 Piauí

As exportações do Piauí somaram US\$ 127,7 milhões no acumulado do ano até setembro de 2013, respondendo por apenas 1,0% das exportações nordestinas. Apenas dois produtos, soja e ceras vegetais, respon-

deram por mais 84,5% da pauta exportadora do Estado. Os dois produtos tiveram retrações importantes em relação ao mesmo período do ano anterior, quando as receitas das exportações de soja declinaram 32,3%, enquanto as receitas de ceras vegetais caíram 13,1%. A China (31,3%) é o principal destino das exportações piauienses, sendo seguido por Espanha (12,2%), Tailândia (10,5%) e Estados Unidos (8,6%).

As importações piauienses (US\$ 134,7 milhões) apresentaram significativa elevação (57,1%) no período em análise. A pauta de importação do estado do Piauí, nos nove primeiros meses de 2013, foi composta, principalmente de ferro fundido, ferro e aço (58,2%) e adubos e fertilizantes (14,5%). China (39,4%), Turquia (9,5%) e Rússia (7,7%) se constituíram na origem da maior parte das importações do Piauí.

Tabela 12 – Piauí: Principais capítulos/produtos exportados - jan/set - 2013/2012 - US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	Jan - set/2013		Jan - set/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	76.433	59,8	112.932	66,0	-32,3
Soja, mesmo triturada	76.433	59,8	112.932	66,0	-32,3
Gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais	31.595	24,7	36.375	21,3	-13,1
Ceras vegetais	31.595	24,7	36.375	21,3	-13,1
Demais Capítulos	19.753	15,5	21.813	12,7	-9,4
Total geral	127.781	100,0	171.121	100,0	-25,3

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

5.2.7 Rio Grande do Norte

As exportações potiguares (US\$ 158,7 milhões), concentradas em frutas (US\$ 63,3 milhões) e açúcares e produtos de confeitarias (US\$ 18,7 milhões), tiveram redução de 9,3%, no período de janeiro a setembro de 2013, em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda nas exportações de

caju (43,0%), cuja produção desde 2012 tem sofrido os impactos da seca, influenciou fortemente esse resultado. A redução nas exportações do Estado só não foi maior, em razão dos resultados positivos na exportação de melões frescos, principal produto de exportação do Estado na pauta exportadora, do qual obteve acréscimo de 13,6% no período em análise.

Tabela 13 – Rio Grande do Norte: Principais capítulos/produtos exportados - jan/set - 2013/2012 - US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	Jan - Set/2013		Jan - Set/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Frutas, cascas de cítricos e de melões	63.326	39,9	76.957	44,0	-17,7
Melões frescos	26.899	16,9	23.688	13,5	13,6
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	17.954	11,3	31.487	18,0	-43,0
Demais produtos	18.473	11,6	21.781	12,4	-15,2
Açúcares e produtos de confeitaria	18.714	11,8	23.006	13,2	-18,7
Bombons, caramelos, confeitos e pastilhas	13.925	8,8	11.274	6,4	23,5
Demais produtos	4.789	3,0	11.732	6,7	-59,2
Peixes e crustáceos, moluscos, etc.	10.960	6,9	15.219	8,7	-28,0
Outras lagostas, congeladas, exceto as inteiras	3.838	2,4	2.725	1,6	40,8
Albacoras-bandolim (patudos) frescos, refrig.	1.258	0,8	696	0,4	80,7
Outros camarões inteiros, congelados	1.118	0,7	-	-	
Demais produtos	4.746	3,0	11.798	6,7	180,7
Produtos de origem animal	9.192	5,8	7.775	4,4	18,2
Outros produtos de origem animal	9.057	5,7	7.767	4,4	16,6
Demais produtos	135	0,1	8	0,0	1603,5
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, etc.	8.358	5,3	6.538	3,7	27,8
Granito cortado em blocos ou placas	4.429	2,8	4.563	2,6	-2,9
Sal marinho, a granel, sem agregados	3.262	2,1	1.223	0,7	166,8
Demais produtos	667	0,4	752	0,4	-11,3
Demais capítulos	48.165	30,3	45.455	26,0	6,0
Total geral	158.716	100,0	174.950	100,0	-9,3

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

Quanto às importações, o estado do Rio Grande do Norte comprou US\$ 131,3 milhões, aumento de 22,9% no confronto jan-jun 2013/jan-jun 2012. O trigo foi o principal produto, representando 17,7% das compras. A balança comercial do Estado registrou saldo negativo de US\$ 23,7 milhões.

5.2.8 Sergipe

As exportações sergipanas (US\$ 44,3 milhões) reduziram suas receitas em US\$ 30,1 milhões na comparação com igual período do ano anterior, dos quais US\$ 14,6 milhões correspondem à redução das exportações de sucos de laranja, principal produto da pauta de Sergipe, que declinaram 39,6% com relação ao acumulado de jan-jun de 2012. Vale res-

saltar que a Holanda foi o principal destino das exportações de suco de laranja (65,7%). As principais empresas exportadoras do produto são a Tropfruit Nordeste S.A. e Marata Sucos do Nordeste Ltda.

As importações sergipanas somaram US\$ 232,1 milhões, registrando crescimento de 12,2% no período em análise, o que resultou no déficit do saldo da balança comercial (US\$ 168,7 milhões). Os principais produtos importados formam outros trigos e misturas de trigo c/centeio (14,3%) e coque de petróleo não calcinado (8,5%). Estados Unidos (24,8%), China (8,4%), Rússia (8,2%), Canadá (8,0%) e Argentina (6,2%) se constituíram na origem da maior parte das importações de Sergipe.

Tabela 14 – Sergipe: Principais capítulos/produtos exportados - jan/set - 2013/2012 - US\$ 1.000 FOB

Capítulo/produto	Jan - Set/2013		Jan - Set/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Prep. de produtos hortícolas, frutas, etc.	33.886	53,4	69.528	63,4	-51,3
Sucos de laranjas, congelados	32.176	50,7	58.039	52,9	-44,6
Demais produtos	1.709	2,7	11.489	10,5	-85,1
Calçados, polainas, etc. e suas partes	14.841	23,4	15.677	14,3	-5,3
Outs.calç.cobr.tornoz.part.sup.borr., plást.	7.306	11,5	11.892	10,8	-38,6
Outs.calçads.sol.ext.borr./plást.couro/nat.	3.975	6,3	1.357	1,2	193,0
Outs.calçados de materia têxtil	3.323	5,2	2.423	2,2	37,1
Demais produtos	238	0,4	6	0,0	4102,4
Açúcares e produtos de confeitaria	7.489	11,8	10.779	9,8	-30,5
Outros açúcares de cana	3.938	6,2	6.831	6,2	-42,4
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose	3.550	5,6	3.944	3,6	-10,0
Demais produtos	1	0,0	3	0,0	-65,9
Demais capítulos	7.196	11,3	13.723	12,5	-47,6
Total geral	63.412	100,0	109.707	100,0	-42,2

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração BNB/ETENE/CEP.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Brasileira das Industrias de Calçados - Abicalçados. **Comercio exterior de calçados**. Período: janeiro a setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br/site/inteligencia.php?cat=1>>. Acesso em: 21 out. 2013.

_____. **Exportações de calçados ultrapassam US\$ 800 milhões**. Disponível em: <[http://www.abicalcados.com.br/site/noticias_detalhes.php?id=150&titulo=exportacoes-de-calcados-ultrapassam-us\\$-800-milhoes](http://www.abicalcados.com.br/site/noticias_detalhes.php?id=150&titulo=exportacoes-de-calcados-ultrapassam-us$-800-milhoes)>. Acesso em: 15 out. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de

Comércio Exterior. **Balança comercial por unidade da federação**. 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&ref=1076>>. Acesso em: 04 out. 2013.

_____. **Aliceweb2**, 2013. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 09 out. 2013.

_____. Secretaria de Comércio Exterior. Departamento de Estatística e Apoio à Exportação. **Balança comercial brasileira, janeiro-setembro 2013**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=yP6CL9fmqQ>>. Acesso em: 09 out. 2013.

6 FINANÇAS PÚBLICAS

As principais fontes de recursos dos estados nordestinos são o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e os fundos constitucionais: Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM). No total dos recursos compostos por FPE, FPM e ICMS, a participação média do ICMS no período 2000 – 2012 foi de 50,7%. A Revista BNB Conjuntura Econômica (nº 38) trata dos recursos arrecadados e das transferências aos entes estaduais e municipais da Região Nordeste, até o terceiro trimestre do ano, comparado com o mesmo período de 2012.

6.1 ARRECADAÇÃO DE ICMS

O Nordeste foi a região com o maior crescimento no período, 6,0% em termos reais¹, R\$ 13,5 bilhões a preços correntes médios de 2013 (janeiro a setembro). O Brasil cresceu 5,3% no mesmo período. A Região que ficou destoante foi o Norte com um crescimento de 3,5%. Se a evolução do ICMS é uma razoável

aproximação para a tendência do PIB serviços, espera-se que este tenha um crescimento maior em 2013, e continue a ser o suporte para a atividade econômica, enquanto a formação bruta de capital fixo não assuma essa posição.

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS em 2013: Janeiro a Setembro – R\$ Milhões

Regiões/Brasil	2012	2013	Var. %	Var. Real % ¹
Norte	14.246	15.681	10,1	3,5
Nordeste	36.854	41.544	12,7	6,0
Sudeste	130.471	146.099	12,0	5,3
Sul	37.807	42.389	12,1	5,4
Centro-Oeste	21.364	23.725	11,0	4,4
Brasil	240.743	269.438	11,9	5,3

Fonte: BRASIL (2013a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (1) Índice de inflação - IPCA médio de janeiro a setembro de 2012 e 2013.

No Nordeste, como mostra a Tabela 1, a arrecadação desse tributo cresceu 6,0% em termos reais ou 12,7% nominais, no mesmo período. Se a relação entre a arrecadação do ICMS do Nordeste e do Brasil é uma aproximação aceitável da relação entre o PIB do Nordeste e do Brasil, espera-se que a Re-

gião apresente um crescimento em seu PIB um pouco acima do nível do crescimento do PIB brasileiro. O ICMS da região nordestina é muito dependente do setor terciário. A representatividade média deste setor no período de 2013, entre os estados, é de 47,0%. Os setores secundário e o de petróleo, com-

1 O índice utilizado para o cálculo da variação real foi o IPCA no período em análise (índices médios de janeiro – setembro de 2012 e 2013), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

bustíveis e lubrificantes, rivalizam a segunda posição, com participação de 20% cada um, na arrecadação do tributo. O setor de energia representa, em média, 8% da arrecadação. O setor primário só é importante no estado do Rio Grande do Norte, que representa 29%.

A Tabela 2 detalha a arrecadação entre os estados da Região. Observa-se que a Paraíba teve um crescimento real (11,7%) em sua ar-

recadação, quase duas vezes a performance da média regional. Os dois outros estados com crescimentos mais relevantes são o Maranhão e o Piauí, com crescimentos reais de 8,2% e 7,6%, respectivamente. As evoluções mais fracas ficaram nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, com crescimentos reais de 3,3%, 3,7% e 4,1%, respectivamente.

Tabela 2 – Arrecadação de ICMS no Nordeste (R\$ Milhões)

Estados/Região	Janeiro – Setembro					
	2012	Part. %	2013	Part. %	Var. %	Var. Real % ¹
Alagoas	1.785	0,7	1.990	0,7	11,5	4,8
Bahia	10.561	4,4	11.965	4,4	13,3	6,6
Ceará	5.552	2,3	6.304	2,3	13,6	6,8
Maranhão	2.806	1,2	3.228	1,2	15,0	8,2
Paraíba	2.359	1,0	2.803	1,0	18,8	11,7
Pernambuco	7.730	3,2	8.495	3,2	9,9	3,3
Piauí	1.707	0,7	1.953	0,7	14,4	7,6
Rio Grande do Norte	2.667	1,1	2.940	1,1	10,2	3,7
Sergipe	1.688	0,7	1.867	0,7	10,7	4,1
Nordeste	36.854	15,3	41.544	15,4	12,7	6,0
Brasil	240.743	100,0	269.438	100,0	11,9	5,3

Fonte: BRASIL (2013a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (1) Índice de inflação - IPCA médio de janeiro a setembro de 2012 e 2013.

A Tabela 3 apresenta os crescimentos diferenciados da arrecadação do ICMS nos Estados. Observa-se que o baixo crescimento em alguns estados deve-se ao setor energia, ficando o Rio Grande do Norte como desta-

que negativo, uma queda de 20,6% na arrecadação. Talvez esta queda esteja relacionada com a política do Governo Federal de reduzir as alíquotas de consumo de energia, que passou a vigorar em 2013.

Tabela 3 – Variações Relevantes da Arrecadação de ICMS por setor (%)

Estados	Primário	Secundário	Terciário	Petróleo ¹	Energia	Participação ²
Alagoas		11,8	12,7	5,7	3,9	97,0
Bahia		21,0	20,2	30,1	-12,9	96,0
Ceará		19,2	16,6	19,2	-11,8	95,0
Maranhão		25,9	11,8	18,5	-9,4	94,0
Paraíba		13,3	19,3	38,9	7,3	99,0
Pernambuco		4,5	9,7	25,2	-4,8	99,0
Piauí		3,9	17,5	16,9	14,7	92,0
Rio Grande do Norte	14,9	9,7	13,4	-	-20,6	98,0
Sergipe		28,6	2,7	20,3	-5,0	94,0
Nordeste	17,7	-16,1	14,4	25,2	-7,6	97,0

Fonte: BRASIL (2013a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (1) Petróleo, combustíveis e lubrificantes.

(2) É a participação desses setores na arrecadação do Estado/Região.

O setor que impulsionou o crescimento do estado da Paraíba foi petróleo, combustíveis e lubrificantes, com um aumento de 38,9% e que tem um peso de 23,0% em sua arrecadação total. Este setor também foi importante para o crescimento da arrecadação do Maranhão, 18,5%, com um peso relativo de 28,0%. Mas a variação referencial neste Estado foi o setor secundário, com um aumento de 25,9% e com um peso relativo de 17,0%. No Piauí o maior crescimento se deu no setor terciário, 17,5% com um peso relativo de 38,0%.

O estado de Pernambuco teve baixos crescimentos no setor terciário, 9,7% e no setor

secundário, 4,5%, que têm um peso relativo de 59,0% e 15,0%, respectivamente. Complementando estes resultados, associe-se a queda na arrecadação de 4,8% no setor de energia. O baixo crescimento da arrecadação nos estados do Rio Grande do Norte e Sergipe, tem um ponto em comum, a queda no setor de energia, 20,6% e 5,0%, respectivamente. Outro fator que contribuiu para a pequena evolução da arrecadação no Rio Grande do Norte foi o setor secundário, com um crescimento de 9,7%. Em Sergipe o outro setor de baixo crescimento foi o setor terciário, 2,7%, e que representa 45,0% da arrecadação do Estado.

6.2 FUNDOS CONSTITUCIONAIS

Os repasses dos fundos constitucionais são calculados com base na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) recebe 21,5% da arrecadação dos dois tributos, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebe 23,5% da mesma arrecadação². A parcela do Nordeste no FPE corresponde a 52,5%, enquanto no FPM não passa de 35,2%.

Os critérios para a distribuição do FPE entre os estados foram definidos por uma lei complementar (LC nº 62) de 1989, em que 85% do total foram para as regiões menos desenvolvidas (Centro-Oeste, Norte e Nordeste). Os coeficientes estaduais foram determinados através de combinações de

critérios, que utilizam o território de cada estado, sua população e o inverso da renda per capita. Ocorreram mudanças expressivas na distribuição da renda per capita entre os estados, entre 1989 e 2011, especialmente para a Região Centro-Oeste.

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a manutenção dos coeficientes de distribuição fixos para o FPE, dado que seis governos estaduais (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) moveram ações questionando os critérios de distribuição, e exigiu a sanção de uma nova fórmula de distribuição dinâmica no início de 2013. A Lei Complementar que estabelece novas regras para o rateio do FPE, foi aprovada pela presidente Dilma Rousseff em 17 de julho

2 Dos 23,5%, 1% é repassado no primeiro decêndio de dezembro de cada ano (Emenda Constitucional nº 55, de 20/09/2007). O valor correspondente aos 22,5% restantes é calculado e repassado em parcelas mensais

de 2013, e entrou em vigor em outubro. Os critérios atuais serão mantidos até 2015. Em 2016, cada Estado receberá o valor que lhe coube no ano anterior, corrigido pelo IPCA e acrescido de 75% da variação real do PIB registrada dois anos antes. A parcela que superar o montante especificado (valor de 2015 corrigido pelo IPCA e 75% da variação real do PIB), será distribuída proporcionalmente por coeficientes individuais de participação obtidos a partir da combinação de fatores representativos da população e do inverso da renda domiciliar per capita da entidade beneficiária.

A Tabela 4 apresenta as transferências do FPE para os estados do Nordeste. Observa-se um crescimento de 7,7%, no período analisado, janeiro a setembro de 2013, com relação ao mesmo período de 2012. Em termos reais, ocorreu um aumento de 1,3%³, desempenho abaixo do crescimento observado no ICMS Nordeste no mesmo período (12,7% e 6,0% de variação real). O valor da programação para 2013, estimado pelo Tesouro Nacional, é de R\$ 52,9 bilhões, valor que foi reduzido da previsão anterior que era de R\$ 55,1 bilhões. No período analisado já foram realizados 75,0% da programação, exatamente o percentual.

Tabela 4 – Nordeste: Fundo de Participação dos Estados (FPE) de Janeiro a Setembro (R\$ Milhões)

Estados/Região	2012	2013	Participação (%) ¹	Programação 2013 ²
Alagoas	1.532	1.650	4,2	2.199
Bahia	3.460	3.727	9,4	4.966
Ceará	2.701	2.911	7,3	3.878
Maranhão	2.658	2.863	7,2	3.815
Paraíba	1.763	1.900	4,8	2.531
Pernambuco	2.541	2.737	6,9	3.647
Piauí	1.591	1.714	4,3	2.284
Rio Grande do Norte	1.538	1.657	4,2	2.208
Sergipe	1.530	1.648	4,2	2.196
Nordeste	19.314	20.809	52,5	27.726
Brasil	36.820	39.669	100,0	52.856

Fonte: BRASIL (2013b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (1) Valores estimados para o ano pelo Tesouro Nacional.

(2) Os valores já estão deduzidos de 20% para o FUNDEB.

Sobre as transferências do FPM, há de se observar que o seu crescimento nominal, para a Região Nordeste, foi um pouco menor no período analisado, FPE – 7,7% e FPM – 6,8%, conforme indicado na Tabela 5. Essa diferença se deve ao crescimento dos estados do Ceará e Pernambuco. Enquanto estes

estados cresceram 2,5% e 5,8%, respectivamente, o crescimento médio dos outros estados foi de 7,7%, semelhante ao do FPE. A participação do estado do Ceará no total do FPM era 5,2% em 2012 e passou para 5,0%, enquanto a de Pernambuco era 5,0%.

3 O índice de inflação utilizado: IPCA, valores médios de 2012 e 2013, no período janeiro a setembro.

4 A exceção do estado da Bahia, que cresceu 8,1%.

Tabela 5 – Nordeste: Fundo de Participação dos Estados (FPE) de Janeiro a Setembro (R\$ Milhões)

Estados/Região	2012	2013	Participação (%) ¹	Var. %	Var. Real (%)	Programação 2013 ²
Alagoas	917	987	2,4	7,7	1,3	1.316
Bahia	3.504	3.788	9,1	8,1	1,7	5.048
Ceará	2.010	2.060	5,0	2,5	-3,6	2.745
Maranhão	1.603	1.726	4,2	7,7	1,3	2.299
Paraíba	1.245	1.341	3,2	7,7	1,3	1.786
Pernambuco	1.933	2.045	4,9	5,8	-0,5	2.724
Piauí	1.021	1.100	2,6	7,7	1,3	1.465
Rio Grande do Norte	971	1.045	2,5	7,7	1,3	1.393
Sergipe	575	619	1,5	7,7	1,3	825
Nordeste	13.778	14.710	35,4	6,8	0,4	19.601
Brasil	38.533	41.515	100,0	7,7	1,3	55.316

Fonte: BRASIL (2013b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (1) A participação se refere ao ano de 2013.

(2) Valores estimados para o ano pelo Tesouro Nacional.

(3) Os valores já estão deduzidos de 20% para o FUNDEB.

A composição do FPM é que 10,0% vão para as capitais, 3,6% para os municípios da reserva (aqueles com população acima de 156.216 habitantes) e 86,4% para os outros (interior). A explicação para a queda do crescimento no FPM, vem das reduções nos coeficientes de participação dos estados do Ceará e Pernambuco. Analisando-se as decisões normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), que define os coeficientes de distribuição do FPM para 2012 e 2013, observa-se que, para esses Estados, houve queda nos coeficientes para as capitais e municípios com população acima de 156.216 habitantes (municípios da reserva), enquanto para os outros Estados os coeficientes cresceram 0,72%. No Ceará, por exemplo, Fortaleza perdeu 2,1

pontos percentuais no coeficiente de distribuição em 2013 e os municípios da reserva perderam 1,16%⁵. A queda em Pernambuco foi um pouco menor. Como o cálculo do FPM é feito com base nas informações da população do município e renda per capita do Estado prestadas ao TCU pelo IBGE, observa-se que aumento na renda per capita dos dois Estados foi o fator redutor do FPM para 2013⁶.

A Tabela 6 ilustra que as atualizações dos parâmetros do cálculo do FPM do exercício 2012 para 2013, já apresentam os resultados negativos para Fortaleza e Recife. Enquanto as outras capitais do Nordeste tiveram variação de 7,5%, no período analisado, Fortaleza teve uma queda de 14,0% e Recife de 3,3%.

5 Municípios da reserva no Ceará: Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral; Em Pernambuco: Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Petrolina.

6 Como o fator é calculado usando-se o inverso da renda per capita, ou seja, quanto maior a renda menor a distribuição do FPM por esse indicador, e como o outro indicador, a população cresceu muito pouco, os dois estados passaram a ter fatores menores em 2013. Pelas informações do IBGE, entre 2009 e 2010, a renda per capita dos estados do Ceará e Pernambuco cresceu 19,9% e 21,6%, respectivamente.

Tabela 6 – Fundo de Participação dos Municípios (FPMc) nas capitais - Janeiro a Setembro (R\$ Milhões)

Estados/Região	2012	2013	Participação (%) ¹	Var. %	Var. Real (%)
Alagoas	202	218	5,2	7,5	1,1
Bahia	291	313	7,5	7,5	1,1
Ceará	405	348	8,4	-14,0	-19,1
Maranhão	202	218	5,2	7,5	1,1
Paraíba	162	174	4,2	7,5	1,1
Pernambuco	227	219	5,3	-3,3	-9,0
Piauí	202	218	5,2	7,5	1,1
Rio Grande do Norte	130	139	3,4	7,5	1,1
Sergipe	117	125	3,0	7,5	1,1
Nordeste	1.938	1.972	47,5	1,7	-4,3
Brasil	3.853	4.151	100,0	7,7	1,3

Fonte: BRASIL (2013b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (1) A participação se refere ao ano de 2013.

(2) Os valores já estão deduzidos de 20% para o FUNDEB.

6.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

As transferências voluntárias da União para os entes federados, no período janeiro a setembro de 2013, foram de R\$ 7,9 bilhões, conforme mostra a Tabela 7. Os estados nordestinos captaram 39,8% dessas transferências, R\$ 3,2 bilhões. As transferências para a Região cresceram 6,2%, comparando com o mesmo período de 2012. Em termos reais, ocorreu uma estabilização no volume de transferências, comparadas com o mesmo período de 2012, uma leve queda de 0,1%⁷. O crescimento das transferências para a Região Nordeste não foi superada por nenhuma outra região, que tiveram quedas reais relevantes, com destaque para a Região Norte, com redução de 14,8% em termos reais.

Detalhando a variação para o Nordeste, observa-se que as transferências para os Municípios são substancialmente maiores que as transferências para os Estados. Em 2012 e 2013, as transferências para os Mu-

nicipios representaram 71,0% e 76,0% do total das transferências para o Nordeste, respectivamente. Estas, comparadas com as transferências para os estados, foram as que mais cresceram, 14,9% no período, enquanto que as transferências para os Estados caíram 14,6%. Pelo lado dos Municípios, os crescimentos relevantes são nos estados de Pernambuco e Maranhão, com aumentos de 23,6% e 20,7, respectivamente. Vale observar a queda nas transferências para os municípios do Rio Grande do Norte, 2,4; foi o único estado do Nordeste com redução das transferências voluntárias para seus municípios. As razões para isso estão nas transferências dos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que detêm os principais programas. O realizado até setembro de 2013, comparado com o total das transferências desses ministérios em 2012, mostra que foram executados 61,0% e 56,5%, respectivamente. Observe-se que

7 O Índice utilizado é o IPCA, da mesma forma que foi trabalhado para o ICMS e Fundos Constitucionais.

para chegarmos ao nível de transferências realizadas em 2012 no Rio Grande do Norte por estes ministérios, dever-se-ia ter uma realização ao nível de 75,0%.

No caso das transferências para os estados da Região, a queda de 14,6% no período

do analisado, é devido a reduções em quase todos os estados, a exceção de Pernambuco e Ceará, com aumentos de 27,6% e 23,6%, respectivamente. Cabe salientar as quedas nas transferências para os estados da Bahia e Sergipe, 48,5% e 36,1%, respectivamente.

Tabela 7 – Transferências Voluntárias da União - Janeiro a Setembro (R\$ Milhões)

Estados/Regiões	Municípios		UF's		Total das Transferências					
	2012	2013	2012	2013	2012	Part %	2013	Part%	Variação (%)	
	A		B		A + B		A + B		Nominal	Real ¹
Nordeste	2.105	2.418	874	747	2.978	38,3	3.164	39,8	6,2	-0,1
Alagoas	116	129	63	59	179	2,3	188	2,4	5,3	-1,0
Bahia	531	592	239	123	770	9,9	715	9,0	-7,2	-12,7
Ceará	366	418	68	84	433	5,6	502	6,3	15,8	8,9
Maranhão	312	376	74	62	386	5,0	439	5,5	13,7	7,0
Paraíba	146	174	89	83	235	3,0	258	3,2	9,8	3,2
Pernambuco	295	365	137	175	432	5,6	540	6,8	24,9	17,4
Piauí	136	154	78	75	213	2,7	229	2,9	7,2	0,9
Rio Grande do Norte	131	128	88	60	219	2,8	189	2,4	-14,1	-19,2
Sergipe	72	81	39	25	110	1,4	105	1,3	-4,4	-10,1
Norte	587	607	370	261	957	12,3	868	10,9	-9,4	-14,8
Sudeste	1.469	1.649	806	665	2.275	29,3	2.314	29,1	1,7	-4,3
Sul	574	645	362	335	937	12,0	980	12,3	4,6	-1,6
Centro - Oeste	299	334	327	290	626	8,1	624	7,9	-0,3	-6,2
Brasil	5.033	5.653	2.740	2.297	7.773	100,0	7.950	100,0	2,3	-3,8

Fonte: BRASIL (2013b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (1) Índice de inflação - IPCA médio de janeiro a setembro de 2012 e 2013.

Os principais programas utilizados nas transferências voluntárias para o Nordeste, período janeiro a setembro de 2013, estão nos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Eles realizaram 93,2% do total das transferências, conforme os dados apresentados na Tabela 8. O terceiro ministério em volume de transferências para os estados do Nordeste é o Ministério da Integração Nacional, que detém 5,25 das transferências.

Os principais programas utilizados pelos ministérios para efetivar as transferências

voluntárias são: Educação Básica, 71,5% das transferências; Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 13,2%; Bolsa Família, 3,8%; Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, 3,0%; Educação Profissional e Tecnológica, 2,3% e Desenvolvimento Produtivo, que representam 96,0% das transferências voluntárias até o terceiro trimestre de 2013. Cabe ainda observar que os restos a pagar não processados e pagos em 2013 foram da ordem de R\$ 3,2 bilhões, 40,0% do total das transferências de 2013.

Tabela 8 – Fluxos de Transferências Voluntárias dos Principais Ministérios - Janeiro a Setembro (R\$ Milhões)

Região/Estados	Educação		DSCF ¹		Outros Ministérios		Total das Transferências	
	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa
Nordeste	2.299	100,0	652	100,0	214	100,0	3.164	100,0
Alagoas	120	5,2	42	6,4	26	12,2	188	5,9
Bahia	561	24,4	142	21,8	12	5,8	715	22,6
Ceará	382	16,6	92	14,2	27	12,8	502	15,9
Maranhão	339	14,8	89	13,7	10	4,9	439	13,9
Paraíba	169	7,3	54	8,2	35	16,4	258	8,1
Pernambuco	360	15,7	109	16,8	70	32,7	540	17,1
Piauí	167	7,2	50	7,7	12	5,7	229	7,2
Rio Grande do Norte	122	5,3	48	7,3	18	8,6	189	6,0
Sergipe	78	3,4	25	3,9	2	0,9	105	3,3

Fonte: BRASIL (2013b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (1) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. Confaz. **Boletim do ICMS**, 2013a. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: 13 Dez. 2013.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de

Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. **Boletim do FPE e FPM e Transferências Voluntárias**, 2013b. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso em: 26 ago. 2013.

7 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

7.1 SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional¹ alcançou, no final de setembro, o estoque total das operações de crédito, no montante de R\$ 2.597,2 bilhões, representando um crescimento de 15,7% no saldo acumulado de setembro de 2013, frente a igual período do ano anterior, segundo informações fornecidas pelo BACEN (2013a), conforme podemos visualizar na Tabela 1.

O crescimento moderado do crédito concedido no Sistema Financeiro Nacional foi resultado principalmente pelo aumento das incertezas macroeconômicas, seja sob o âmbito interno, a exemplo do comportamento da atividade industrial, do endividamento das famílias e da elevação da taxa básica de juros, quanto externo, como o aumento da volatilidade dos mercados internacionais. Ainda nesse contexto, observa-se uma continuidade no movimento de migração para modalidades de menor risco, taxas mais bai-

xas e prazos mais longos, tanto na carteira Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, o que contribuiu para reduzir o comprometimento de renda das famílias e das empresas, conforme aponta pesquisa do BACEN (2013d).

A desaceleração na taxa de crescimento das operações de crédito vem sendo observada desde o primeiro semestre de 2011, apresentando uma tendência mais sustentável de expansão da carteira no longo prazo. Neste contexto, os bancos públicos continuaram ganhando participação no crédito total, que neste ano de 2013 superou a marca de 50% de participação de mercado.

A expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada pelo comportamento das operações financiadas com recursos direcionados desde meados de 2010. Nessa perspectiva, até setembro de 2013, observou-se um crescimento de 26,2% para a referida

1 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Vale ressaltar que no saldo relativo ao Sistema Financeiro Nacional, não estão inclusos os recursos dos fundos constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE).

variável, comparado ao mesmo período de 2012, quase o triplo da expansão exibida pelas operações financiadas com recursos livres (8,7%). Nesse sentido, o estoque total de operações de crédito do Sistema Finan-

ceiro Nacional, apresentou uma expansão de 2,6% no trimestre e 15,7% em doze meses, o que correspondeu a 55,5% do Produto Interno Bruto estimado pelo Banco Central.

Tabela 1 – Brasil: Saldo das operações de crédito do sistema financeiro – usos e fontes dos recursos e controle de capital – setembro de 2012 e 2013 (R\$ milhões correntes)

Discriminação	Setembro		Variação	Participação	Crédito/PIB ⁽¹⁾ , em %	
	2012	2013	Nominal	Set/13, %	set/12	set/13
1. Destinação por Setor	2.244.474	2.597.157	15,7	100,0	51,9	55,5
1.1. Setor Público	106.047	137.098	29,3	5,3	2,5	2,9
União	61.563	65.826	6,9	2,5	1,4	1,4
Estados e Municípios	44.484	71.272	60,2	2,7	1,0	1,5
1.2. Setor Privado	2.138.427	2.460.059	15,0	94,7	49,5	52,6
Indústria	445.638	492.740	10,6	19,0	10,3	10,5
Habitação	276.886	370.593	33,8	14,3	6,4	7,9
Rural	152.813	198.522	29,9	7,6	3,5	4,2
Comércio	217.641	233.310	7,2	9,0	5,0	5,0
Pessoas Físicas ⁽²⁾	688.125	750.691	9,1	28,9	15,9	16,1
Outros Serviços	357.324	414.203	15,9	15,9	8,3	8,9
2. Destinação por Tomador	2.244.474	2.597.157	15,7	100,0	51,9	55,5
2.1. Pessoas Físicas	1.025.600	1.200.800	17,1	46,2	23,7	25,7
2.2. Pessoas Jurídicas	1.218.900	1.396.400	14,6	53,8	28,2	29,9
3. Fontes dos Recursos	2.244.474	2.597.157	15,7	100,0	51,9	55,5
3.1. Livres	1.347.200	1.464.500	8,7	56,4	31,2	31,3
3.2. Direcionados ⁽³⁾	897.200	1.132.700	26,2	43,6	20,7	24,2
4. Controle de Capital	2.244.474	2.597.157	15,7	100,0	51,9	55,5
4.1. Inst. Fin. Públicas	1.040.396	1.314.177	26,3	50,6	24,1	28,1
4.2. Inst. Fin. Priv. Nacionais	827.676	876.545	5,9	33,8	19,1	18,7
4.3. Inst. Fin. Estrangeiras	376.403	406.445	8,0	15,6	8,7	8,7

Fonte: BACEN (2013b).

Notas: (1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

(2) Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional.

(3) Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

No que tange às condições de concessão de crédito, percebe-se uma melhora no período analisado, muito embora a taxa de juros média registrada em setembro (19,4%), tenha se mantido constante, quando compara-

da ao mesmo mês do ano passado. A taxa de spread (diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos) apresentou redução de 12,6 p.p. (pontos percentuais), para 11,2 p.p. O prazo utilizado na concessão

de crédito também registrou uma melhora, pois houve um alongamento nos prazos de concessão, de 80,6 meses, para 96,7 meses, entre as duas posições consideradas.

Assim como na concessão de crédito, houve também uma leve melhora na qualidade do crédito concedido. A taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito), reduziu de 3,8%, em setembro do ano passado, para 3,3%, em setembro último, resultado devido fundamentalmente à queda na taxa de inadimplência das famílias, de 5,9% para 4,8%.

Visto sob outro aspecto, há uma nítida diferença desse indicador de inadimplência quando se analisa a fonte dos recursos. Enquanto a taxa de inadimplência das operações de crédito realizadas com recursos direcionados era de 1,1%, em setembro último, o índice para as operações com recursos livres era de 5,1%. Segundo o controle de capital, também apresentou um quadro semelhante. Em setembro de 2013, as instituições financeiras públicas registraram um índice de inadimplência de 2,0%, bem abaixo dos valores exibidos para as instituições financeiras privadas nacionais (4,6%) e estrangeiras (4,6%).

Tabela 2 – Brasil: Taxa de Inadimplência¹ das Operações de Crédito do Sistema Financeiro

Discriminação	Setembro	
	2012	2013
1. TOTAL	3,8	3,3
1.1. Pessoas Jurídicas	2,2	2,0
1.2. Pessoas Físicas	5,9	4,8
2. Fonte dos Recursos		
2.1. Livres	5,8	5,1
2.2. Direcionados	1,1	1,1
3. Controle do Capital		
3.1. Inst. Fin. Públicas	1,9	2,0
3.2. Inst. Fin.Priv. Nacionais	5,5	4,6
3.3 Inst. Fin. Estrangeiras	5,4	4,6

Fonte: BACEN (2013b).

Notas: (1) Percentual das operações com atraso superior a 90 dias em relação ao total do respectivo crédito.

Ainda segundo o BACEN (2013d), a capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro permanece em patamar satisfatório, mesmo diante dos efeitos adversos e generalizados da volatilidades dos mercados financeiros internacionais. As análises de cenários

e de sensibilidade desenvolvidas pelo BACEN demonstram que o sistema bancário brasileiro apresenta boa capacidade de suportar os efeitos de choques adversos, decorrentes de um possível cenário de deterioração da condição macroeconômica do País.

7.2 SALDO DAS OPERAÇÕES E QUALIDADE DO CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO NORDESTINO

Segundo informações fornecidas pelo Banco Central (2013b), no final de setembro de 2013, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nordeste atingiu R\$ 334,3 bilhões², apontando um crescimento da ordem de 18,3%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, acima da média nacional (15,7%), entretanto, pouco abaixo da expansão ocorrida no Centro-Oeste (22,2%).

A expansão do crédito no Nordeste foi acompanhada por uma leve melhora na sua qualidade, tendo em vista que a taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias sobre o total do crédito), caiu de 4,3%, em setembro de 2012, para 4,0%, em setembro do corrente ano. Essa redução foi influenciada pela queda no índice de inadimplência das operações de crédito das pessoas físicas (de 6,2%, para 5,6%), uma vez que a taxa para as empresas permaneceu constante no período (2,4%).

No Nordeste, o incremento das operações de crédito realizadas com as pessoas físicas (19,5%) foi superior ao aumento exibido

pelas empresas (16,9%), diferença que vem sendo reduzida nos últimos meses, uma vez que, até meados de 2012, o crescimento da primeira chegava a quase o dobro da segunda. No que tange em termos de participação, no final de setembro de 2013, o saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às famílias representava um pouco mais da metade (52,7%) do total, cabendo a parcela restante (47,3%) às empresas, estrutura um pouco diferente da observada para a média brasileira, com maior preponderância do crédito destinado às empresas (53,4%), comparativamente às famílias (46,6%).

Entre os estados, a maior elevação no saldo das operações de crédito ocorreu no Rio Grande do Norte (23,7%), acompanhado pelo Piauí (22,1%) e por Sergipe (20,5%). A menor expansão foi registrada em Pernambuco (14,5%). Em termos de participação, apenas três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de dois terços do estoque de crédito da Região, reproduzindo assim o mesmo peso que os referidos estados detêm na composição do PIB do Nordeste (64,5%).

2 O Sistema Financeiro Nordeste aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Este valor representa aproximadamente 94,0% de todas as operações.

Tabela 3 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras: Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro¹ e Qualidade do Crédito – Posições em final de setembro de 2012 e 2013

Estados/Regiões	Saldo Oper. R\$ milhões		Varia. Nomi.(b) / (a) em %	Partic. % set/13	Índice de Inadimplência ² - Set/13 (%)		
	Setembro	Setembro			Pessoas	Pessoas	Total
	2012 (a)	2013 (b)			Físicas	Jurídicas	
Maranhão	25.025	29.568	18,2	8,9	5,7	2,7	4,5
Piauí	11.450	13.983	22,1	4,2	5,3	2,3	4,2
Ceará	41.198	47.901	16,3	14,4	5,6	2,69	4,1
R.G. Norte	18.801	23.259	23,7	7,0	4,9	2,0	3,6
Paraíba	16.633	19.826	19,2	5,9	5,7	3,6	5,0
Pernambuco	63.163	72.299	14,5	21,7	6,0	1,5	3,2
Alagoas	14.541	16.866	16,0	5,1	6,4	2,9	5,1
Sergipe	12.464	15.021	20,5	4,5	4,7	2,75	3,9
Bahia	79.347	94.828	19,5	28,4	5,5	2,8	4,1
NORDESTE	282.621	334.306	18,3	13,4	5,6	2,4	4,0
NORTE	84.636	99.243	17,3	4,0	5,6	2,8	4,3
CENTRO-OESTE	200.838	245.455	22,2	9,8	3,43	1,85	2,73
SUDESTE	1.192.680	1.361.338	14,1	54,5	4,56	1,8	2,9
SUL	397.297	459.100	15,6	18,4	3,2	2,1	2,65
TOTAL REGIÕES ³	2.158.072	2.499.442	15,7	100,0	...	...	...

Fonte: BACEN (2013a).

Notas: (1) Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

(2) Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias, sobre o total das operações de crédito. Estão excluídas desse cálculo as operações de cartão de crédito - compras à vista - do total do crédito.

(3) Por se tratar de um subconjunto, o total das regiões correspondeu, no final de setembro/2013, a 96,1% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

... Informação não disponibilizada.

7.3 SALDO DOS DEPÓSITOS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA BANCÁRIO NORDESTINO

O saldo dos depósitos captados pelo Sistema Bancário Nordestino atingiu R\$ 177,7 bilhões, em setembro de 2013, apontando um crescimento de 7,7%, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, sendo em nível abaixo da expansão verificada em nível nacional (9,6%), consoante informações fornecidas pelo Banco Central (2013e).

A elevação no saldo dos depósitos bancários da Região deveu-se exclusivamente ao aumento ocorrido nos bancos públicos (11,6%), haja vista que os depósitos bancários captados pelos bancos privados apresentaram estagnação no período considerado, conforme podemos visualizar na Tabela 4. Em termos de participação, os bancos ofi-

ciais responderam pela maior parcela dos depósitos captados no Nordeste (69,0%), cabendo aos bancos privados a parcela restante (31,0%).

O maior crescimento na captação de depósitos entre os bancos oficiais ocorreu na Caixa Econômica Federal (19,8%), seguida pelo Banco do Nordeste (10,9%) e pelo Banco do Brasil (4,1%). No rol estadual, as maiores elevações foram observadas no Piauí (15,3%), em Sergipe (13,9%) e Alagoas (12,2%).

Sob a ótica das operações de crédito, o saldo do Sistema Bancário Nordestino, no final de setembro, atingiu R\$ 175,6 bilhões³,

registrando-se um crescimento de 24,4%, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. Em consonância com o comportamento da captação de depósitos, a expansão das operações de crédito do sistema bancário nordestino também deveu-se fundamentalmente ao crescimento registrado pelos bancos públicos (33,0%), tendo em vista que as operações da banca privada registraram um leve aumento (0,8%) no período sob análise. Entre os bancos oficiais, o maior crescimento nas operações de crédito ocorreu na Caixa Econômica Federal (47,0%), bastante influenciado pelos financiamentos imobiliários, Banco do Brasil (25,4%) e bancos estaduais (12,2%).

Tabela 4 – Nordeste: Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira¹ - Setembro de 2012 e 2013 (R\$ milhões)

Discriminação / Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos.Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Setembro de 2012	52.778	45.274	8.583	9.544	2.274	109.870	55.104	164.974
Setembro de 2013	54.936	54.255	9.521	10.736	2.660	122.587	55.127	177.714
Varição nominal, em %	4,1	19,8	10,9	12,5	17,0	11,6	0,0	7,7
Participação Set/13, em %	30,9	30,5	5,4	6,0	1,5	69,0	31,0	100,0
Operações de Crédito								
Setembro de 2012	42.364	48.208	9.550	11.091	1.863	103.526	37.627	141.153
Setembro de 2013	53.114	70.874	9.730	11.615	2.090	137.693	37.938	175.631
Varição nominal, em %	25,4	47,0	1,9	4,7	12,2	33,0	0,8	24,4
Participação Set/13, em %	30,2	40,4	5,5	6,6	1,2	78,4	21,6	100,0

Fonte: BACEN/SISBACEN (2013e).

Notas: (1) Saldos referentes aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.

(2) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(3) Bancos Públicos + Bancos Privados.

3 Na citada posição, o saldo das operações de crédito do Sistema Bancário Nordestino representava 52,5% do total do Sistema Financeiro Regional. Essa diferença de participação é explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES/FINAME e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, gerido pelo BNB, de grande peso nas operações de crédito da Região e que, por definição, não estão agrupadas no Sistema Bancário Nordestino, mas figuram no Sistema Financeiro Regional.

Tabela 5 – Nordeste: Evolução Nominal e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados – Posição no final de Setembro/2013

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Variação	Participação	Variação	Participação
	Set-13/Set-12	Est/NE, Set/13	Set-13/Set-12	Est/NE, Set/13
Maranhão	10,8	6,0	32,5	7,5
Piauí	15,3	3,8	28,1	4,8
Ceará	6,3	21,3	28,2	15,2
Rio Grande do Norte	8,3	5,2	28,9	6,8
Paraíba	10,1	5,8	27,3	6,6
Pernambuco	2,0	22,2	19,6	22,2
Alagoas	12,2	4,3	32,8	5,2
Sergipe	13,9	4,9	28,2	5,2
Bahia	9,9	26,5	19,9	26,5
NORDESTE ¹	7,7	100,0	24,4	100,0
BRASIL	9,6	...	18,4	...

Fonte: BACEN/SISBACEN (2013e).

Notas: (1) No Nordeste, no final de fevereiro de 2013, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 177,7 bilhões e as operações de crédito R\$ 175,6 bilhões. Os saldos referem-se aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal. Não estão incluídas as operações de crédito realizadas pelo BNDES/FINAME e pelo BNB/FNE no Nordeste.

Em termos de participação, os bancos públicos responderam por três quartos do total do crédito bancário do Nordeste, cabendo o quarto restante aos bancos privados, valendo lembrar que essa participação dos bancos oficiais vem sendo ampliada em anos recentes, decorrente de um melhor desempenho dos primeiros sobre os segundos.

Entre os estados, a maior expansão no saldo das operações de crédito ocorreu em Alagoas (32,8%), seguido pelo Maranhão (32,5%) e Rio Grande do Norte (28,9%). O menor aumento aconteceu em Pernambuco (19,6%). Em termos de participação percentual dos estados na realização das operações de crédito, destacam-se os estados da Bahia (26,5%), Pernambuco (22,2%) e Ceará (15,2%).

7.4 BNB: TAXAS DE JUROS, SALDO DOS DEPÓSITOS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Banco do Nordeste do Brasil S/A, principal órgão de fomento sediado na Região Nordeste, tem também se destacado nas suas operações de banco comercial, por praticar taxas de juros compatíveis com as praticadas no Sistema Financeiro Nacional.

Esse desempenho foi constatado na pesquisa realizada pelo Banco Central (2013f), cobrindo o período de 27 de setembro a 3 de outubro último, para acompanhar a evolução dos encargos financeiros cobrados nas principais operações de crédito, junto a um grupo representativo de instituições financeiras que operaram no mercado de crédito nacional.

No grupo de operações para pessoas físicas, o BNB ficou em primeiro lugar por praticar a mais baixa taxa de juros no País, nas operações de desconto de cheques. Foi também o quarto colocado nos encargos financeiros cobrados no crédito pessoal consignado INSS, o décimo nas operações de crédito pessoal consignado privado, bem como ocupou a décima primeira colocação nas operações de cheque especial em todo o Brasil.

Nas operações com as empresas, a taxa de juros cobrada pelo BNB no cheque especial foi a mais baixa entre os bancos pesquisados no País, ficando em segundo lugar nas operações de conta garantida. Nas operações de capital de giro com prazos superiores a 365 dias, a taxa de juros cobrada pelo BNB foi a décima segunda mais baixa do mercado de crédito nacional. Ficou ainda em décimo quarto lugar nos encargos cobrados no des-

conto de cheque e vigésimo lugar no desconto de duplicatas.

Vale ressaltar que nas demais operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, onde o BNB não ocupa as primeiras posições, as suas taxas de juros praticadas nas operações de crédito comercial foram inferiores às respectivas médias do mercado de crédito brasileiro.

No final de setembro de 2013, o volume de depósitos captados pelo BNB na Região atingiu R\$ 9,5 bilhões, correspondendo a um crescimento de 10,9% comparativamente à mesma posição no ano passado. Do referido montante, a maior parcela era formada por depósitos a prazo (61,3%), vindo em seguida os depósitos de poupança (15,8%) e os depósitos interfinanceiros (11,3%), para citar os mais relevantes.

Entre os estados, a maior elevação na captação de depósitos do Banco do Nordeste, no período de doze meses, terminados em setembro de 2013, ocorreu em Alagoas (34,6%), Rio Grande do Norte (30,2%) e Sergipe (28,5%).

Em outra perspectiva, o saldo das operações de crédito com recursos próprios do BNB realizadas no Nordeste, em setembro de 2013, alcançou R\$ 9,7 bilhões, registrando-se leve crescimento (1,9%), quando comparado ao mesmo mês do ano anterior. Esse crescimento na margem foi provocada pelas diminuições ocorridas nas operações de crédito em Pernambuco (-18,2%) e Bahia

(-5,5%), as duas maiores economias da Região, enquanto que os outros estados apresentaram resultados positivos, bem como pelo aumento das provisões para devedores duvidosos, provocado em grande medida pelas dificuldades decorrentes da forte estiagem que assola o semiárido nordestino, pelo

segundo ano consecutivo. Do montante de R\$ 9,7 bilhões, mais da metade era representada por operações de curto prazo, sob a rubrica de empréstimos e títulos descontados, acompanhada pelos financiamentos concedidos à indústria e ao comércio (21,4%), e à infraestrutura e desenvolvimento (20,5%)

Tabela 6 – Taxas Efetivas de Juros das Operações de Crédito: Posição relativa do Banco do Nordeste do Brasil em relação ao mercado brasileiro de crédito. Período da pesquisa do BACEN: 27/09 a 03/10/2013.

Modalidade da Operação	Posição do BNB	Taxas Efetivas ao Mês (%)				No. Bcos. Pesquisados
		BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado	
Pessoa Física						
Desconto de cheques	1º	1,74	3,56	1,74	7,99	11
Crédito pessoal consignado INSS	4º	1,70	1,98	1,09	2,27	35
Crédito pessoal consignado privado	10º	1,99	2,43	0,00	7,19	53
Cheque especial	11º	4,14	5,54	1,64	10,42	33
Crédito pessoal não consignado	16º	2,61	6,24	0,00	20,99	67
Pessoa Jurídica						
Cheque especial	1º	2,96	6,25	2,96	10,46	19
Conta garantida	2º	1,38	2,89	0,16	7,41	38
Capital de giro prazo até 365 dias	16º	1,46	2,04	1,02	4,08	52
Capital de giro prazo superior 365 dias	12º	1,40	1,84	1,05	3,77	43
Desconto de cheque	14º	2,34	2,37	1,31	4,33	26
Desconto de duplicatas	20º	2,36	2,45	0,91	4,36	40

Fonte: BACEN (2013a).

OBS: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

O estoque das operações realizadas com recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), do qual é operacionalizado pelo BNB, alcançou o montante de R\$ 38,8 bilhões, em setembro de 2013, correspondendo a um crescimento no saldo de 11,0% sobre igual posição do ano passado.

Assim, adicionando-se o saldo do FNE ao saldo das operações de crédito do Banco do Nordeste, chegou-se ao montante de R\$ 50,4

bilhões, no acumulado do ano (posição: setembro/2013), de maneira que o FNE participa com 77,0% do saldo total, representando a principal fonte de recurso, de médio e longo prazos, para financiar o desenvolvimento do Nordeste.

Até setembro de 2013, foram contratadas no Nordeste 399,8 mil operações com recursos do FNE, injetando na economia regional R\$ 7,9 bilhões, ocorrendo um crescimento

de 14,5% no número e de 30,8% nos valores contratados, na comparação com igual período do ano passado. No total contratado com recursos do FNE, a maior parcela foi para a agropecuária (43,3%), vindo em seguida a indústria (22,0%), os serviços (20,1%), o

comércio (13,7%) e a infraestrutura (0,9%). Por porte do tomador, a fatia maior foi destinada às grandes empresas (36,2%), sendo na sequência os mini produtores (23,8%), as pequenas (23,8%), as médias (12,7%) e as micro empresas (3,5%).

Tabela 7 – BNB: Variação Nominal e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito – Posição no final de Setembro/2013

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação	Participação	Variação	Participação
	Set-13/Set-12	Est/NE, Set/13	Set-13/Set-12	Est/NE, Set/13
Maranhão	21,3	3,8	21,2	9,1
Piauí	7,3	2,5	26,3	8,9
Ceará	15,9	59,9	0,5	27,4
Rio Grande do Norte	30,2	4,7	8,5	4,6
Paraíba	0,5	3,1	3,6	7,1
Pernambuco	-17,2	8,9	-18,2	11,5
Alagoas	34,6	2,0	34,8	4,4
Sergipe	28,5	3,2	8,4	4,9
Bahia	2,8	11,9	-5,5	22,1
NORDESTE (a)	10,9	100,0	1,9	100,0

Fonte: BNB (2013a).

Notas: (1) No final de setembro/2013, o saldo dos depósitos captados pelo BNB no Nordeste havia alcançado R\$ 9,5 bilhões e das operações de crédito atingiu R\$ 9,7 bilhões. Incluindo-se as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 10,9 bilhões e o das operações de crédito R\$ 11,5 bilhões.

Tabela 8 – BNB: Variação e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do FNE, do CREDIAMIGO e do PRONAF acumulado no período Janeiro-Setembro de 2013 (%)

Estados	FNE		CREDIAMIGO		PRONAF	
	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ³	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²
Maranhão	43,7	12,7	32,4	12,5	22,8	10,8
Piauí	12,5	10,3	28,0	11,0	36,4	11,4
Ceará	35,2	14,6	36,1	31,6	22,8	16,4
R. G. do Norte	60,3	6,0	45,9	6,3	60,0	7,4
Paraíba	128,7	7,9	34,3	8,3	28,1	7,2
Pernambuco	6,3	12,4	41,1	7,3	15,5	14,8
Alagoas	183,2	6,9	34,0	5,6	24,1	5,5
Sergipe	6,2	4,2	36,7	4,7	12,5	5,1
Bahia	44,6	25,0	33,2	12,7	33,5	21,4
NORDESTE	40,8	100,0		100,0		100,0

Fonte: BNB (2013a e 2013b).

Notas: (1) Variação nominal do valor das contratações no período de jan/set-13, em relação a jan/set-12.

(2) Participação dos estados no período de jan/set-13.

(3) Variação nominal da carteira ativa no período de jan/set-13, em relação a jan/set-12

OBS: No período de Jan a Set/13, o valor das contratações do FNE, no Nordeste, alcançou R\$ 7.980,6 milhões e do PRONAF R\$ 1.524,7 milhões. Já o Crediamigo alcançou 3.832,1 milhões em contratações no ano.

No rol dos programas geridos pelo BNB, cabe destacar o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, que até setembro último, contratou no Nordeste 2.319,8 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 3.832,1 milhões. O saldo da carteira ativa alcançou no final de junho de 2013 o montante de R\$ 1,91 bilhão, com um aumento de 40,4%, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. O referido Programa caracteriza-se por atender a uma clientela predominantemente feminina (65,0%), possuir um baixo valor médio por contrata-

ção (R\$ 1.263,87) e exibir um reduzido índice de inadimplência (0,54%), bem abaixo da média nordestina para operações de crédito com pessoa física (5,5%). Vale também sublinhar os resultados apresentados pelo PRO-NAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que através do BNB contratou no Nordeste, no período analisado, 337 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1.524,7 milhões, ocorrendo uma ampliação de 16,1% no número e de 27,3% nos valores contratados.

7.5 CONCLUSÃO

As operações de crédito do País vêm registrando uma nítida tendência de desaceleração na taxa de crescimento, convergindo para um ritmo mais sustentável de expansão da carteira, no longo prazo. Os bancos públicos continuaram ganhando participação no crédito total, assim como a carteira que utiliza recursos direcionados (lastreados com recursos compulsórios ou governamentais).

O crescimento moderado do crédito concedido no Sistema Financeiro Nacional foi resultado principalmente pelo aumento das incertezas macroeconômicas, seja sob o âmbito interno, a exemplo do comportamento da atividade industrial e elevação da taxa básica de juros, quanto externo, como o aumento da volatilidade dos mercados internacionais.

De acordo com estudos do BACEN, a capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro permanece robusta, tendo inclusive apresentado melhora em períodos recentes. Ademais, análises de cenários e de sensibilidade demonstram que o sistema bancário brasileiro apresenta boa capacidade de su-

portar os efeitos de choques adversos, decorrentes de um cenário de deterioração da condição macroeconômica do País.

A expansão do crédito do Nordeste continua firme, mas também revela uma tendência de desaceleração, a exemplo do contexto do crédito nacional. Entretanto, o crescimento da intermediação financeira na Região deveu-se exclusivamente aos aumentos registrados pelos bancos públicos, na captação de depósitos e na oferta de crédito, uma vez que os bancos privados apresentaram estagnação na captação e leve aumento na oferta de crédito. Assim como em nível nacional, a expansão do crédito nordestino foi acompanhada por uma melhora na sua qualidade, tendo em vista o leve declínio observado na taxa de inadimplência, influenciado por uma redução desse indicador para as famílias, permanecendo praticamente constante a inadimplência para as empresas.

O Banco do Nordeste, como principal órgão de fomento da Região, tem também se destacado nas suas operações de banco co-

mercial, por praticar taxas de juros bastante competitivas no cenário financeiro nacional. Pesquisa realizada no final de setembro de 2013 pelo Banco Central revela que o BNB fi-

cou em primeiro lugar ao cobrar a mais baixa taxa de juros no País, nas operações de desconto de cheques para pessoas físicas, bem como nas operações de cheque especial para as empresas.

REFERÊNCIAS

BANCO Central do Brasil. **Economia e finanças:** indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Brasília, DF, 2013a. Disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelLocalizarSeries>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. **Economia e finanças:** indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Brasília, DF, 2013b. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. **Nota para a Imprensa 19.12.2013:** política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. Brasília, DF, 2013 c. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 24 dezembro 2013.

_____. **Relatório de Estabilidade Financeira – Setembro 2013 – Volume 12, Número 2.** Brasília, DF, 2013d. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade>

de/2013_09/refP.pdf>. Acesso em: 23 dezembro 2013.

_____. **SISBACEN.** Brasília, DF, 2013e. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. **Sistema financeiro nacional:** informações sobre operações bancárias: taxas de juros de operações de crédito. Brasília, DF, 2013f. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/Historico.aspx>>. Acesso em: 24 dez 2013.

BANCO do Nordeste do Brasil-BNB. **Informações da área de controle financeiro.** Fortaleza, 2013a.

_____. **Informações gerenciais do Programa CrediAmigo:** cadernos mensais de setembro de 2012 e setembro de 2013. Fortaleza, 2013b.

BNB CONJUNTURA MENSAL. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 5, n. 9, Set. 2013.



Cliente Consulta www.bnb.gov.br
Capitais e Regiões Metropolitanas 4020.0004
Demais Localidades 0800 033 0004